



Museu
da Língua
Portuguesa

DI SEMINÁRIO

DOSSIÊ

VIAGENS DA

LÍNGUA

MULTILINGUISMO NO
MUNDO LUSÓFONO





**Museu
da Língua
Portuguesa**

I SEMINÁRIO
VIAGENS DA
MULTILINGUISMO NO MUNDO LUSÓFONO **LÍNGUA**



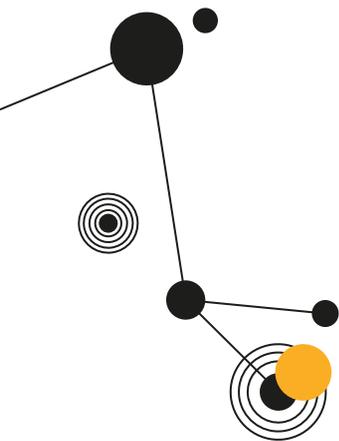
**Museu
da Língua
Portuguesa**

SUMÁRIO

- 9 Apresentação**
Centro de Referência do Museu da Língua Portuguesa
- 13 Conferência de abertura:
Moçambique e o multilinguismo**
Sara Jona Laisse

POLÍTICAS LINGUÍSTICAS

- 25 A vida das línguas: entre o uso e as leis**
Xoán Carlos Lagares
- 29 A ecologia linguística em Cabo Verde:
diferenças entre a legislação e
a realidade linguística**
Dominika Swolkieñ
- 34 Na caminhada da Década
das Línguas Indígenas**
Altaci Corrêa Rubim
- 41 O Inventário Nacional da Diversidade
Linguística como política reparatória
para línguas vulneráveis**
Thaís Borges S. P. Werneck
Marcus Vinícius Carvalho Garcia
- 53 Aulas de português com refugiados na
Universidade do Estado do Rio de Janeiro:
um olhar de acolhimento**
Ana Sousa da Silva



62 Diversidade cultural e linguística na cooperação internacional da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP)

Daniel Escorel

70 Ensino de português como língua de herança na Finlândia: desafios e práticas

Luciana Faria Pereira Paltila

CULTURAS MULTILÍNGUES

81 Culturas multilíngues

Alexander Cobbinah

86 Multilinguismo e a língua portuguesa em Timor-Leste

Vicente Paulino

101 O português em adição ao multilinguismo do Alto Rio Negro (Amazônia)

Thiago Costa Chacon

112 As línguas indígenas no Museu Paraense Emílio Goeldi / MCTI

Hein van der Voort

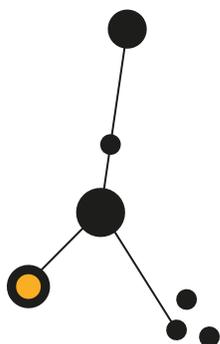
116 Produções artísticas da fronteira entre Uruguai e Brasil: portunhol misturado

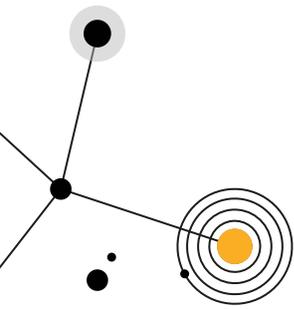
Lina Gabriela Cortés Osma

121 Patrimônio linguístico e cultural e o Projeto Plataforma da Diversidade Linguística Brasileira

Juliana Bertucci Barbosa

Marcia dos Santos Machado Vieira





O PORTUGUÊS PELO MUNDO

135 Português: língua pluricêntrica

Regina Pires de Brito

141 Português brasileiro como língua de herança

Katia de Abreu Chulata

150 Uma viagem digital e intercultural pelos países de língua portuguesa: o caso do Museu Virtual da Lusofonia

Isabel Macedo

Tatiane Oliveira

160 A língua portuguesa falada em São Tomé e Príncipe: reflexões sobre o reconhecimento de uma norma nacional

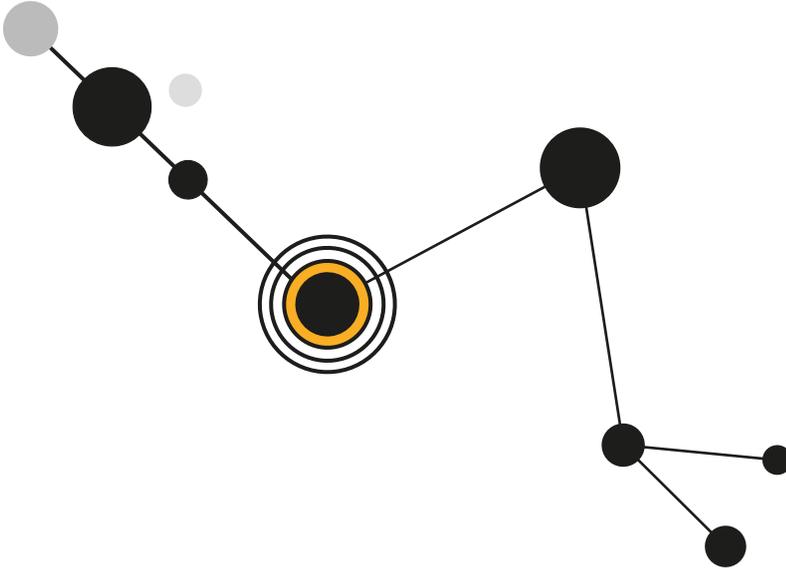
Amanda Macedo Balduino

168 Português em território de línguas românicas

Marcia dos Santos Machado Vieira

Vanessa Meireles

APRESENTAÇÃO



A língua é parte crucial da natureza humana. Sua multiplicidade faz parte da nossa história, e abordar a distribuição das línguas em variados territórios é falar da história implícita nas dinâmicas sociais de seus falantes.

Ao reabrir ao público em 2021, o Museu da Língua Portuguesa trouxe em sua nova curadoria uma maior ênfase à valorização do português como língua global, explorando a diversidade que compõe a construção de culturas e identidades nos territórios em que é falada.

Em suas novas instalações, a exposição traz experiências como o “Palavras Cruzadas”, que exemplifica o mosaico linguístico brasileiro, tratando do contato entre as populações indígenas, africanas e imigrantes que, com os portugueses que aqui se estabeleceram, configuraram o português do Brasil. Novidade da curadoria,

o “Nós da Língua”, por sua vez, aborda a língua portuguesa como expressão social, cultural e política em territórios e nações em que é falada, com suas especificidades e contradições, em permanente transformação. São cerca de 260 milhões de falantes, distribuídos em quatro continentes. Nesse território tão vasto, há múltiplas línguas e culturas em contato, formando um verdadeiro caleidoscópio. Outra experiência da exposição é o “Falares”, uma espécie de bosque com telas que trazem vídeos de pessoas em tamanho real, as quais contam histórias, rimam, cantam, choram, rezam, recitam... de forma a fazer transbordar as diferentes variedades geográficas e socioculturais dos falares no Brasil.

Realizado entre os dias 8 e 10 de dezembro de 2021, o **I Seminário Internacional Viagens da Língua: multilinguismo no mundo lusófono** teve como base esses aspectos fundamentais da nova curadoria do museu, explicitando como o multilinguismo é um tema que atravessa o mundo lusófono.

Em sua concepção, considerou-se a multiplicidade de perspectivas pelas quais se pode investigar a convivência entre línguas – as dinâmicas sociais, a dimensão institucional e a legislação, a influência mútua entre as diversas formas de falar, os sistemas educacionais, como se estruturam as interações cotidianas, as expressões artísticas... Esses são alguns exemplos dessas perspectivas, e os participantes dos três dias de evento representaram tal abrangência temática e geográfica, além de suas distintas dimensões: acadêmica, artística e cultural.

Entre palestrantes, mediadores e artistas, o Seminário contou com participações de Moçambique, Angola, Argentina, China, EUA, Finlândia, França, Itália, Japão, Portugal, Cabo Verde, Guiné Bissau, Timor-Leste e diversas partes do Brasil. O tom multilíngue se reflete também neste Dossiê, que reúne boa parte dos debates promovidos nesses encontros.

Os debates do Seminário foram articulados em três eixos, também adotados na organização deste Dossiê: Políticas linguísticas; Culturas multilíngues; O português pelo mundo. Cada abertura

de seção vem acompanhada da apresentação desses eixos pelas pessoas responsáveis por mediar as trocas.

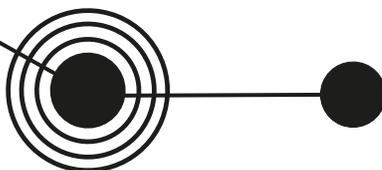
A conferência de abertura de Sara Jona Laisse – que apresentou o panorama linguístico de Moçambique, país em que são faladas cerca de 23 línguas além do português – dá o tom multilíngue que inspirou todo o evento, e abre esta publicação, em sua transcrição integral.

O I Seminário Internacional Viagens da Língua: multilinguismo no mundo lusófono mostrou-se uma oportunidade ímpar de reunir discussões muito importantes para os diversos contextos de convivência da língua portuguesa, transitando entre variadas linguagens e promovendo o diálogo entre públicos diversos. Desse modo, o Museu da Língua Portuguesa, por meio de seu Centro de Referência, reafirma seu lugar como espaço para debates qualificados e trocas entre as pesquisas e a sociedade civil. Esperamos que a leitura deste material suscite no público as mesmas inquietações e reflexões que emergiram ao longo desses três dias de encontros. Boa leitura!

CENTRO DE REFERÊNCIA DO
MUSEU DA LÍNGUA PORTUGUESA

CONFERÊNCIA DE ABERTURA: MOÇAMBIQUE E O MULTILINGUISMO

SARA JONA LAISSE¹



Boa tarde! Eu quero começar por agradecer pelo convite que me foi feito. Eu vim falar-vos sobre o multilinguismo no mundo lusófono e comecei minha apresentação por um vídeo que é cantado na língua gitonga. É de autoria do Jaco Maria, um cantor moçambicano, e o título é “Nayo waye”. “Nayo waye” são regras, e essa música fala sobre regras, sobre escola e sobre a convivência que a gente possa ter com a escola, com a ciência. Eu vou fazer uma leitura muito breve sobre este trecho que eu tenho da música:

“Tinga yaye nhalivandre mueyo... angu landra ndriyaye”. Aos seis anos de idade vai atrás da irmã.

¹ Transcrição da palestra proferida na conferência de abertura do Seminário em 8 dez. 2021.

“A ngu wuya, ku xikola, ana hodza a phela nimithumu”. Ao seu regresso da escola, vai alimentar-se e começar a trabalhar.

“Ni mayi waye ana muphasa, anguyeyedza wu hevbudzi”. Depois a mãe vai lhe mostrar ou vai ajudá-lo nos trabalhos da escola.

Comecei assim porque queria mostrar que eu também fui uma criança bilíngue. Comecei por aprender português e gitonga ao mesmo tempo. O meu pai falava bem português, a minha mãe falava bem em português e em gitonga. E essa língua está dicionarizada. Eu tive o prazer de poder colaborar no trabalho de edição do dicionário de gitonga-português. Também tivemos o prazer e o gosto de tê-la ilustrada pelo pintor moçambicano Malangatana.²

Então, o que vos trago é um contexto que fala sobre Moçambique. Não vai ser possível, nesta conferência, falar sobre diferentes países. Mas porque Moçambique tem diferentes línguas, diferentes nações, como veremos, eu penso que é um país que espelha muito bem a ideia da multiculturalidade, a ideia do multilinguismo, então eu vou trazer-vos um contexto sociopolítico, falando muito brevemente desse multilinguismo e multiculturalidade. Vou fazer também uma breve passada pelas políticas linguísticas, vou falando da convivência com o português e as línguas e culturas moçambicanas no espaço moçambicano, e vou terminar por alguns desafios ou considerações finais sobre o que tiver dito.

Moçambique está inserido em África, é um dos 50 países que este grande continente, que é pluricultural e plurilíngue, tem. É norteado pela Tanzânia, a noroeste pelo Malawi, a oeste pelo Zimbábue, a sul pela África do Sul e a leste pelo canal de Moçambique, o oceano Índico. Na bandeira de Moçambique – que tem a particularidade de ter uma kalashnikov –, há cinco cores, que representam os povos

2 Referência ao *Dicionário de Português-Gitonga, Gitonga-Português: e compêndio gramatical*, editado por Amaral Bernardo Amaral, Sara Antónia Jona Laisse e Eugénio Filipe Nhacota. Editora Câmara Municipal de Oeiras, 2007.

moçambicanos. O país tem 46 anos, uma vez que atingiu a independência em 1975, e dados do censo atual mostram que estamos com quase 31 milhões de habitantes, especificamente 30.832.244 habitantes, dos quais a maioria é população feminina, 15.946.457 pessoas. Há uma população urbana menor que a população rural, que é de 65%, enquanto a urbana é de 34%. O português é a língua oficial e é falado pela maior parte das pessoas, mas entre a maior parte das pessoas que vivem no campo é falado como língua segunda. Além disso, 85% dessas pessoas têm uma língua moçambicana ou uma língua bantu como sua língua primeira.

Nós temos em Moçambique cerca de 23 línguas. No norte, temos o Kiswahili, o Kimwani, o Shimakonde, o Ciyao, o Emakhuwa, o Elimwe, o Emakhuwa, o Cinyanja, o Cinyungwe, o Cisena, o Cenga, o Gitongo, o Cicopi, o Xironga, o Xichangana, o Zulu, o Tewe, o Manyika e o Cibalke. Nota-se que a forma como se grafam os nomes da língua vai variando, e isso tem a ver também com o fato de ainda não termos um acordo ortográfico já definido nessas línguas. Além de que nós assinamos e não ratificamos o acordo ortográfico da língua portuguesa. Das línguas que eu mencionei, as que são faladas pela maior parte da população são Makhuna, Changana e o Sena. Dentre os grupos étnicos ou as culturas que nós temos em Moçambique estão o Marave, o Macua-Lomwe, o Nguini e o Yao. Também temos Makonde e o Swahili, também falado no norte, e temos um aglutinado de grupos étnicos designado Complexo-Zambeze, um aglutinado de diferentes culturas. Temos também o Shona na região central, o Tsonga ao sul, o Bitonga e depois temos o Tonga. Esses são os diferentes grupos culturais que existem em Moçambique e que fazem dele um país multicultural.

É nesse território multilinguístico e multicultural que houve, em 1917, um primeiro tratado, do governo em vigor, que interditava a utilização daquelas línguas e daquelas culturas a que me referi, com uma ressalva de que em 1933, 1955 e de 1957 a 1962 havia algumas edições breves, na Rádio Difusão, em algumas línguas moçambicanas no interesse de espalhar a ideologia vigente, que era a ideologia colonial. Então, em 1975, quando se adquire a independência, a

língua que é promovida como língua de unidade nacional é o português, retomado do governo anterior, que o tinha como a língua em vigor. E as línguas moçambicanas, que eram faladas em foros domésticos, não em foros oficiais, têm, a essa altura da independência, o estatuto de subalternidade. Em 1983, as línguas moçambicanas ganham um novo estatuto, deixam de ser de subalternidade e ganham o estatuto das línguas que vão consolidar a identidade nacional e a moçambicanidade. A essa altura também é criado um centro de estudos de línguas moçambicanas na Universidade Eduardo Mondlane. São selecionadas algumas línguas que terão que ser utilizadas no ensino em Moçambique, bem como é introduzida a alfabetização em línguas moçambicanas onde não se falava português.

Com a Constituição de 1990, aceita-se que existe diversidade linguística e política em Moçambique e dá-se importância à multiculturalidade, de modo que o país começa a sair daquela homogeneidade que era requerida antes e começa a aceitar-se como um país plural e multicultural. Em 2003, há uma reunião nacional sobre a cultura, na qual se conversa sobre a importância de se introduzir no ensino as tradições moçambicanas. Os anos de 1983, 2008 e 2018 marcam a revisão do currículo escolar em Moçambique e a maior integração e introdução de aspectos da tradição moçambicana no ensino escolar. Em 2003, inicia-se a utilização das línguas moçambicanas no ensino básico. Devo dizer que são 16 línguas que têm sido ensinadas no ensino básico, e elas convivem no estatuto de apoio à ciência, porque são introduzidas nos primeiros anos de escolaridade para apoiarem a aprendizagem da língua portuguesa e reduzirem o impacto que as crianças têm quando chegam à escola pela primeira vez e são recebidas em língua portuguesa. Então há um convívio das línguas moçambicanas, escolhe-se a língua que é falada pela maioria das pessoas na região onde a escola funciona, e essa língua é utilizada em regime democrático na escola. Digo democrático porque há ensino bilíngue para quem escolher, mas também há ensino monolíngue para aqueles que só querem aprender em língua portuguesa.

Em 2004, nos currículos escolares, decide-se que 20% do ensino básico tem que abordar conteúdo local, conteúdo do lugar onde a escola funciona, para além daqueles outros conteúdos que são de âmbito nacional. Em 2008, o país ganha um novo estatuto na abordagem das culturas, já que a medicina moderna e a medicina tradicional são aceites para um convívio nacional após a aceitação da Ametrano, que é a Associação dos Médicos Tradicionais Moçambicanos, e isso é bom para aquilo que constitui a saúde física, mental e emocional dos moçambicanos, pois nem todos acreditam só na medicina moderna e nem todos só na tradicional, então há um convívio entre as duas, e há coisas que começam a ser aceites para tratamento de foro tradicional.

Dá-se então um salto qualitativo em 1965, lembrando que em 1919 houve interdição da utilização da língua portuguesa e das culturas moçambicanas, para se começar a aceitar a moçambicanidade, mas há maior ênfase a partir dos anos 1990, com uma convivência maior da tradição moçambicana com a modernidade a que estamos sujeitos, e há uma maior vontade em falar-se línguas moçambicanas fora do âmbito doméstico. Mas devo dizer que algumas das línguas moçambicanas coexistem apenas no espaço da língua portuguesa, não havendo uma efetiva convivência, uma vez que são apenas 16 as línguas ensinadas nas escolas, embora existam cerca de 23 no país. Isso faz de nós, por um lado, uma nação e, por outro, várias nações dentro do mesmo país. Se nós considerarmos a definição de nação como um grupo de pessoas que falam a mesma língua e vivem no mesmo espaço geográfico ou têm mesma cultura, então Moçambique, no seu todo, é uma nação. Mas se considerarmos os diferentes grupos étnicos apresentados, são várias nações que formam o Estado-nação moçambicano.

Então, perante esse quadro de multiculturalidade, multilingualidade ou multilinguismo, é difícil definir-se políticas linguísticas. E eu coloco uma pergunta para a pesquisa que tem sido feita, quanto às políticas que se pode definir para esses contextos como Moçambique: de que modo é que as línguas moçambicanas podem continuar a conviver com a língua portuguesa sem ter o estatuto

de subalternidade, pois não são faladas de modo oficial? E como é que se pode lidar com os saberes e culturas locais, conjugando essa convivência, que essas línguas de culturas expressam, com a língua portuguesa? Devo dizer também que não existe uma política linguística formulada oficialmente, embora haja alguns procedimentos, alguma operacionalização, de utilização de línguas moçambicanas no convívio com a língua portuguesa, mas não existe, para além da consagração na constituição e alguns outros documentos que aceitam a utilização das línguas moçambicanas nas escolas, uma política linguística oficialmente formulada como política linguística. Existem esses procedimentos aos quais já me referi, e sobre os quais ainda voltarei a falar num outro momento desta fala.

Ainda não é oficial a existência da variante do português de Moçambique, apesar de existirem vários estudos que demonstram que no país já existe uma variante que possa ser considerada própria. As línguas moçambicanas ainda vivem em situação de subalternidade em relação à língua portuguesa, que, sendo língua oficial, é a língua de acesso à ciência, à administração pública. Além disso, nem todas as línguas moçambicanas se encontram dicionarizadas. Existe, como tinha falado em termos de procedimento – não exatamente uma política –, o ensino bilíngue, que é democrático, em línguas moçambicanas, mas o contexto da sua utilização ainda é o da assimilação linguística, e chamo de assimilação linguística porque são escolhidas as línguas que têm a maior parte de falantes na região onde a escola atua, e as línguas que são minoritárias ou minorizadas. Portanto, ainda existe alguma subalternidade e assimilação linguística. Existe ainda a obrigatoriedade de se ensinar culturas moçambicanas, como já tinha dito. A Rádio Nacional faz emissões em todas as línguas moçambicanas, exceto nas línguas de fronteira, que são o Swazi, o Zulu e o Cishona. A produção literária em línguas moçambicanas é escassa, com muito poucas obras moçambicanas escritas em línguas bantu e outras línguas moçambicanas.

Veremos agora alguns trabalhos de dicionarização e de gramáticas nessas línguas moçambicanas, e devo dizer antes de começar a elencar esses trabalhos que não concordo com a

posição que diz que uma língua só é língua quando tem dicionário, porque das línguas que eu mencionei, algumas estão dicionarizadas, outras não.

Temos uma gramática Ronga, publicada em 2006, temos uma gramática Gitonga, publicada em 2012, um dicionário gramatical Changana, de 2010. Um dicionário de Gitonga com compêndio gramatical, de 2007. Existe um livro que são rudimentos da língua Maconde, que mostra fraseologia, notas gramaticais e vocabulário desta língua. Existe um dicionário Exuabo de 1995; dicionário Changana, 1996, com uma reedição em 2011; um dicionário Ronga de 2008; um dicionário português-Tswa, com várias edições (1955, 1978, 1980, 1984, 1992 e 2017, que é a edição mais recente). Existe um dicionário do Xirima de 2005; do Chisena, 2004; Kimwani-Português-kimwani, 2011; vários livros de cânticos, como um do Gitonga e um em Xitwa. Existe a tradução do Pentatêuco para o Gitonga, uma obra de 2008, uma obra também de enigmas do Gitonga, que convivem nesta obra com enigmas ou provérbios da língua portuguesa, é uma obra 2009; e existem provérbios da língua Changana, uma obra de 1989. A literatura de ficção ainda é muito escassa, conforme eu tinha dito.

Do ponto de vista da convivência entre a língua portuguesa e as línguas bantu, há várias formas que mostram não só que o português de Moçambique já é uma variante, que podemos conviver com ela a partir da literatura ou da língua oral no dia a dia – ainda que não tenha sido aceita a posição de que existe oficialmente a variante do português de Moçambique, porque a variante que é aceita, que é oficial, é o português padrão europeu. Entretanto, trago aqui alguns exemplos que mostram falares de Moçambique, a partir de exemplos da área da semântica e do léxico, empréstimos, neologismos, de falares típicos. Apresento aqui um exemplo de uma obra intitulada *Os Moluenes*, de Isaac Zitha:

“Viu na bicha, gente molwene como ele (...)

Eh! Mufana... pode comprar-me bilhete?

Já viu o “Homem de Ferro”?

Yaah! Tás velho, kokwana...”.

A palavra *bicha* está sublinhada porque é um falar do português de Moçambique, é fila para os brasileiros ou para a língua portuguesa no sentido lato; *kokwana* é velho, e sublinhei isso para mostrar o exemplo na área semântica e na área do léxico. Há exemplos também que vêm da área da sintaxe e da morfologia. Vou dar exemplos da obra de Mia Couto:

“sua irmã sabe ela está onde? sua irmã sabe ela está onde? (...) Onde está seu fio, o colar que foste dada?”.

É um falar típico do português de Moçambique em sua sintaxe: “sua irmã sabe ela está onde?”. É uma sequência diferente do português padrão, no qual seria algo como: “sabe onde é que sua irmã está?”. Diferente da que eu mostro aqui: “Onde está seu fio, o colar que foste dada?”. É um falar típico, como eu tinha dito, não teríamos “que fosse dada?” no português padrão, mas nós falamos assim. E há um outro exemplo: “Ela pedia: me deixem, tenho frio”. Nós colocamos esse “me” antes do verbo, contrariamente àquilo que acontece no português padrão. Deslocamos, portanto, esse “me”.

Ainda nesse âmbito da convivência entre a língua portuguesa e as línguas bantu, se folhearem obras literárias moçambicanas, várias delas têm sempre glossários ou notas de rodapé que mostram o convívio entre a língua portuguesa e as línguas bantu, uma vez que as obras são escritas em português e têm algumas palavras ou expressões em línguas moçambicanas. Trago aqui um exemplo da obra de Calane da Silva, *Nyembête ou as cores das lágrimas*:

“nas machambas dos colonos lavrava-se à força dos matorro-torro, enquanto muitos desses jovens mulungos, já nascidos nesta terra, circulavam em xitutos”.

Matorro-torro, nessa obra, é trator. Xitutos são motos, e mulungu significa uma pessoa de raça ariana, uma pessoa branca. “Ungulane ba ka khosa” faz uma tradução da cultura e uma tradução linguística diferente da que se pode ver no exemplo que eu apresentei, ou diferente daquelas obras que trazem um glossário e notas de rodapé. Ele faz a tradução no próprio texto, escreve em português,

depois põe uma vírgula e explica o termo a que quer se referir na outra língua. Por exemplo, na obra *Ualalapi*, temos: “Ngungunhane, encostado à cobertura da casa que tocava o chão, alheio ao vento do infortúnio, fumava mbhangui, nome que leva a ‘cannabis esponânea’, muito fumada pelos tsongas”. Então ele, para traduzir “mbhangui”, põe a expressão, faz a tradução no próprio texto, não coloca em notas de rodapé nem em glossários.

Os desafios que nos sobram, ou que supostamente era melhor que a ciência abraçasse, face ao contexto da convivência da língua portuguesa com as línguas bantu, e naquilo que concerne a uma futura política linguística, são os que apresento logo em seguida.

Promover a escrita das línguas moçambicanas. Isso tem sido feito, mas não são todas as línguas. A Associação Progresso, a Editora Plural, a Universidade Eduardo Mondlane, a Universidade Pedagógica e outras entidades singulares são as entidades que têm feito esse trabalho, mas é um trabalho que ainda se quer aumentado, ampliado e vastamente divulgado. É preciso que se aumente o acesso a outras línguas moçambicanas no ensino, as que não estejam ainda incluídas, as que estão a ser minorizadas. É preciso que se definam políticas linguísticas combatendo a assimilação linguística, porque existe assimilação linguística, existe o multilinguismo, e não multilinguagem. É preciso resgatar a tradição e trazê-la ao convívio com a modernidade; fomentar a interculturalidade, o convívio entre diferentes culturas. É preciso valorizar as tradições e trazê-las ao convívio da modernidade. É preciso pôr a tradição, que era vista como negativa, a conviver com a modernidade. Há ainda que se mapear e se impulsionar o registro e o estudo de outras línguas moçambicanas.

Por exemplo, existe o dicionário Xirima, mas não é uma língua que está mapeada. Acredito que ela possa ser mapeada muito brevemente, mas ainda é preciso mapear o Ximanyika, o Xibarwe, o Ciutee, o Cindau, o Tewe, o Cibalke. É preciso também mapear as várias línguas de origem asiática, que são apresentadas nas nossas estatísticas como outras línguas. Essas línguas têm nome, e é preciso que elas sejam nomeadas, tal qual são nomeadas também as

outras línguas moçambicanas. Em contextos multilíngues, é preciso definir políticas linguísticas e inclusivas, e não assimilacionistas. Conforme eu disse, nós estamos já a fazer um trabalho de políticas multilíngues, mas ainda há assimilacionismo, ainda há a supremacia de umas línguas sobre as outras. As línguas existentes no mesmo espaço geopolítico devem usufruir o mesmo estatuto – entre si e entre elas e a língua portuguesa. Um exemplo disso é o caso da África do Sul, onde as línguas africanas têm todas o mesmo estatuto.

A língua portuguesa falada em Moçambique deve gozar de autonomia relativamente à exigência de utilização do português europeu como norma de referência. É preciso que se faça ainda o fomento das línguas moçambicanas, para se dar um grande contributo à ciência, por exemplo em momentos pandêmicos. Houve pessoas que ficaram excluídas porque a língua de difusão e disseminação dos assuntos ligados à pandemia era o português e apenas algumas línguas moçambicanas. Mas e as outras? É preciso trazê-las para esse convívio. Os saberes e culturas locais devem conviver pacificamente com a cultura portuguesa. É preciso encontrar pontos de equivalência, pontos de diálogo e fomentar a interculturalidade.

POLÍTICAS LINGÜÍSTICAS



A VIDA DAS LÍNGUAS: ENTRE O USO E AS LEIS

XOÁN CARLOS LAGARES

Universidade Federal Fluminense – UFF

A vida das línguas é a vida das comunidades que as falam. As línguas, enquanto objetos sociais que podemos reconhecer e nomear, são sempre compartilhadas por grupos de pessoas e não existem para além das comunidades humanas em que são faladas. Nesse sentido, não apenas as leis sobre a(s) língua(s), mas também os usos linguísticos dizem respeito ao modo como nós, seres humanos, nos organizamos em sociedade. Até mesmo os pequenos grupos de falantes têm normas de uso e sofrem coerções sociais que determinam o seu comportamento linguístico, em diferentes âmbitos e de acordo com certa distribuição de funções. Há maneiras “adequadas” de nos dirigir a determinadas pessoas, e há formas “corretas” de se comportar linguisticamente em circunstâncias concretas: um pedido de casamento, por exemplo, ou uma cerimônia de homenagem ou despedida.

Podemos dizer, enfim, que a vida social das línguas se rege por uma série de normas; algumas delas são práticas, e as incorporamos no próprio uso, enquanto outras são explicitadas em forma de leis e regulamentos. As normas práticas se impõem muitas vezes por meio de pequenas coerções (olhares enviesados pelo uso de certa palavra e sorrisos maliciosos diante de uma determinada pronúncia, por exemplo), enquanto as leis e os regulamentos têm o peso do Estado e determinam qual língua deve ser usada em que circunstância, assim como a maneira legítima de fazê-lo. A ortografia é um desses aspectos que precisam de regulação explícita, algo que, no mundo de língua portuguesa, é responsabilidade do próprio Estado. Em comunidades linguísticas amplas, é comum que existam normas de uso compartilhadas de forma explícita, em gramáticas e dicionários que reproduzem uma tradição de língua padrão. É dessa língua padrão que, ao parecer relativamente homogênea e estável, surge uma imagem unitária do espaço linguístico. Mas as línguas são diversas nos seus usos, como são diversas as comunidades humanas.

Tudo isso, relativo às diferentes práticas de linguagem que se dão em sociedade, tem a ver com a convivência entre pessoas, implica a existência de estruturas de poder e permite formas de participação coletiva. A política linguística, desse jeito, não diz respeito unicamente à “gestão” da diversidade linguística por parte da administração pública do Estado; ela está relacionada também, num sentido mais amplo, ao modo como os falantes organizam suas práticas: entre a simples coerção social que reprime usos e determina, em alguma medida, o seu comportamento linguístico, e alguma liberdade individual para agir de acordo com seus princípios e valores. Os valores são um aspecto central das políticas linguísticas. O que as pessoas pensam sobre os usos na sua língua ou na interação entre línguas diferentes, as ideias em torno ao próprio idioma e aos seus limites, as expectativas em relação ao que pretendem das suas línguas na vida social: tudo isso constitui a dimensão “política” da linguagem.

O mundo da língua portuguesa é um mundo multilíngue. A expansão colonial que disseminou o português por quatro continentes provocou, com essa imposição da língua colonizadora, situações diversas de contato linguístico. A ideologia do monolinguismo, tão associada ao nacionalismo linguístico que se espalhou pelo mundo junto com a colonização, muitas vezes nos impede de enxergar essa multiplicidade linguística, pois o Estado nacional moderno é, desde a sua constituição, monoglóssico, isto é, de prática e ideologia monolíngue. Por isso, a diversidade de línguas dentro de um mesmo país costuma ser vista, ainda hoje, como um problema. Mas o multilinguismo está aí; é uma realidade em todos os países de língua oficial portuguesa. Um bom número do que consideramos ser falantes de português no mundo é também falante de outras línguas. E com esse fato é necessário lidar politicamente.

De acordo com essa visão mais ampla da política linguística, para além das leis aprovadas e implementadas (ou não) pelo Estado, os falantes exercem políticas com as suas práticas. Com frequência, eles agem como ativistas, se organizam em grupos que reivindicam funções sociais para suas línguas e produzem, com suas ações, mudanças significativas na vida social dos idiomas.

Na seção Políticas linguísticas, são exploradas algumas situações de ativismo linguístico e são descritas situações de política linguística desafiantes, pois dizem respeito ao modo como se organizam, em termos linguísticos, espaços sociais tão relevantes como as escolas, os meios de comunicação ou o âmbito político-institucional. Cabo Verde apresenta uma ecologia linguística em que há uma marcada diferença entre a realidade dos usos – com o cabo-verdiano, crioulo de base lexical portuguesa ganhando cada vez mais funções sociais – e o seu reconhecimento e organização legal. Já a questão linguística na Guiné-Bissau coloca como desafio promover políticas que contemplem seu multilinguismo: as línguas dos seus 15 grandes grupos étnicos e o Kriol (também de base lexical portuguesa e que é língua franca de 90% da população), junto com a língua portuguesa, hoje confinada apenas a espaços formais. No Brasil, o reconhecimento oficial em nível municipal de línguas

indígenas convive com ações de revitalização, como o Campeonato da Língua Kokama e as atividades de difusão dos saberes tradicionais dos povos originários. A existência de cerca de 250 línguas no Brasil, entre línguas de imigração, indígenas, de sinais, crioulas e afro-brasileiras, é reconhecida em termos oficiais no seu Inventário Nacional da Diversidade Linguística. O desafio é fazer valer os direitos dos falantes de todas essas línguas. Sem dúvida, fomentar o conhecimento e o reconhecimento do multilinguismo presente no mundo que identificamos com a língua portuguesa é o primeiro passo incontornável para que políticas linguísticas pluralistas e igualitárias sejam promovidas e implementadas.

A ECOLOGIA LINGUÍSTICA EM CABO VERDE: DIFERENÇAS ENTRE A LEGISLAÇÃO E A REALIDADE LINGUÍSTICA

DOMINIKA SWOLKIENÍ¹
Universidade de Cabo Verde

Gostaria de começar agradecendo ao Museu da Língua Portuguesa pelo convite e por organizar este encontro on-line. Vou falar sobre a atual ecologia linguística em Cabo Verde e as diferenças entre a legislação e a realidade linguística do país.

Para vos contextualizar um pouco, Cabo Verde é um país muito pequeno, é um país arquipelágico de nove ilhas na costa da África ocidental. São meio milhão de habitantes, mas tem uma diáspora muito importante. Essa diáspora é importante para a língua porque, em primeiro lugar, com exceção dos emigrantes em Portugal, a diáspora preserva a língua cabo-verdiana, muitas vezes, até a terceira geração. Também a diáspora nos Estados Unidos, durante os

1 Transcrição da palestra proferida na roda de conversa “A vida das línguas: entre o uso e as leis”, em 8 dez. 2021.

últimos 50 anos, tem tido um papel muito importante na padronização e promoção do uso de crioulo cabo-verdiano no ensino. E é importante mostrar que realmente a língua que une a diáspora não é o português, que é a língua oficial de Cabo Verde, mas o crioulo cabo-verdiano. Nós temos dois centros urbanos aqui em Mindelo e na Praia, muitas rivalidades regionais, porque são ilhas que têm cada uma a sua história, a sua cultura.

Há muita diversidade geográfica da língua cabo-verdiana, pois as ilhas foram colonizadas em épocas distintas e por grupos étnicos muito diferentes. As primeiras ilhas a serem colonizadas foram as do Sul, no século XV, e depois a população mudou. Depois há ilhas que são marcadamente urbanas, como São Vicente e Sal, que só foram de fato habitadas no século XIX. Portanto, temos aqui três ciclos diferentes de colonização, o que, no fundo, também é responsável por essa grande diversidade em termos de cultura e em termos da língua cabo-verdiana, que tem vários dialetos, muitas variedades geográficas. Para quem não sabe nada sobre Cabo Verde, seria importante conhecer essas diferenças geográficas. Há ilhas que são altas montanhas. Há ilhas que são muito achatadas, formadas basicamente por praias. Portanto, há muita diversidade, cada ilha é muito diferente. É um país extremamente interessante nesse aspecto.

A situação linguística em Cabo Verde é composta por basicamente duas línguas em contato. A primeira é um crioulo, uma língua de contato, um crioulo atlântico de base lexical portuguesa, ou seja, o seu léxico vem predominantemente de português. Uma língua que surgiu no século, no início do século XVI, com forte impacto na estrutura das línguas africanas, como Wolof e Mandinga. É a primeira língua, ou língua materna, da maioria da população, é a língua que aprendem os estrangeiros, com exceção de alguns estrangeiros lusófonos, embora haja muitos lusófonos que falam fluentemente cabo-verdiano – brasileiros, portugueses, todos os estrangeiros aqui em Cabo Verde aprendem o crioulo. É a língua que domina a comunicação oral.

Como disse, há diferenças regionais quanto ao crioulo cabo-verdiano. Na Constituição, de fato, não é língua oficial, sendo a única língua oficial o português. O Estado tem a obrigação de promover as condições para a oficialização do crioulo, mas desde o tempo da Independência, em 1975, isso ainda não aconteceu. O que nós vemos durante as últimas décadas é uma dramática expansão do domínio do uso do cabo-verdiano para os meios, para todos os contextos formais, algo que era impensável no tempo colonial. Hoje em dia, usa-se cabo-verdiano no Parlamento, e o próprio presidente da República tomou posse com discurso bilíngue, em português e em cabo-verdiano. Por isso, há uma grande mudança de atitudes perante a língua, no seio da sociedade, que não está acompanhada pela mudança de atitudes pelo Estado e no quadro legal da língua cabo-verdiana.

Em termos de padronização, muito pouco foi feito. Foi aprovado um alfabeto, mas ninguém o conhece porque a língua é completamente banida da escola, no sentido de que o cabo-verdiano não é nem objeto de estudo, nem meio de transmissão de conhecimento. Ele existe nas escolas porque todos o falam nas pausas, na sala de reunião, mas os manuais estão todos em português e ninguém estuda a estrutura da língua cabo-verdiana. Portanto, como disse, a Constituição se manteve, na verdade, inalterada durante os últimos 40 anos. Na Constituição de 1992, há o artigo 9º que é o osso da discórdia, porque esse artigo diz claramente que a língua oficial é o português. Ele sugere que o Estado tem de promover a oficialização da língua materna dos cabo-verdianos, entretanto isso ainda não aconteceu. Fato é que há uma grande expansão de domínio de cabo-verdiano para a oralidade, a formalidade, a assembleia, em discursos dos ministros, discursos do presidente, mas essa grande expansão do cabo-verdiano, majoritariamente oral, para a escrita.

Nos Estados Unidos, foi aberta uma licenciatura e um bacharelado sobre os estudos cabo-verdianos na Bridgewater State University. (Tenho alguns pequenos excertos de comunicação no WhatsApp, de comunicação on-line, como exemplos dos usos dessa língua.) Os cabo-verdianos escrevem cada vez mais em crioulo,

mas por meio de uma grafia que não é padronizada. Nós temos muitos *websites*, os *sites* na internet estão escritos em cabo-verdiano, alguns são os *sites* promotores de turismo ou dos Testemunhos de Jeová, ou seja, a sociedade cada vez mais usa a língua que não está no espaço escolar. E a segunda língua é o português, que não é língua materna de ninguém. Há uma pequena minoria que considera que sua língua materna é o português. É a única língua oficial em termos de competências, mas essas competências variam.

As estatísticas do letramento em Cabo Verde são muito boas, quase 99% dos jovens são alfabetizados. Entretanto, essa competência em português varia. Nós temos na universidade jovens que chegam com nível A2, que é apenas o nível básico da língua portuguesa. Mas também temos jovens que chegam com nível mais avançado, com C1. 9% da população possui um grau acadêmico, que é um dado excelente se nós pensarmos que estamos na África ocidental. Ainda não sabemos se existe uma variedade própria de português de Cabo Verde, como já se fala em português do Brasil, que tem realmente uma norma nacional; como o português de Angola, ou de Moçambique, ou de São Tomé, que estão a surgir. Ainda não podemos falar nisso em Cabo Verde, há muitos poucos estudos, de modo que a norma tácita, porque isso não está explícito em lado nenhum na legislação, é do português europeu. No entanto, há uma forte identificação com o português do Brasil, há vários níveis e há cada vez mais influência da variante brasileira na fala dos jovens cabo-verdianos quando falam português.

O que nós vemos na língua portuguesa, em Cabo Verde, é a contração de domínios de uso. Enquanto o crioulo se expande, o português se contrai. E de fato é uma língua que está limitada à escrita formal e à sala de aula. Temos, também, cada vez mais colégios privados portugueses, em que o uso de português é obrigatório e realmente se promove uma oralidade em português muito precoce – ainda não sabemos como que esses jovens, essas crianças vão alterar, futuramente, a ecologia linguística no país. Mas o que temos em Cabo Verde pode-se resumir em duas palavras: é uma “diglossia

modal”. Nós temos línguas com estatutos diferentes e temos uma língua para a escrita e outra para a oralidade.

No início de 2021, foi criada uma petição pela mudança da política linguística em Cabo Verde, e gostaria de destacar que nós temos entre seus signatários nomes muito famosos. Por exemplo, quem sabe um pouco mais de linguística sabe quem é Louis-Jean Calvet. Mas temos também Iva Cabral, que é filha do herói fundador da pátria cabo-verdiana, Amílcar Cabral; Germano Almeida, que é vencedor do prêmio Camões; e há muitos linguistas que subscreveram essa petição: da UFBA, da Universidade de São Paulo, da Unilab... Destaco aqui esse grupo de linguistas brasileiros que nos apoiaram e, nesse momento, depois de variadíssimos encontros com pessoas do governo, já fomos recebidos por um grupo parlamentar grande. Temos muito destaque na televisão e já conseguimos uma pequena vitória: o ministro da Educação afirmou que no próximo ano letivo teremos uma disciplina de língua cabo-verdiana na escola, no décimo ano. O que gostaríamos de fato é ter alfabetização bilíngue, mas por ora vamos começar pelo menos a introduzir uma disciplina para que os cabo-verdianos possam saber onde está o sujeito na língua materna deles. Muito obrigado! Muito obrigada!

NA CAMINHADA DA DÉCADA DAS LÍNGUAS INDÍGENAS

ALTACI CORRÊA RUBIM
Universidade de Brasília

O I Seminário Viagens da Língua Portuguesa: multilinguismo no mundo lusófono, promovido pelo Museu da Língua Portuguesa, ocorreu de forma virtual. Eu e os pesquisadores Dominika Swolkien (Universidade de Cabo Verde), António Spencer Embaló (Secretaria de Cultura da Guiné-Bissau) e Thaís Borges Werneck (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN) participamos da roda de conversa “A vida das línguas: entre o uso e as leis”, mediada por Xoán Lagares (Universidade Federal Fluminense).

Durante a discussão, expusemos pesquisas e trocamos experiências sobre os trabalhos realizados com a língua portuguesa em diferentes países. Na roda de conversa, a pesquisadora Dominika Swolkien apresentou as pesquisas produzidas em Cabo verde, tanto da língua portuguesa quanto dos crioulos. Esta última

língua, formada pela combinação da língua do colonizador com as línguas nativas, é empregada no cotidiano. O convidado da Guiné Bissau, António Spencer Embaló, relatou as realidades linguísticas desse país. Thaís Borges Werneck, representante do IPHAN, enfatizou a experiência de documentação de línguas. Segundo a pesquisadora, é um trabalho primoroso que contribui para a preservação e documentação das línguas brasileiras.

A minha apresentação foi exposta em duas partes: na primeira, relatei a experiência à frente do Grupo de Trabalho Mundial da Década das Línguas Indígenas e da Organização do GT Nacional para Década das Línguas Indígenas, enfatizando o Grupo de Trabalho do Português dos povos Indígenas. Na segunda parte, apresentei o projeto “Vitalização da Língua Kokama”. Cumpre ressaltar que, por meio de votação, fui selecionada para representar os povos indígenas da América Latina e Caribe no GT Mundial da Década das Línguas Indígenas organizado pela Unesco (2022-2032).

Para compor o grupo, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) convoca os povos indígenas do mundo para dialogar diretamente com a instituição, com o propósito de elaborar um Plano de Ação Global que proteja as línguas indígenas. Essa instituição considera que, onde há línguas dos povos originários viva, a biodiversidade do planeta está preservada. Além disso, defende que as línguas promovem a justiça social e a paz. No Brasil, os povos indígenas atenderam ao chamado e passaram a se organizar por meio da Rede de Pesquisadores de Línguas Ancestrais.

A primeira ação desta rede foi identificar as demandas linguísticas que impactam a vida dos povos originários. Após o levantamento, comprovamos questões relacionadas à vitalização, à revitalização, à manutenção e à retomada das línguas indígenas. Também foram destaques questões referentes ao português dos povos indígenas e às línguas de sinais indígenas. Em vista dos resultados, as lideranças se reuniram e, com base nas experiências de outros países da América Latina, decidiram criar três grandes GTs

para a Década das Línguas Indígenas no Brasil, a saber, o GT das Línguas Indígenas, do Português Indígena e das Línguas de Sinais Indígenas.

As lideranças que estão à frente da organização são: Anari Pataxó, representante da região Nordeste no GT Nacional, Sâmela Ramos, representante da Rede de Pesquisadores de Línguas Ancestrais, Wilson Lima, representante da Universidade do Arizona, e eu, Altaci Kokama, representante do GT Mundial. A cada mobilização, mais povos indígenas entram nos GTs, para discutir as políticas linguísticas da década. Criamos os GTs das Línguas Indígenas a nível regional e estadual, para as discussões chegarem às bases.

Diferente do GT das Línguas Indígenas, o GT do Português dos Povos Indígenas tem a intenção de congregar o máximo de pessoas para discutir o uso do português indígena, por ser um assunto desafiador e complexo para as lideranças desses povos. De início, debatemos o contato linguístico do português com as línguas indígenas, uma vez que esse contato causou um impacto linguístico e cultural avassalador entre os povos indígenas. Muitas línguas indígenas adormeceram no processo da imposição da língua portuguesa, mas outras resistiram de diferentes formas e chegaram ao século XXI com certo grau de vitalidade, apesar de correrem risco de extinção. Dessa forma, podemos encontrar o português dos povos indígenas, seja como língua identitária, seja como segunda língua ou língua adicional.

Cumprе lembrar que é uma temática importante e, ao mesmo tempo, desafiadora, pois, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010), são mais de 305 povos que falam um tipo de português. Mas o que é o português dos povos indígenas? “O termo português indígena não se refere a uma variedade única, particular e homogênea do português” (PEIXOTO, 2020, p. 39). Vejamos os exemplos: Português Funiô, Português Tuxá da Baía, Português Kiriri da Bahia, Português Truká de Pernambuco, Português Ticuna/Maguta, Português Kaxinawa/Hunikuin, Português Sateré Mawé, Português Tapuia, Português Pataxó, Português Pataxó hãhãhãe, Português Tupinambá, Português Kariri, Português Kariri Xocó,

Português Tingüi Botó, Português Pankararu, Português Tapeba, Português Potiguara, Português Tupinikin, Português Puri, Português Tumbalalá, Português Kokama, entre outros.

Para Maher (1996), o português índio ou português indígena é uma variedade da língua portuguesa falada pelos povos indígenas brasileiros, seja por aqueles que ainda mantêm sua língua nativa, seja por aqueles que já a perderam. O Referencial Curricular Nacional para as escolas indígenas evidencia que “os povos indígenas têm, cada um deles, o seu modo próprio de falar a língua portuguesa” (RCNEI, 1988, p. 123). Falar, pois, de “um português índio é, de um certo modo, uma generalização: o mais correto seria falar em português apurinã, português kaxinawá, português shawãdawa etc.” (MAHER, 1996, p. 212). Mas o que dizem os povos indígenas sobre esse tema?

É uma pergunta que vai sendo respondida no decorrer da Década das Línguas Indígenas (2022-2032). O principal objetivo do GT do Português Indígena é reconhecer e instituir o português indígena como língua brasileira, conforme prevê o Decreto Federal 7.387, de 9 de dezembro de 2010¹. O português indígena é um marcador de identidade étnica, além de ser um demarcador de território, pois traz as marcas da ancestralidade de cada povo e a cultura, além de expressar as práticas sociais.

1 Decreto Federal 7.387, de 9 de dezembro de 2010. Esse decreto institui a Política do Inventário Nacional da Diversidade Linguística do Brasil, que considera que toda língua falada no Brasil há pelo menos 3 gerações é uma língua brasileira. Art. 1º Fica instituído o Inventário Nacional da Diversidade Linguística, sob gestão do Ministério da Cultura, como instrumento de identificação, documentação, reconhecimento e valorização das línguas portadoras de referência à identidade, à ação e à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira. Parágrafo único. O Inventário Nacional da Diversidade Linguística será dotado de sistema informatizado de documentação e informação gerenciado, mantido e atualizado pelo Ministério da Cultura, de acordo com as regras por ele disciplinadas. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Decreto%207387%20-%202010.pdf>. Acesso em: 4 jun. 2021.

Na sequência da minha apresentação, expus o projeto de vitalização da língua Kokama no estado do Amazonas. As ações realizadas pelo projeto envolvem principalmente os centros de língua indígena de Manaus: Lua Verde, Karuara, Atawanã Kuarachi Kokama e Estrela da Manhã. Soma-se a essas ações uma oficina itinerante que oferta formação para professores Kokama, uma vez por ano, em municípios do estado do Amazonas.

Cada oficina reúne aproximadamente cem professores, todos do estado do Amazonas. Dos conteúdos das oficinas, escolhidos pelos professores, são: correção de materiais didáticos, elaboração de materiais didáticos e trocas de materiais didáticos físicos e digitais. Nos encontros, há os momentos de debates sobre demarcação de terra, invasão de lagos e entrada de garimpeiros nos territórios indígenas, entre outros assuntos.

As oficinas já foram realizadas em Manaus, Tefé, Jutai, São Paulo de Olivença, Santo Antônio do Içá e Tabatinga. Na pandemia, mantivemos a formação de professores da língua Kokama, com o auxílio das mídias sociais, a saber, o WhatsApp. Por intermédio desta ferramenta, os professores recebem os posts e a gravação das lições, no entanto, por causa da dificuldade de acesso à internet no interior do Amazonas, os módulos do curso demandam mais tempo para finalizar.

Em Manaus, temos uma política de apoio ao ensino de línguas indígenas. A gerência de Educação Escolar Indígena da capital atende 22 espaços de línguas indígenas e 4 escolas indígenas. Também contrata professores bilíngues, fornece merenda e subsidia a prática pedagógica do professor indígena. Para exemplificar, citamos a organização social e política do centro Kokama Lua Verde, que, em reunião com as lideranças e a comunidade, elege o tema do projeto a ser trabalhado durante o ano. A língua Kokama, nesse contexto, é ensinada como segunda língua. A fim de que a professora do centro conhecesse as teorias utilizadas no ensino de segunda língua, ela participou de um curso de metodologia de ensino de línguas.

Uma vez que é essencial a participação da comunidade no processo de ensino e aprendizagem da língua, a professora e a

coordenadora do centro se reuniram com a comunidade e elaboraram uma metodologia de ensino mais adequada aos estudantes. Sabemos que a metodologia deve se fundamentar em pressupostos teóricos que contribuam para o ensino, mas, nas comunidades indígenas, esses pressupostos compreendem os saberes físico e espiritual, que devem ser utilizados pelo professor para ensinar as línguas.

Portanto, ensinar com base nas práticas sociais do povo torna o aprendizado significativo. No ensino da língua Kokama, que ocorre por meio da contação de histórias antigas, a professora, ao planejar o conteúdo, considera todas as habilidades de ensino de língua, quais sejam, falar, ouvir, escrever, ler e desenhar. Esta última habilidade é de suma importância para o aprendiz de uma língua indígena, pois é resultado das quatro habilidades.

À guisa de exemplo, citamos a história Muiwatsu “Cobra grande”. Com a leitura deste conto, a professora explora a cosmovisão do povo e os aprendizes aprendem, na prática, os significados de cada passagem da narrativa, além dos nomes das cores das escamas da cobra, que, em contato com o sol, formam um arco-íris. A professora também escolhe as músicas para compor os recursos de ensino e aprendizagem. A título de exemplo, mencionamos a canção “Ikaru”, que relata a cura da picada de cobra, além do ritual para não ser picado pela cobra. Com essa música, os estudantes aprendem a criar o grafismo da cobra, a reconhecer a transformação da cobra em arco-íris e a proteger a cabeça dos bebês do sereno da chuva do arco-íris, pois, para os Kokama, o sereno é o xixi da cobra grande, que pode causar ferida na cabeça do bebê.

Esses saberes são de suma importância para o aprendizado da língua, porque ensinar língua é mais do que ensinar gramática e expressões. É compreender a espiritualidade da língua, conhecer os saberes e as etiquetas sociais que fortalecem a cultura e a identidade do povo. Todas as apresentações foram produtivas, visto que enriqueceram o debate sobre a língua portuguesa no Brasil e no mundo. Assim, a Década das Línguas Indígenas no mundo promove as ações. No Brasil, por exemplo, estão ocorrendo duas ações:

(i) a reivindicação do português dos povos indígenas para se tornar uma língua indígena; e (ii) a busca de financiamento para fortalecer, revitalizar, vitalizar e retomar as línguas em diferentes graus de vitalidade. Concluimos destacando a nossa experiência com a vitalização e revitalização da língua Kokama, em que as múltiplas ações demonstram a força do povo na luta pela vida de sua língua.

O INVENTÁRIO NACIONAL DA DIVERSIDADE LINGUÍSTICA COMO POLÍTICA REPARATÓRIA PARA LÍNGUAS VULNERÁVEIS

THAÍS BORGES S. P. WERNECK
MARCUS VINÍCIUS CARVALHO GARCIA
Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

O presente texto visa trazer ao público as principais informações apresentadas pela Divisão Técnica de Diversidade Linguística do Iphan na roda de conversa “A vida das línguas: entre o uso e as leis” durante o I Seminário Viagens da Língua: multilinguismo no mundo lusófono. Nosso objetivo é apresentar uma breve síntese sobre o Inventário Nacional da Diversidade Linguística (INDL), tendo como foco a questão da vulnerabilidade das línguas indígenas no Brasil. Os dados apresentados são parte de um extenso estudo sobre as línguas indígenas no estado de Rondônia produzido pelo Museu Paraense Emílio Goeldi em parceria com o Iphan entre os anos 2016 e 2018.

O Brasil está entre os países de maior diversidade linguística no mundo. São faladas atualmente cerca de 250 línguas, das quais

cerca de 160 destas são indígenas¹, e ainda em torno de 30 línguas de comunidades descendentes de imigrantes; uma língua de sinais oficial, bem como uma infinidade de expressões, repertórios musicais e outros fenômenos advindos da herança africana no Brasil, cujo patrimônio linguístico permanece vivo na liturgia e nos rituais das religiões de matriz africana.

Apesar da existência desse grande número de línguas em termos absolutos, a população brasileira é hegemonicamente monolíngue em português. A Constituição Federal do Brasil de 1988 reconhece somente essa língua de origem latina como língua oficial, de modo que todas as outras línguas faladas em território brasileiro estão posicionadas com certa marginalidade em nosso ordenamento legal, bem como no senso comum da sociedade nacional.

Entretanto, nas últimas duas décadas tem havido grande mobilização de grupos, de organizações de comunidades linguísticas e de pesquisadores no sentido de associar a preservação das línguas enquanto temática inerente às políticas de cultura, mais especificamente na esfera do chamado *patrimônio cultural imaterial*. Essa mobilização motivou a elaboração do Decreto Presidencial 7.387/2010, que instituiu no Brasil o Inventário Nacional da Diversidade Linguística (INDL), voltado à identificação, à documentação, ao reconhecimento e à valorização das línguas portadoras de referência à identidade, à ação e à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira. O INDL ambiciona ser um sistema de documentação e informação voltado ao mapeamento, à caracterização e ao diagnóstico das distintas situações relacionadas à pluralidade linguística brasileira.

1 Este dado se contradiz com os números oficiais divulgados no Censo IBGE/2010, que sugeriu a existência de mais de 200 línguas distintas. Essa distorção se explica devido ao caráter inclusivo do Censo, que acolheu os conceitos sobre língua materna conforme resposta espontânea dos indivíduos entrevistados. Sobre o cálculo mais recente sobre o número de línguas indígenas faladas no Brasil, ver D'ANGELIS, Wilmar R. *Revitalização de Línguas Indígenas: O que é? Como fazemos?* Campinas: Curt Nimuendajú, 2019, p. 22-23.

O INDL nasce como política em âmbito interministerial, mas com coordenação do então Ministério da Cultura (atualmente Ministério do Turismo), por meio do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan). Seu objetivo principal é reconhecer as línguas como referência cultural brasileira, valorizando-se o multilinguismo, bem como apoiar os processos sociais e políticos que visem à promoção das línguas e de suas comunidades linguísticas. Outra vertente dessa política é fomentar a pesquisa e a documentação, com o objetivo de disponibilizar informações em bancos de dados e outros sistemas de informação². Pretende-se também fomentar o apoio à sustentabilidade, transmissão e preservação das línguas mais vulneráveis.

Um dos principais desafios para o reconhecimento das línguas minoritárias é constituir, com isso, direitos linguísticos, bem como elaborar estratégias que visem instrumentalizar as comunidades na preservação e na transmissão de seu patrimônio linguístico. Essa missão deve ser compartilhada entre as comunidades, os entes federativos e a sociedade civil.

A abordagem que o Iphan vem desenvolvendo para lidar com a complexidade desse tema é pautada pela autodeclaração e pela anuência dos grupos e das comunidades linguísticas, de modo que se aborde as línguas enquanto elementos de interesse cultural e de afirmação de identidades. Trata-se de uma estratégia voltada para a percepção do fenômeno linguístico enquanto produto de diversos fatores de ordem sociopolítica.

A produção de conhecimento e a documentação sobre as línguas são elementos fundamentais dessa política, pois parte considerável da diversidade linguística no Brasil não foi suficientemente documentada e estudada. Muitas das línguas existentes passam por extrema vulnerabilidade, motivo pelo qual é estratégica a realização de pesquisas que permitam não só gerar acervos sobre elas,

2 Como exemplo de iniciativas apoiadas e/ou realizadas pelo Iphan sugerimos acessar a Plataforma Nimuendajú, disponível em:
<http://mapa-nimuendaju.eita.coop.br/>.

mas também produzir diagnósticos para subsidiar a implantação de ações de fortalecimento e de salvaguarda.

A política da diversidade linguística que propomos procura articular diferentes dimensões do Estado e da sociedade civil para a valorização e promoção das línguas minoritárias faladas no Brasil, participando de um movimento crescente, em nível mundial, que luta pela garantia de direitos linguísticos aos grupos minoritários. Tal perspectiva parte do princípio de que, se as línguas integram o rol dos direitos humanos, as comunidades linguísticas têm o direito de usá-las nos ambientes públicos e privados e de transmiti-las para as futuras gerações. Portanto, isso requer que as línguas sejam tratadas no âmbito de marcos legais específicos, como objetos de políticas públicas de fomento ao multilinguismo. Nesse sentido, atuamos para que o Estado Brasileiro compreenda a importância da diversidade linguística enquanto aspecto inerente à transmissão da cultura e enquanto referência de identidade para os grupos sociais que vivem no país.

A produção de conhecimento sobre a situação das línguas faladas no Brasil, por meio de levantamentos sociolinguísticos e pesquisas nos moldes dos inventários, está sendo realizada pelo Iphan e seus parceiros. A estratégia é sensibilizar a sociedade brasileira acerca da riqueza linguística do país. Ademais, o maior conhecimento da nossa realidade sociolinguística pode subsidiar a elaboração e implantação de políticas públicas voltadas para a salvaguarda e o fortalecimento das línguas minoritárias e para a garantia dos direitos linguísticos dos grupos que compõem a nossa diversidade cultural. Afinal, é a língua o vetor das diversas visões de mundo, das distintas formas de comunicação, da religiosidade, da espiritualidade, do cancionário e da musicalidade dos povos.

As línguas indígenas brasileiras estão entre as mais ameaçadas de extinção em comparação com outras línguas de povos autóctones no restante do globo. No intuito de ilustrar essa situação preocupante, trouxemos para nossa exposição no I Seminário Viagens da Língua: multilinguismo no mundo lusófono uma compilação de dados relativamente inéditos sobre a situação sociolinguística dos

povos indígenas no estado de Rondônia, colhidos em um extenso levantamento realizado pelo Museu Paraense Emílio Goeldi em parceria com o Iphan: o projeto Levantamento Regional da Situação Sociolinguística de 26 (vinte e seis) etnias indígenas de Rondônia³.

A situação etnolinguística naquele estado é um eficiente parâmetro para avaliar a situação das línguas indígenas em escala nacional, visto que nesse estado amazônico ocorrem línguas das principais famílias linguísticas faladas no Brasil, além de línguas isoladas e de povos em isolamento voluntário, bem como povos relativamente populosos, mas com poucos falantes; povos monolíngues em suas línguas maternas, línguas em processo de desaparecimento etc.

O objetivo desse recorte é demonstrar de modo mais qualitativo uma dimensão da diversidade etnolinguística no Brasil que se caracteriza pela considerável quantidade de línguas em termos absolutos (aproximadamente 160), porém com baixo número relativo de falantes por língua, evidenciando, assim, o alto grau de vulnerabilidade das línguas indígenas no Brasil.

Tal vulnerabilidade é decorrente de uma série de fatores relacionados ao processo de expansão territorial da sociedade brasileira partindo do litoral em direção ao interior do país, processo este que é incessante e vem ocorrendo com maior ênfase na Amazônia no último século. Para se ter uma noção mais precisa das consequências relacionadas a esse processo, a estimativa é que nos anos 1940 viviam em Rondônia cerca de 80.000 indígenas. No intervalo de quarenta anos, esse número caiu para cerca de 2.000 indivíduos, em 1980. Atualmente, conforme os dados do levantamento sociolinguístico realizado pelo Museu Paraense Emílio Goeldi, a população indígena de Rondônia é de cerca de 12.000

3 Para maiores informações sobre este projeto, consultar MOORE, D.; GALUCIO, A. V.; VAN DER VOORT, H. O patrimônio linguístico do Brasil: novas perspectivas e abordagens no planejamento e gestão de uma política da diversidade linguística. *Revista do Patrimônio*, 38, p. 195-219, 2018. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/revista_patrimonio38.pdf. Acesso em: 16 out. 2022.

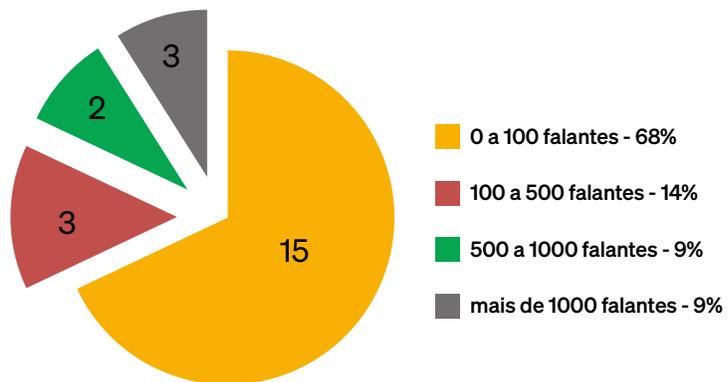
indígenas, de 26 etnias, habitantes de 19 Terras Indígenas, entre os quais aproximadamente 7.000 são falantes de 23 línguas indígenas pertencentes a 14 famílias linguísticas, e ainda línguas isoladas, ou seja, que não possuem parentesco genético com outras línguas.

Nome da Língua	Família Linguística
Aikanã	Língua isolada
Akuntsu	Tupari
Arikapu	Jaboti
Dialetos da Língua Gavião-Zoró-Aruá-Cinta Larga	Mondé
Djeoromitxi	Jaboti
Kanoé	Isolada
Kawahiba dos Karipuna	Tupi-Guarani
Kawahiba dos Amondawa	Tupi-Guarani
Kawahiba dos Uru-eu-wau-wau	Tupi-Guarani
Karitiana	Arikém
Karo	Ramarama
Kujubim	Txapakura
Kwazá	Língua isolada
Latundê	Nambikwara do norte
Makurap	Tupari
Oro Win	Txapakura
Paiter (Suruí)	Mondé
Puruborá	Puruborá
Sakurabiat	Tupari
Salamãï	Mondé
Tupari	Tupari
Wari'	Txapakura
Wayoro	Tupari

Créditos: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.
Fonte: Museu Paraense Emílio Goeldi.

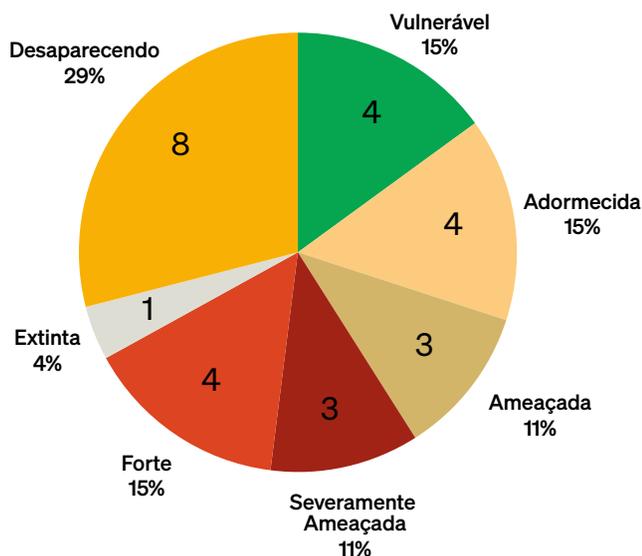
Ocorre nesse estado brasileiro uma situação sociolinguística plural, visto que há evidências de grupos étnicos em isolamento voluntário no qual não se é possível identificar a classificação genética da língua; povos que perderam a língua materna, como os Kujubim e os Salamã; línguas faladas por menos de dez indivíduos, como, por exemplo, as línguas Oro Win e Wayoro; línguas faladas por menos de 100 indivíduos, como a Kawahiba dos Amondawa e a Kawahiba dos Uru-eu-wau-wau; línguas faladas por até 500 indivíduos, como a Aikanã, Karo e Karitiana; como também línguas faladas por mais de 1.000 indivíduos, como ocorre entre os Paiter, Gavião e os Wari, cuja língua é falada por cerca de 3.000 indígenas.

A partir desses dados gerais, é possível ilustrar graficamente uma projeção sobre a demografia linguística dos povos indígenas de Rondônia. Verifica-se, por exemplo, que quase 70% das línguas indígenas são faladas por populações pouco numerosas e, por conseguinte, com baixa quantidade de falantes. Ou seja, 15 línguas de Rondônia têm menos de 100 falantes, e somente 9% das línguas são faladas por mais de mil indivíduos.



O levantamento em questão também analisou a vitalidade da cada língua, que inclui a observação sobre aspectos como as condições de transmissão (estável, em crise, em crescimento, interrompida), as dinâmicas do usos sociais (em expansão, estável, em retração), bem como as condições demográficas e culturais para avaliar a “saúde” das línguas, ou seja, o grau de vitalidade em que cada uma delas se encontra. O Guia INDL – que foi a metodologia utilizada pelo levantamento – sugere 6 tipologias de classificação para aferição do grau de vitalidade: forte, vulnerável, ameaçada, severamente ameaçada, desaparecendo, adormecida e extinta⁴.

A partir dessa classificação, verifica-se, por exemplo, que 8 línguas, ou seja, 29%, estão desaparecendo e somente 4 delas podem ser consideradas fortes. Lembramos que mesmo línguas que são faladas por populações de mais de mil indivíduos somente podem ser consideradas fortes se comparadas com outras línguas indígenas da mesma região.



Grau de vitalidade das línguas indígenas no estado de Rondônia por povos/etnias.
Fonte: Museu Paraense Emilio Goeldi.

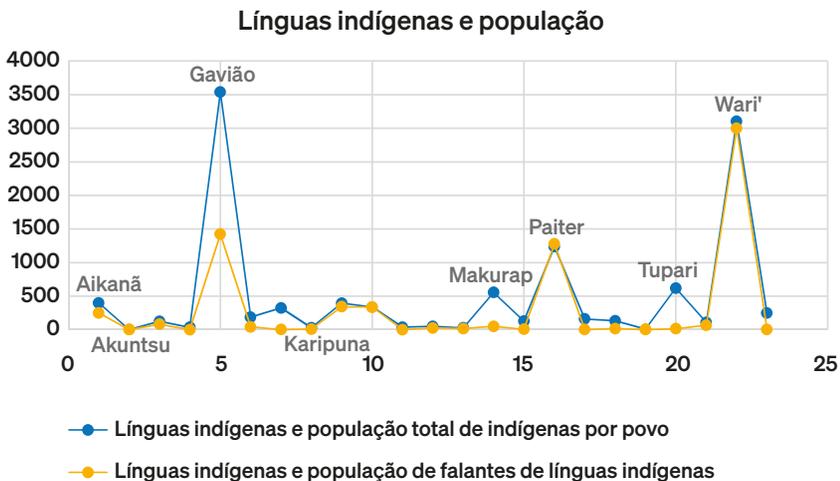
4 Para maiores orientações sobre os níveis e critérios de classificação das línguas, conferir Guia de Pesquisa e documentação para o INDL – volume 2.

Eis, a seguir, uma tabela com a classificação do Grau de Vitalidade das línguas indígenas de Rondônia em relação à população de cada uma das etnias.

Grau de Vitalidade	Etnia	População
Forte	Karo (Arara)	338
	Paiter (Suruí)	1.238
	Wari' (Pakaaa Nova)	3.104
	Zoró (Pagynel)	720
Vulnerável	Aikanã	400
	Gavião (Ikõlej)	678
	Karitiana	396
	Tupari	620
Ameaçada	Cinta Larga	2.000
	Djeoromitxi	187
	Makurap	555
Severamente ameaçada	Aruá	140
	Sakurabiat	134
	Wayoro	247
Desaparecendo	Amondawa	126
	Guarasu	10
	Karipuna	29
	Kwazá	51
	Latundê	28
	Oro Win	129
	Puruborá	160
	Uru-eu-wau-wau	108
Adormecida	Akuntsu	3
	Arikapu	37
	Kanoé	325
	Salamãï	10
Extinta	Kujubim	44

Créditos: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Fonte: Museu Paraense Emílio Goeldi.

O gráfico a seguir demonstra a relação entre o tamanho da população e a quantidade de falantes por língua. Observe, por exemplo, o caso da família linguística Mondé (representada pelos Gavião, Cinta-Larga, Zoró e Aruá), em que a população indígena é de cerca de 3.500 indivíduos, mas somente cerca de 1.500 falam a língua. Outro exemplo é o dos Wari', no qual o tamanho da população praticamente coincide com o número de falantes, cerca de 3.000 indivíduos, de modo que a classificação sugerida é de que se trata de uma língua cujo grau de vitalidade é considerado forte. Diferentemente, temos o caso dos Makurap, cuja população é de cerca de 550 indivíduos, porém apenas 50 deles falam a língua materna.



Créditos: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.
Fonte: Museu Paraense Emílio Goeldi.

O tipo de projeto de inventário sociolinguístico como este realizado em Rondônia pelo Museu Paraense Emílio Goeldi em parceria com o Iphan é um exemplo de iniciativa promovida pelo Estado em parceria com instituições de pesquisa que visam alcançar dois

objetivos: 1) o diagnóstico sociolinguístico que subsidia a avaliação sobre a vitalidade das línguas, de modo que possa induzir a elaboração de políticas de salvaguarda; e 2) a produção de documentação que subsidia o processo de reconhecimento das línguas como Referência Cultural Brasileira, conforme rege o Decreto 7387/2010.

Tal reconhecimento por parte do Estado, para além dos aspectos de promoção, valorização e salvaguarda da diversidade linguística, pode ser observado sob a perspectiva de política reparatória, pois é uma forma de compensar a repressão linguística sofrida historicamente por vários povos que têm sido vítimas de processos de violência e dizimação que resultam em considerável impacto no patrimônio linguístico e cultural da nação.

Nesse sentido, recentemente, a Defensoria Pública da União emitiu Nota Técnica na qual correlaciona os direitos linguísticos ao campo dos Direitos Humanos, em uma tentativa de ampliar o debate sobre a implementação de políticas públicas que almejam a reparação à repressão linguística no Brasil. O texto enumera alguns eventos e situações que se caracterizam como repressão linguística e assim se posiciona:

Ainda que possamos contextualizar historicamente tais eventos, são evidentes os seus efeitos negativos e consequências restritivas sobre a vida atual e perspectivas futuras dessas comunidades, fato que fundamenta ações e políticas públicas para conscientização do direito humano à diversidade linguística e medidas compensatórias de reparação imaterial pelos danos identitários.⁵

Consideramos que ainda há um longo caminho a ser percorrido no campo das políticas relacionadas à diversidade linguística no Brasil, apesar do esforço mobilizado pelas diversas instituições, como universidades, institutos de pesquisas, museus, organizações

5 Nota Técnica 8 DPGU/DNDH de 14 de setembro de 2021. Disponível em: <https://promocaodedireitoshumanos.dpu.def.br/nota-tecnica-no-8-dpgu-dndh/>. Acesso em: 16 out. 2022.

da sociedade civil e pelas comunidades linguísticas. É necessário implementar uma espécie de força-tarefa que atue de modo coordenado para promover e ampliar a sensibilização e o conhecimento sobre as línguas faladas no país. O Brasil precisa reconhecer-se como uma nação multilíngue para que o tema se torne uma realidade a ser considerada na formulação de políticas públicas que venham a se adequar cada vez mais à nossa complexidade étnico-cultural. É preciso sensibilizar a sociedade, bem como ampliar as ferramentas legais e institucionais para que o Estado brasileiro possa cumprir seu papel de zelar pelo nosso patrimônio linguístico.

AULAS DE PORTUGUÊS COM REFUGIADOS NA UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO: UM OLHAR DE ACOLHIMENTO

ANA SOUSA DA SILVA

Universidade do Estado do Rio de Janeiro

RESUMO

Com o aumento do fluxo de refugiados no Brasil, a emergência por se debater acerca do ensino de português para esse público específico tem sido cada vez maior. Diante de um contexto de ensino tão singular, surgem os questionamentos: 1) que língua ensinar a esses sujeitos? 2) que metodologia de ensino-aprendizagem adotar durante o curso? 3) que postura assumir enquanto professor? Assim, a partir da minha vivência enquanto professora voluntária com refugiados, buscarei responder a essas interrogações levando em conta não apenas a experiência em sala de aula, mas dialogando teoricamente com os pressupostos teóricos que orientam a prática.

INTRODUÇÃO

Neste artigo tratarei da minha experiência enquanto professora voluntária de português no curso de extensão Português com Refugiados, oferecido pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) em parceria com a Cáritas-RJ e com a Cátedra Sérgio Vieira de Mello, bem como refletirei sobre o contexto dos discentes, as motivações que levaram a participar do projeto e as complexidades envolvidas no processo de ensino de português com esse público específico. Dessa maneira, objetivo sensibilizar e aproximar a sociedade à questão do refúgio a fim de que medidas venham a ser tomadas em prol desses sujeitos.

Portanto, começarei traçando um panorama sobre o refúgio no Brasil a partir dos dados explicitados na 6ª edição do relatório “Refúgio em Números”¹ divulgado pelo Comitê Nacional para os Refugiados (doravante Conare). Em primeiro lugar, cabe assinalar que a questão do refúgio e do refugiado é uma realidade que desde sempre nos perpassa enquanto humanidade, uma vez que é a partir de deslocamentos que o nosso planeta foi sendo povoado e se tornou o que ele é hoje: múltiplo, heterogêneo e singular.

Não obstante, apesar de serem concretos, esses fluxos que constituem não apenas a sociedade, mas também nos constituem enquanto sujeitos sociais, não são vistos com a mesma “naturalidade”, como dizem por si só os relatos de xenofobia, de preconceito e exclusão social, por exemplo, pelos quais muitas dessas pessoas passam. Além disso, outros obstáculos como a instabilidade, seja social, seja econômica (ou ambas), o não falar a língua do país, o não conseguir validar o diploma e, por conseguinte, trabalhar em subempregos ou (pior ainda) não conseguir trabalho, são realidades que fazem parte da trajetória de muitos desses imigrantes.

Mas, afinal, quem são essas pessoas? O que dizem os dados mais recentes sobre o refúgio no Brasil? Segundo o já mencionado relatório do Conare, em 2020 o Brasil recebeu 28.899 solicitações

1 SILVA, G. J; CAVALCANTI, L; OLIVEIRA, T; COSTA, L. F. L; MACEDO, M., 2021, p. 4-61.

de reconhecimento da condição de refugiado, número este muito menor se comparado às solicitações de 2019, 82.552, pico que se deu em virtude do reconhecimento, por parte do Conare, do cenário de grave e generalizada violação dos direitos humanos na Venezuela em junho de 2019². Quanto à queda no número de solicitações em 2020, essa variação se justifica por fatores como as medidas de restrição à entrada de estrangeiros no país em virtude da pandemia de Covid-19.

Ao analisarmos o perfil dos alunos participantes do curso Português com Refugiados, vemos que esses dados se comprovam: em 2019 há um aumento nas turmas dos falantes de espanhol (colombianos, cubanos, mas, em sua maioria, venezuelanos) e uma diminuição nos demais grupos. Quando comecei a dar aula no projeto, em 2018, de acordo com a Cáritas-RJ, havia 115 alunos no curso de Português, sendo 38 alunos nas turmas de francês, 18 alunos nas turmas de inglês e 59 nas turmas de espanhol. Já em 2019 percebemos, em sala de aula, um expressivo aumento no número de alunos. O total de discentes passou a 145: 18 alunos nas turmas de francês, 13 nas de inglês e 114 nas de espanhol.³

Além disso, segundo nosso ponto de vista, outro fator que contribuiu para o crescimento do número de alunos nas turmas de espanhol foi a estratégia de interiorização do Governo Federal criada em 2018 e apoiada pelo Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (Acnur) e por outras Agências da ONU e de entidades da sociedade civil à integração de venezuelanos a qual realocou os venezuelanos em municípios e capitais brasileiras que aceitaram participar da estratégia. Segundo a Acnur,

2 Esse reconhecimento permitiu a análise e decisão em bloco de um conjunto significativo de processos de solicitantes de reconhecimento da condição de refugiado oriundos deste país. (SILVA, G. J; CAVALCANTI, L; OLIVEIRA, T; COSTA, L. F. L; MACEDO, M., 2021, p. 20)

3 Números disponíveis em: <http://www.caritas-rj.org.br/curso-de-portugues-para-refugiados.html>. Acesso em: 15 maio 2022.

os municípios brasileiros que mais acolheram venezuelanos interiorizados pela estratégia foram Manaus (4.931), Curitiba (3.073), São Paulo (3.033), Dourados (2.351), Porto Alegre (1.743), Brasília (1.287) e Rio de Janeiro (1.068). (AURELI, 2021, s/p).⁴

Assim, tivemos contato com muitas alunas que participaram dessa estratégia e que moravam em lugares como a Casa de Acolhida Papa Francisco⁵, a qual ficava muito longe do local do curso (UERJ). Desse modo, as alunas tinham dificuldade para chegar na Universidade e, por isso, posteriormente voluntários foram designados pela Cáritas-RJ para darem aula na própria Casa.

Por último, na contramão do que declara o senso (desinformado) comum ao dizer que os refugiados não têm estudo ou qualificação profissional, ao longo da nossa experiência nos deparamos com muitos sujeitos com ensino superior completo e com experiência laboral. Realidade essa reiterada pela pesquisa⁶ feita pelo Acnur com 487 entrevistados (refugiados que vivem no Brasil): 166 (34,4%) concluíram o Ensino Superior, 15 deles já cursaram alguma pós-graduação; 13 (2,7%) não completaram o Ensino Médio e 3 (0,6%) declararam-se analfabetos.

Não obstante, apesar de uma grande parcela ser qualificada, outro problema tão difícil quanto falar o português se apresenta: a revalidação dos diplomas. Ao longo de todos os anos que trabalho no curso, as dúvidas e dificuldades sobre essa questão se repetem: os alunos não conseguem revalidar seus diplomas, seja pela falta dos documentos requeridos, seja pela falta de recursos econômicos para realizar o processo.

4 Disponível em: <https://www.acnur.org/portugues/2021/04/20/entenda-o-que-e-a-estrategia-de-interiorizacao-e-porque-ela-e-referencia-global/>. Acesso em: 14 maio 2022.

5 Para saber mais: <http://www.caritas-rj.org.br/casa-de-acolhida-papa-francisco.html>. Acesso em: 15 maio 2022.

6 Para saber mais: ACNUR. Estudo: Perfil Socioeconômico dos Refugiados no Brasil. Disponível em: <https://www.acnur.org/portugues/wp-content/uploads/2019/05/Resumo-Executivo-Versa%CC%83o-Online.pdf>. Acesso em: 15 maio 2022.

Esse problema se apresenta em virtude da carência de políticas públicas/linguísticas que garantam o ensino de português assim como da falta de convênios ou da integração entre o Ministério de Educação brasileiro e os respectivos países dos refugiados. No entanto, um caminho que se mostra promissor a fim de auxiliar esse público é a parceria estabelecida desde 2016 pelo Acnur com a Compassiva⁷, uma Organização Não Governamental que ajuda gratuitamente refugiados a revalidar seus diplomas, parceria essa que até o presente momento (2022) é desconhecida por muitos refugiados (relatos deles).

CURSO DE PORTUGUÊS COM REFUGIADOS

No geral, quando encontramos cursos de idiomas, os títulos são sempre: português para estrangeiros; português para imigrantes; português para falantes de espanhol. Entretanto, não acreditamos em um ensino para, mas, apostamos em um trabalho com: (Com) compartilhado, construído em conjunto. Sendo assim, não se trata de um curso que ensina o português para o refugiado, mas que constrói com ele os conhecimentos dos quais precisa para sua inserção/ interação na sociedade.

O curso, portanto, é um projeto de extensão da UERJ (coordenado pela professora Poliana Arantes) em parceria com o PARES Cáritas-RJ desde 2014. Desse modo, as aulas são ministradas no décimo andar da UERJ. Quanto à estrutura do curso, funciona da seguinte maneira: as aulas duram 1 hora e 30 minutos, as turmas são divididas em dois níveis: básico e intermediário. O aluno, a partir do seu tempo de estadia/necessidade, opta pelo nível que melhor lhe atende. As aulas são oferecidas duas vezes por semana e os alunos recebem uma ajuda de custo (R\$ 15,00/aula) para que possam frequentar o curso. Finalmente, todos os professores são voluntários e são utilizadas três línguas mediadoras (espanhol, inglês e francês).⁸

7 Para saber mais: <https://compassiva.org.br/lar/>.

8 Para saber mais: <http://www.caritas-rj.org.br/curso-de-portugues-para-refugiados.html>.

Quanto à metodologia, partimos da concepção de linguagem adotada por Bakhtin (1995 [1929]), o qual a considera enquanto forma/processo de interação. Sendo assim, a linguagem não é apenas a representação de um mundo exterior, predefinido, tampouco é um sistema monológico de enunciação, mas um lugar de interação humana e de constituição das relações sociais. Nesse sentido, o ensino do português como língua de acolhimento (AMADO, 2013) se configura como pilar no processo de ensino-aprendizagem desses sujeitos.

Ademais, trabalhamos a partir da metodologia “ensino em trânsito” ou “porta giratória” (RUANO; GRAHL; PERETI, 2016). Isso porque a dinâmica do curso não segue um fluxo contínuo (aulas sequenciais), mas as urgências levantadas pelos alunos. Sendo assim,

[...] a ideia tem sido então, partir de uma situação contextual comum à nova vida desses estudantes, como, por exemplo, realizar uma entrevista de emprego, e a partir daí elencar os elementos de adequação discursiva e linguística, para que, no final de uma aula de três horas [no nosso caso, 1,5h], o aluno tenha construído repertório e desenvolvido habilidades linguísticas para realizar uma tarefa comunicativa. [...] Dessa forma, diminui-se a sensação de ter perdido um conteúdo anterior. Passamos assim de uma forma linear de ensino da linguagem para um modelo espiral centrífugo, muito mais produtivo nessa situação de constante trânsito. (RUANO; GRAHL; PERETI, 2016, p. 298).

Essa opção didático-metodológica se justifica em virtude do perfil dos alunos: são pessoas que não têm a possibilidade de estarem presentes em todas as aulas por diversos motivos: 1) precisa sair para procurar emprego; 2) necessita levar a(o) filha(o) à escola, ao médico; 3) tem que resolver questões burocráticas em órgãos públicos; 4) questões psicossociais/individuais etc. Enfim, são muitas as especificidades que interferem na assiduidade desses sujeitos. Portanto, cada aula é uma aula “fechada”.

ACOLHIMENTO POR MEIO DA LÍNGUA

Como destacam Silva e Fernandes (2017), a aprendizagem de um novo idioma é uma das maiores dificuldades dos imigrantes. Nesse sentido, sendo a língua uma forma de intervenção e de construção do mundo e um dos principais fatores de conjugação entre o indivíduo e o mundo, o estar em um contexto onde não há a articulação entre o contexto social tampouco entre as práticas linguageiras a partir dos quais esses indivíduos se constituíram enquanto sujeitos sociais é um processo tão complexo quanto o próprio fenômeno da imigração.

Não é deixada para trás apenas a própria terra, mas toda uma rede de significantes e significados: família, normas e memória sociais, trabalho. Como destacam Rocha e Deusdará (2005), a linguagem, que é construída entre o eu e o outro segundo formas de interação situadas historicamente, é perdida. E é nesse contexto, portanto, que a língua espanhola, que até então era o instrumento através do qual os enunciados emergiam, sobre o qual a realidade sócio-histórico-ideológica deles estava ancorada, passa a dialogar com sua língua-irmã, a língua portuguesa, produzindo assim um terceiro espaço que vai além das singularidades “nem um e nem outro” que contesta os espaços de ambos (RIBEIRO, 2015, p. 167).

Há, ademais, questões psicossociais do processo de refúgio que impactam o processo de ensino e de acolhimento através da língua: certa vez, ao conversar com uma aluna idosa sobre o porquê de ela não se expressar em português uma vez que frequentava regularmente as aulas ao longo de 2 anos, ela me disse: “eu não falo em português porque eu tenho medo de esquecer o espanhol”. Esse comentário foi um “soco no estômago” para mim. Fiquei sem reação. Para ela, aprender/falar o português não era apenas aprender/expressar-se em outra língua, mas significava se afastar (ainda mais) de suas raízes. Do que ela conhecia. Da sua língua natal.

Portanto, o acolhimento por meio da língua não é sobre ensinar a gramática, a estrutura linguística do português para os alunos. O acolhimento pela língua passa por ouvir, por entender as necessidades do dia a dia desses sujeitos, por estar aberto e atento

às suas heterogeneidades e necessidades. Afinal, eles não estão apenas aprendendo um novo idioma, mas estão ressignificando-se enquanto alunos (sendo alunos em outra cultura), enquanto sujeitos sociais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em suma, respondendo aos questionamentos levantados no início desse artigo, fomos motivados a participar desse projeto a partir da oportunidade de contribuir à integração desses sujeitos na sociedade. Entretanto, ao estar em contato com os alunos, percebemos que não se trata de um trabalho de mão única no qual nós, enquanto professores, “passamos conteúdos”, mas de um processo contínuo de troca sócio-histórico-cultural, de desconstrução de pré-construídos, de aprendizagem mútua.

Obviamente, há muitos desafios para todos os envolvidos ao longo dessa caminhada. Entretanto, como afirmam Arantes, Deusdará e Rocha (2016, p. 182),

mais do que focar nos conteúdos que serão trabalhados, é importante considerar “a complexidade da realidade e as potencialidades dos ambientes nos quais os “alunos” estão inseridos” bem como “as memórias discursivas sobre as práticas que eles trazem consigo e (re)significam a cada contato com o outro.

E, assim, vamos traçando novos caminhos, escrevendo novas histórias. Construindo e caminhando juntos rumo a um mundo menos excludente e mais inclusivo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AMADO, R. S. O ensino de português como língua de acolhimento para refugiados. **Revista da Sociedade Internacional Português Língua Estrangeira**. Edição 7, ano 4, n. 2, s/p, 2013.

- ARANTES, P. C. C.; DEUSDARÁ, B.; ROCHA, D. Ensino de línguas com refugiados: implicações éticas, políticas e conceituais em tempos de biopoder. *In: Cadernos de Letras da UFF*. Dossiê: Línguas e culturas em contato nº 53, p. 167-185. Rio de Janeiro, 2016.
- BAKHTIN, M. M. [VOLOCHINOV, V. N.]. **Marxismo e filosofia da linguagem**: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem. 7. ed. São Paulo: HUCITEC, 1995. (Linguagem e cultura, 3).
- RIBEIRO, C. de O. A contribuição das noções de entre-lugar e de fronteira para a análise da relação entre religião e democracia. **Rever**, Ano 15, n. 2, jul-dez, 2015.
- ROCHA, D.; DEUDARÁ, B. Análise do Conteúdo e Análise do Discurso: aproximação e afastamentos na (re) construção de uma trajetória. **Alea**, v. 7, n. 2, jul-dez, 2005, p. 305 - 322.
- RUANO, B. P.; GRAHL, J. A.; PERETI, E. Português Brasileiro para Migração Humanitária (PBMIH): construindo um projeto de integração linguística, cultural e social. *In: RUANO, B. P.; SALTINI, L.; SANTOS, J. P. (org.). Cursos de português como língua estrangeira no Celin-UFPR: práticas docentes e experiências em sala de aula*. Curitiba: Editora UFPR, 2016, p. 291-320.
- SILVA, F. R.; FERNANDES, D. Desafios enfrentados pelos imigrantes no processo de integração social na sociedade brasileira. Dissertação de Doutorado (PUC-Minas). **Revista do Instituto de Ciências Humanas**, v. 13, n. 8, 2017.
- SILVA, G. J; CAVALCANTI, L; OLIVEIRA, T; COSTA, L. F. L; MACEDO, M. **Refúgio em Números**. Observatório das Migrações Internacionais; Ministério da Justiça e Segurança Pública/Comitê Nacional para os Refugiados. 6 ed. Brasília, DF: OBMigra, 2021.

DIVERSIDADE CULTURAL E LINGUÍSTICA NA COOPERAÇÃO INTERNACIONAL DA COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA (CPLP)

DANIEL ESCOREL

*Universidade do Minho
Fundação para a Ciência e
Tecnologia de Portugal – FCT*

São estimadas em 339 diferentes línguas as que pensam, criam e traduzem cotidianamente as paisagens dos mais de 10,7 milhões de quilômetros quadrados que delimitam as fronteiras de Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe e Timor Leste, representando 5% do número total de línguas faladas no mundo inteiro (OLIVEIRA, 2015). No âmbito da cooperação internacional para o fomento ao desenvolvimento dos setores culturais nos Estados-Membros que compõem a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), entretanto, a totalidade dos programas e políticas está centrada na língua portuguesa e no fortalecimento de seu posicionamento no cenário internacional, orientando-se os investimentos políticos e financeiros para a formação, conexão e expansão do mercado de bens culturais em língua portuguesa.

No advento da Década Internacional das Línguas Indígenas (2022-2032), iniciativa instituída pela Organização das Nações Unidas (ONU) e liderada pela Unesco, não identificam-se programas ou políticas específicas para as outras comunidades linguísticas desse espaço e o seu muito necessário reconhecimento como um valioso ativo da cooperação internacional e do patrimônio cultural a ser valorizado e protegido. Urge mover-se o centro das línguas hegemônicas europeias e sua posição consolidada de poder nas mais diversas geografias, deslocando-o para todas as outras línguas do mundo, em direção a um pluralismo de linguagens como veículos legítimos da imaginação e capacidade de criação humana (WA THIONG'O, 1993).

Em junho de 1996, organizações não governamentais, ativistas e especialistas em direitos linguísticos do mundo inteiro encontravam-se na cidade de Barcelona para a conferência mundial que resultou na proclamação da Declaração Universal dos Direitos Linguísticos. Rigoberta Menchú Tum, ativista indígena guatemalteca do grupo Quiché-Maia, galardoada alguns anos antes com o prêmio Nobel da Paz, em uma carta oficial escrita para a abertura da conferência, denunciava a persistência da violação de direitos humanos nos países anteriormente submetidos a processos de colonização e caracterizava as línguas como as principais armas de resistência cultural dos povos que historicamente sofreram com a imposição de valores culturais estrangeiros.

Vinte anos mais tarde, em 2016, 40% de um total estimado de 6.700 línguas faladas no mundo encontravam-se em risco de desaparecimento¹. Em 2019, em decisão baseada em recomendação do Fórum Permanente sobre Assuntos Indígenas das Nações Unidas, seria realizado o Ano Internacional das Línguas Indígenas, cujo principal objetivo foi chamar a atenção para a grave perda de línguas indígenas e a necessidade premente de conservá-las, revitalizá-las e promovê-las, e que daria, por sua vez, origem à

1 (UN E/C.19/2018/8, p. 2).

proclamação da Década Internacional das Línguas Indígenas (2022-2032). Estabelecida como uma ampla campanha internacional, a iniciativa busca expandir e perpetuar as ações iniciadas em 2019 e chama a atenção para a necessidade de promoverem-se ações concertadas em níveis nacional e internacional, no sentido de promover a diversidade linguística mundial, incluindo o multilinguismo na agenda do desenvolvimento sustentável global pós-2030.

A Declaração de Los Pinos [Chapotelpek] (2020), documento-quadro da iniciativa, orienta os esforços a serem empreendidos e confere absoluta centralidade aos povos detentores das línguas nesse processo. Reconhecendo o caráter transversal e multidisciplinar da questão linguística, clama por equidade, respeito e o direito à autodeterminação social, política, cultural e econômica dos povos, tendo como lema o mote “Nada para Nós sem Nós”.

Por entre as fronteiras estabelecidas por regimes coloniais, em detrimento da ampla diversidade linguística nativa, as línguas oficiais das esferas públicas nacionais no âmbito da justiça, saúde e da educação seguem sendo, na maior parte das vezes, a língua imposta pelos antigos colonizadores, na continuidade e expansão de um processo de assimilação, marginalização ou eliminação, condicionando o acesso a direitos básicos e à prática da cidadania ao domínio das línguas de origem europeias ali estabelecidas. Como aponta Quijano (2005), o resultado da história do poder colonial teve duas implicações decisivas: o despojo das identidades históricas singulares dos diferentes povos subjugados e o despojo de seu lugar na história da produção cultural da humanidade, o que implicou sua relocalização em um novo tempo histórico, colocando-os como parte do passado.

Entretanto, muitas das culturas que foram objeto do racismo cultural são hoje parcialmente recuperadas enquanto suportes de globalização das culturas e línguas hegemônicas (SANTOS, 2006). Após sua descolonização, os amplos espaços linguístico-culturais estabelecidos pelos usos da língua portuguesa, espanhola, francesa ou inglesa em África, nas Américas, na Ásia e na Europa passaram por uma progressiva institucionalização, dando

forma às organizações internacionais e institutos culturais que encontram na partilha da língua colonizadora a principal premissa para a cooperação e o intercâmbio em diferentes áreas. São exemplos a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), a Organização de Estados Ibero-americanos (OEI) e a Organização Internacional da Francofonia (OIF). Criadas em momentos históricos distintos, essas comunidades imaginadas representam a resignificação, a comunhão e a transnacionalização de nacionalismos ferrenhos nos quais a língua cumpre um papel sempre fundamental na seleção daquilo que é lembrado e daquilo que é esquecido e na projeção de futuros compartilhados (ANDERSON, 1983).

Em 2001, ao identificar elementos comuns em sua formação e interesses geoestratégicos compartilhados, essas três organizações internacionais passariam a conformar uma iniciativa interinstitucional e um espaço político-cultural de solidariedade designado como Três Espaços Linguísticos (TEL), com o principal objetivo de defender a diversidade cultural e linguística no cenário internacional. Naquele ano, realizava-se em Paris o encontro intitulado Três Espaços Linguísticos frente aos desafios da mundialização, um primeiro grande debate sobre os desafios enfrentados por espaços linguístico-culturais já estabelecidos frente à emergência da globalização de base anglo-saxã, e sobretudo estadunidense. Não obstante as profundas dinâmicas de dominação cultural e linguística que definem historicamente a própria conformação desses espaços, as línguas europeias aparecem aqui como as grandes protagonistas do direito à diversidade, ameaçadas pela expansão de uma globalização cultural homogeneizante. As muitas línguas nativas não pareceram dignas de maior tempo de discussão. Pressupostos os papéis das línguas europeias como possíveis sintetizadoras de toda a diversidade presente nos territórios do Sul Global, os conceitos de diversidade cultural, multilinguismo e plurilinguismo têm vindo a ser articulados nessas esferas de modo a irem tão longe quanto a que não cheguem a questionar as distâncias diferenciais dos poderes estabelecidos (BOURDIEU, 1982).

Sob o manto da defesa da diversidade cultural e do multilinguismo, o fórum destinou-se a discutir o papel daquilo que a União Europeia designa hoje como “línguas europeias do mundo”², o seu pluricentrismo e a evolução de seus usos e possibilidades no cenário internacional, na busca da renovação de seus mandatos de legitimidade em meio à atualização dos debates sobre diversidade na emergência da Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural (2001) e da Convenção sobre a Proteção e Promoção da Diversidade de Expressões Culturais (2005) na Unesco. Calvet (2001), em ensaio que compõe os documentos de trabalho da conferência, apontou de maneira pertinente que se a defesa da diversidade puder permitir aos grandes conjuntos linguísticos preservar suas identidades na concertação das “línguas do mundo” particularmente apresentar resistência ao uso do inglês, ela não deve, entretanto, deixar esquecer que, no seio desses mesmos conjuntos, existem outras identidades, outros plurilinguismos e uma outra diversidade à qual prestar atenção.

No desenho institucional da CPLP, vemos que a noção da superioridade da língua europeia se mantém, relegando a todas as outras línguas que compõe esse amplo e descontínuo espaço geográfico, e portanto suas comunidades, o lugar de não sujeitos. Na análise da ampla documentação pública reunida no arquivo histórico da organização encontram-se poucas menções ao multilinguismo inerente e característico da comunidade, e os estatutos que orientam as ações da instituição não mencionam ou sequer reconhecem oficialmente a existência de qualquer uma dessas outras línguas. Em um claro descompasso com suas organizações parceiras na iniciativa TEL, que têm vindo progressiva e assertivamente a reconhecer, incluir e promover as diferentes comunidades linguísticas que as compõe por meio de documentos estratégicos, políticas e programas, a agenda da CPLP tem sido estabelecida e trabalhada à revelia dos interesses e sem a participação da multiplicidade de

2 EU/Document 52008SC2444, final, 2008.

comunidades linguísticas que, em última instância, a organização também representa.

Muito pese seu progressivo alinhamento com a agenda internacional pela defesa da diversidade cultural, a concretude programática e financeira das políticas existentes evidencia a enorme dificuldade da CPLP em traduzir a evolução dos debates e discursos em esforços de caráter prático para a efetivação de relações interculturais equitativas e a autonomia e o protagonismo de comunidades linguísticas de origem não europeia.

Para além do reconhecimento da responsabilidade de reparação histórica que detêm as instituições de línguas de colonização frente às comunidades linguísticas colonizadas, a CPLP tem o potencial de pautar-se igualmente pela partilha de processos de democratização e descolonização dos usos das línguas de seu espaço (GUIMARÃES, 2012). Pensar no estabelecimento de políticas que possibilitem a efetivação da função conectora inerente à língua portuguesa contemporânea torna-se, assim, essencial para a valorização de um patrimônio cultural efetivamente diverso. Favorecer uma mais ampla circulação de conhecimento entre as diferentes culturas que compõem a CPLP passará necessariamente pelo reconhecimento do multilinguismo como um componente fundamental do direito à expressão cultural dos povos. Muito fica, portanto, por descobrir, conhecer, preservar, valorizar e promover.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANDERSON, B. **Comunidades Imaginadas** – Reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- BOURDIEU, P. **Ce que parler veut dire**: L'économie des échanges linguistiques. Paris: Fayard, 1982.

COMMUNICATION from the Commission to the European Parliament, the Council, the European Economic and Social Council. **Multilingualism: an asset for Europe and a shared commitment** {SEC(2008) 2443} {SEC(2008) 2444} {SEC(2008) 2445} COM/2008/566 final, 2008.

CPLP. **Estatutos da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP)** – versão com revisões de São Tomé/2001, Brasília/2002, Luanda/2005, Bissau/2006 e Lisboa/2007.

GUIMARÃES, S. M. G. Políticas Linguísticas e Práticas no Brasil. *In*: PLATÔ. **Diversidade Linguística nos Países de Língua Portuguesa**. Instituto Internacional da Língua Portuguesa (IILP), 2012. p. 33-42.

ORGANIZAÇÃO das Nações Unidas. **Action plan for organizing the 2019 International Year of Indigenous Languages**, 2018. E/C.19/2018/8.

OLIVEIRA, G. M. Language Policy and Globalization: The Portuguese Language in the Twenty- First Century. *In*: Moitas-Lopes, L. P. (Ed.), **Global Portuguese – Linguistic Ideologies in Late Modernity** (p. 27-46). Nova Iorque: Routledge, 2015.

Organisation Internationale de la Francophonie. **Trois Espaces Linguistiques Face aux Défis de la Mondialisation. Actes du Colloque international**. Paris: STEDI, 2001.

QUIJANO, A. A colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina. *In*: A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas, **CLACSO**. Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales: Buenos Aires, 2005. p. 117-142.

SANTOS, B.S. Para um novo senso comum: a ciência, o direito e a política na transição paradigmática – volume 4. **A gramática do tempo, para uma nova cultura política**. Porto: Edições Afrontamento, 2006.

THIONG'O, N. **Moving the centre** – the struggle for cultural freedoms. James Currey. Lulu: 1993.

UNESCO. **Los Pinos Declaration [Chapoltepek]** – Making a Decade of Action for Indigenous Languages, México.

Institut d'Edicions de la Diputació de Barcelona. **Universal Declaration of Linguistic Rights**. Follow-up Committee. Inresa, 1998.

ENSINO DE PORTUGUÊS COMO LÍNGUA DE HERANÇA NA FINLÂNDIA: DESAFIOS E PRÁTICAS

LUCIANA FARIA PEREIRA PALTILA
Helsingin Kaupunki/Cidade de Helsinque

Quando formei-me em Língua Portuguesa na Faculdade de Letras da Universidade Federal do Rio de Janeiro, jamais eu poderia imaginar que, dali a alguns anos, estaria lecionando fora do meu país de origem; menos ainda eu poderia pensar em dar aulas de português em um país tão distante do meu e o qual eu só conhecia pelas bandas de *heavy metal*. No meu primeiro dia de trabalho na Finlândia ensinando português como língua estrangeira para adultos, eu percebi que, embora tivesse formação em didática da Língua Portuguesa, faltava-me qualificação e experiência para compreender as dinâmicas de um país que vive o multilinguismo no dia a dia. Essa falta acentuou-se ainda mais quando me vi com o desafio de ensinar também minha língua materna para crianças e jovens que aprendem o português como o que chamamos de língua de herança (LH).

Neste artigo, farei uma breve descrição das oportunidades de ensino e aprendizagem de português na Finlândia e também um curto relato sobre o ensino de português como língua de herança (PLH) para crianças no mesmo país. Este artigo é baseado na minha apresentação oral “Ensino de português como língua de herança na Finlândia: desafios e práticas” realizada no I Seminário Internacional Viagens da Língua: multilinguismo no mundo lusófono, evento organizado pelo Museu da Língua Portuguesa (São Paulo, Brasil) em 8 de dezembro de 2021, na modalidade on-line.

I – A CULTURA MULTILÍNGUE DA FINLÂNDIA E O ENSINO DE LÍNGUAS DE HERANÇA NO ENSINO BÁSICO

Segundo o Conselho da Europa, o multilinguismo trata-se da coexistência de variadas línguas em um determinado espaço geográfico (CONSELHO DA EUROPA, 2001; CUMMINS, 2014; PIIPPO, 2016). A partir dessa compreensão, pode-se dizer que a Finlândia é um país multilíngue desde a essência. O país nórdico de 5,5 milhões de habitantes tem duas línguas oficiais, o finlandês e o sueco. Além disso, o sámi, um conjunto de línguas lapônicas, tem também status de língua oficial no norte da Finlândia. Para além dessas línguas oficiais, nas grandes cidades finlandesas, como a capital Helsinque, coexistem ainda diversos outros idiomas, como o inglês, o russo, o estoniano, o árabe e o somali, tendo em vista a internacionalização do país e as crises migratórias das últimas décadas. Um dos resultados desse multilinguismo é que muitas pessoas morando na Finlândia atualmente são proficientes em pelo menos uma ou mais línguas, além das oficiais (MINISTRY OF EDUCATION AND CULTURE IN FINLAND, 2017). Um outro resultado é que diversas culturas internacionais têm se expandido e entrelaçado com práticas e hábitos culturais locais, especialmente nas grandes cidades (algumas culturas, todavia, como as africanas, sofrem mais resistência do que outras, como a americana).

No cotidiano finlandês, essa diversidade linguística e cultural é vivenciada e fomentada de muitas formas: documentos oficiais e informativos escolares, por exemplo, são publicados em múltiplas

línguas; no ensino básico, o aprendizado de uma língua estrangeira já começa no primeiro ano; e, nos muitos centros de ensino de cursos livres para adultos, a oferta de cursos de línguas e culturas estrangeiras é abrangente e acessível a preços populares, quando não gratuitamente.

Além disso tudo, a constituição finlandesa garante que os cidadãos residentes na Finlândia tenham direito a manter suas línguas e culturas nativas. Com base nessa garantia, o governo estatal oferece financiamento aos municípios que queiram organizar aulas de línguas de herança em suas escolas públicas (reitera-se que a grande maioria da população finlandesa frequenta escolas públicas no ensino básico e apenas uma minoria frequenta as poucas escolas privadas, que também podem receber financiamento estatal). A oferta dos cursos de LH não é obrigatória, mas a maioria dos municípios a faz quando necessário, com a condição de haver um número mínimo de alunos para formar uma turma. Atualmente, são cerca de cinquenta línguas ensinadas, gratuitamente, como língua de herança nas escolas primárias e secundárias da Finlândia. As aulas de LH destinam-se aos alunos que aprendem em casa, como herança familiar, uma língua materna diferente das línguas do país. A participação nesses cursos de LH é voluntária e os encontros acontecem semanalmente, com duração, em geral, de uma hora e meia.

II – LÍNGUA DE HERANÇA: MAS O QUE É?

A língua materna de um indivíduo é a primeira língua que ele ou ela aprende, ainda na infância. Em geral, essa língua também está relacionada à cultura e à etnia da pessoa. Muitas vezes, o conceito de língua materna é também referido como “primeira língua (L1)” ou “língua nativa”. Já a língua de herança representa um conceito mais recente na história dos estudos linguísticos e, por que não dizer, mais complexo de se definir. A própria expressão “de herança” é questionável, como aponta a professora Dr. Sílvia Melo-Pfeifer no artigo em que discute o que seria de fato a língua de herança e a relação desta com questões de identidade, sentimentos de pertença,

multiliteracias e bi-/plurilinguismo (MELO-PFEIFER, 2018). Apesar disso, aqui tomamos como base a definição da mesma autora e colega sobre “língua de herança”:

língua adquirida junto da família e da comunidade de origem deslocalizada, num ambiente linguístico maioritário [...]. Neste sentido, o português língua de herança (PLH) é uma língua com um grau muito variável de “estranheza”, situando-se de forma muito variável e dinâmica no continuum “conhecido/desconhecido” (DABÈNE, 1994), dependendo das práticas de comunicação e de transmissão familiares. (BASTOS; MELO-PFEIFER, 2017, p. 181).

A título de exemplificação, podemos pensar no seguinte caso: Luna (nome fictício) é uma criança que nasceu na Finlândia, filha de mãe brasileira e falante de português como L1 e de pai finlandês e falante de língua finlandesa (L1 também). Em casa, Luna, desde o nascimento, escuta e aprende a falar português com a mãe e finlandês com o pai, portanto, podemos considerá-la uma criança bilíngue. Assim posto, a dinâmica comunicativa de uma família bilíngue no par português-finlandês não parece muito complexa, porém muitos fatores podem influenciar a rotina da família e o desenvolvimento linguístico da criança, por exemplo: se os pais se comunicam em uma terceira língua ou se falam um a língua um do outro; se coabitam com a criança; se a criança participa da escolarização na língua majoritária ou não; se a criança interage, e com que frequência, com outras pessoas na língua minoritária; se a criança desenvolve laços afetivos com as línguas que fala; entre muitos outros fatores. Esse é apenas um exemplo comum entre a comunidade de falantes de português na Finlândia, mas que não encerra as diversas formas de constituição familiar, nem a complexidade do dia a dia de uma família plurilíngue. Há de se pensar ainda que, no contexto multicultural, especialmente de Helsinque, não é raro a criança estar frequentemente em contato, na creche e na escola, por exemplo, com outras línguas, como o inglês, o sueco e o russo.

III – LUSOFONIA NA FINLÂNDIA: QUEM FALA PORTUGUÊS NA FINLÂNDIA?

Segundo dados oficiais do governo, em 2021, haviam registrados 3.837 falantes de português como língua materna na Finlândia (Statistics Finland/Tilastokeskus, 2021). Esse número pode, na verdade, ser maior, pois nem todas as famílias lusófonas cujos filhos nascem no território finlandês e aprendem a falar o idioma fazem o registro da língua portuguesa como a língua materna da criança. Desse número total, a maioria, 2.267 falantes, encontra-se na região de Uusima, a região da capital Helsinque e cidades próximas. Em linhas gerais, esses falantes são imigrantes oriundos de países de língua portuguesa ou filhos, finlandeses ou não, de pais falantes do idioma.

Não por coincidência, a maioria das atividades de promoção do português e suas culturas acontece também na região da capital. O Centro Cultural Brasil-Finlândia (CCBF), instituição coordenada pela Embaixada do Brasil na Finlândia, é um dos maiores promotores locais de atividades de língua portuguesa e de atividades culturais brasileiras. O CCBF oferece regularmente cursos de português como língua estrangeira (PLE) para adultos e também oficinas de português como língua de herança (PLH) para crianças e jovens, além de apoiar atividades de interesse por toda a Finlândia. Também a Embaixada de Portugal promove com frequência eventos relacionados à cultura portuguesa e apoia solidamente iniciativas relacionadas à lusofonia. Essas iniciativas são organizadas por instituições como a associação Ninho (Kulttuurikeskus Ninho ry), a qual anualmente realiza o Festival Kolibrí, um festival infantil artístico e multicultural, dedicado sobretudo às culturas latinoamericanas. Essa mesma associação promove, desde 2021, nas cidades de Helsinque, Espoo e Vantaa também o projeto de leitura e contação de histórias chamado “Lukupesä” (Ninhos de Leitura, em português). Por meio desse projeto, crianças e jovens plurilíngues para quem o português (entre outros idiomas) é língua de herança são convidados a participar de sessões interativas de leitura literária. Além de o Ninho, também a Associação de Professores

de Português na Finlândia (APPF) responsabiliza-se por apoiar os professores de língua portuguesa atuantes no país, bem como por criar incentivos às culturas em português. Por último, mas não menos importante, em muitos centros de educação livre (em finlandês, “kansalais-ja työväenopistot”) e também nas universidades, encontram-se oportunidades de aprendizagem e desenvolvimento das habilidades comunicativas na nossa língua.

Esses exemplos estão longe de esgotar o número de possibilidades de ensino-aprendizagem de português na Finlândia, mas são alguns dos exemplos mais expressivos.

IV – ENSINO DE PORTUGUÊS COMO LÍNGUA DE HERANÇA NA FINLÂNDIA

De acordo com a Associação dos Professores de Português na Finlândia, no ano escolar 2021-2022, houve aproximadamente 20 turmas de PLH organizadas em 9 cidades finlandesas (Helsinque, Espoo, Vantaa, Tampere, Kouvola, Jyväskylä, Lahti, Turku e Oulu). Os professores que lecionam nessas turmas são, em sua maioria, falantes nativos de português (embora essa não seja exigência para se assumir o cargo), com ou sem formação para o ensino dessa língua (para se lecionar na Finlândia, em geral, é comum se exigir mestrado em educação ou na matéria lecionada, mas não é raro que os professores de LH sejam contratados mesmo tendo formação acadêmica diferente da exigida, por exemplo, formação em história e até mesmo administração; isso acontece dada a escassez de profissionais disponíveis para o ensino das línguas).

Se a realidade dos alunos aprendizes de língua de herança já é, como vimos, multicultural, a realidade das salas de aula de PLH na Finlândia é mais diversificada ainda, pois nessas salas se encontram variantes diferentes do português: a variante de Portugal, do Brasil, de Angola, de Moçambique e de Cabo Verde, pelo menos. Nesses contextos, os desafios de se ensinar PLH são enormes: o professor, primeiramente, precisa lidar com a heterogeneidade da turma, uma vez que nela pode acontecer de estudarem tanto um aluno recém-alfabetizado de 1º ano quanto um aluno de 5º ano; o professor

precisa ainda despertar a atenção dos alunos para a interferência do finlandês na língua portuguesa que eles usam, precisa desconstruir preconceitos em torno de uma ou outra variante do português, além de, claro, facilitar o desenvolvimento das habilidades comunicativas (orais e escritas) do aluno na língua-alvo e a relação identitária do estudante com a cultura herdada.

Os municípios têm, cada um, diretrizes e objetivos estabelecidos para com o ensino de língua de herança, porém essas orientações não tratam de cada idioma em sua individualidade e nem levam em conta a heterogeneidade dos grupos de LH. Assim, cabe ao professor encarregado escolher quais são os conteúdos mais importantes a serem ensinados e explorados na sala de aula, bem como planejar e executar atividades que sensibilizem também os seus alunos para suas raízes na cultura lusófona.

Em sua tese de doutorado, a professora Dr. Jarna Piippo descreveu e analisou detalhadamente o contexto e as condições de ensino de português e de espanhol como LH na Finlândia (PIIPPO, 2016).

V – REFLEXÕES, PROVOCAÇÕES E CONCLUSÕES

A multiculturalidade e o multilinguismo são demandas da vida contemporânea. Não só as crises migratórias na Europa, mas também a velocidade no desenvolvimento das formas modernas de comunicação têm, nos últimos anos, remodelado espaços, culturas, línguas e pessoas. Nesse sentido, é imperativo que aprendamos também a lidar com a diversidade cultural e linguística do mundo, visto que isso pode colaborar para não só a preservação de idiomas, mas também, e mais importante ainda, para a promoção de práticas de justiça e igualdade social.

Nesse contexto, o ensino e desenvolvimento de línguas de herança é certamente uma necessidade que, entretanto, parece ainda pouquíssimo explorada e discutida nas faculdades de Letras e nos centros de formação de professores no Brasil. Ao tentar resgatar, na memória e nos livros guardados da faculdade, conteúdos sobre ensino de português como uma língua pluricêntrica e sobre variados contextos de aprendizagem, como o de herança, percebo um

abismo em minha formação, o qual é respaldado pelos relatos de muitos outros professores de português que conheço e que atuam na área de LH.

A situação de ensino e aprendizagem de línguas na Finlândia carece ainda de muitas reformas e investimentos e está longe de ser perfeita ou de ser modelo a ser copiado em outros países. Todavia, não podemos negar que a oferta gratuita, em ambiente escolar seguro e equipado, de língua de herança é uma forma de política linguística a servir de inspiração para outros países, respeitadas as diferenças sociais, econômicas e culturais.

Enquanto reformas curriculares não são discutidas e propostas no Brasil, é de extrema relevância que instituições de prestígio, como o Museu da Língua Portuguesa, promovam discussões acerca da pluricentricidade e multiculturalidade das “línguas em português”¹. O Seminário Viagens da Língua Portuguesa foi um exemplo disso e foi também uma forma de incentivo a trocas de saberes e produção de conhecimentos relacionados às práticas sociodiscursivas atravessadas pelo multilinguismo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BASTOS, M.; MELO-PFEIFER, S. O Português em Moçambique e na Alemanha: da diversidade de estatutos à diversidade de abordagens didáticas. *In*: Monteiro, A. C.; Siopa, C.; Marques, J. A.; Bastos, M. (ed.). **Ensino da Língua Portuguesa em Contextos Multilíngues e Multiculturais**. E-Book. Porto: Porto Editora, 2017. p. 173-194.

CONSELHO da Europa. **Quadro de referência para as línguas**. Aprendizagem, ensino, avaliação. Lisboa: Edições Asa, 2001.

1 Referência à célebre frase do escritor português José Saramago: “Não há uma língua portuguesa, há línguas em português.”

MELO-PFEIFER, S. Português como língua de herança: que português? Que língua? Que herança. **Domínios de Lingu@gem**, v. 12, n. 2), 2018, p. 1161-1179.

MINISTRY of Education and Culture in Finland - Multilingualism a strength. **Procedural recommendations for developing Finland's national language reserve**. 2017. Disponível em: https://okm.fi/documents/1410845/5875747/Multilingualism_tiivistelm%C3%A4.pdf/be86bffa-d55f-4935-bff4-2fd150c82067/Multilingualism_tiivistelm%C3%A4.pdf?t=1513075341000. Acesso em: 16 out. 2022.

PIIPPO, Jarna. **Línguas maternas no ensino básico: espanhol e português na área metropolitana de Helsínquia**. Tese de Doutorado. 2016. Disponível em: <https://helda.helsinki.fi/handle/10138/168134>. Acesso em: 10 ago. 2022.

STATISTICS Finland/Tilastokeskus, **Population 31.12. by Region, Language, Age, Sex, Year and Information**. 2021. Disponível em: <https://statfin.stat.fi:443/PxWeb/sq/cf0b31ac-7c37-4df0-b0e4-165aee-443fce>. Acesso em: 16 out. 2022.



CULTURAS MULTILÍNGUES

CULTURAS MULTILÍNGUES

ALEXANDER COBBINAH

FFLCH/USP

Não sabemos exatamente desde quando o ser humano possui a capacidade de se comunicar através de sistemas linguísticos; as opiniões dos especialistas variam entre 80 mil e 300 mil anos atrás. O que está ficando mais e mais claro com o avanço das pesquisas na área do multilinguismo e do contato linguístico é que, durante a maior parte desse período em que existe língua humana como fenômeno cultural, não havia nem práticas de escrita nem tentativas de normatização e padronização, duas características que muitos entre nós associam com língua e com aprendizagem de línguas.

Muito provavelmente, a humanidade sempre foi multilíngue, no sentido de que falar e entender várias línguas sempre fez parte de uma típica experiência humana. Certamente, ideologias locais podem ter preferido certos comportamentos linguísticos ou imposto certas restrições ao uso de línguas, mas a tendência

de implementar o monolinguismo societal e pessoal como a norma dominante, em termos práticos e ideológicos, coincide com a consolidação dos estados nacionais, processo que ganhou força na Europa do século XVIII, de onde foi espalhado por via do imperialismo europeu pelo resto do mundo. Este monolinguismo nacional e a identificação de uma língua (ou um número limitado de línguas, em casos excepcionais) como símbolo da identidade nacional, usado em todas as esferas da vida pública, como no sistema judiciário, na educação, imprensa, produção literária etc. é, então, um desenvolvimento bastante recente.

Mesmo na Europa, a implementação do Estado nacional e do padrão monolíngue, com línguas tendo um uso prescrito e privilegiado dentro de certos limites, foi acompanhado por grandes reorganizações culturais, sociais e populacionais. Lembramos que até o início do século XX, em grandes partes da Europa, ainda prevaleciam práticas altamente multilíngues, como no reino Austro-Húngaro, ou no Império Otomano, cujos habitantes, até a Primeira Guerra Mundial, usaram várias línguas e dialetos germânicos, eslávicos (tcheco, eslovaco, servo, croata, esloveno...) e românicos (italiano, vêneto, romeno, ladino), além de outras línguas, como húngaro, turco, albanês, romanês etc.

Uma pessoa nascida e crescida durante o período Otomano em Skopje, hoje em dia capital da República da Macedônia do Norte, podia facilmente falar albanês em casa, uma variante eslávica com os vizinhos, grego no trabalho e turco para cuidar de certas burocracias. Países como a França e a Alemanha, que no século XXI são majoritariamente monolíngues, alguns séculos atrás também possuíam uma grande variedade de línguas e dialetos, que foram sacrificados ao processo de homogeneização nacional. Essa longa digressão histórica serve sobretudo para deixar muito claro que o uso de uma só língua em todos os domínios sociais, desde o nascimento até a morte, é o resultado de processos históricos e sociais particulares e não representa uma condição humana natural.

Nesse contexto, para um habitante de um Estado nacional com políticas linguísticas monolíngues – como é o caso do Brasil

contemporâneo e da maioria dos países das Américas e da Europa –, a aprendizagem e o uso de línguas estrangeiras, seja por interesse, seja por necessidade, pode parecer excepcional e restrito a situações específicas.

Porém, assim como a Europa já era mais multilíngue em um passado não tão recente, o Brasil também tem uma história de um multilinguismo generalizado. Sabemos que muitas das populações habitando o que hoje é o território do Brasil antes da invasão dos portugueses eram altamente multilíngues, e em algumas regiões mais afastadas e menos expostas ao Estado ainda restam vestígios dessas práticas.

Mesmo no Brasil do início da época colonial, uma grande variedade de línguas foi usada: línguas de famílias linguísticas americanas, como o tupi (chamado de língua geral) e o guarani, várias línguas africanas relacionadas ao kimbundu, kikongo, yorubá e fon, e uma variedade de línguas europeias trazidas com a vinda dos colonos. Com a implementação de políticas monolíngues, a partir do século XVIII, que privilegiavam o português e visaram ativamente eliminar as outras línguas faladas dentro do Estado nacional, o uso dessas outras línguas começou a diminuir.

Medida muito famosa era o edito do marquês de Pombal, que interditava o uso da língua geral, até aquele momento muito usada dentro da colônia e a primeira língua de uma grande parte da população da época, e decretou o uso do português como língua única, não só na administração e na esfera pública, mas também na esfera privada. O multilinguismo baseado em práticas da época pré-invasão desapareceu com os genocídios na população indígena e a destruição quase total de grande parte das suas culturas e modelos sociais. Mesmo o uso de outras línguas europeias, como variedades do italiano e alemão, bastante difundidas no sul do Brasil, foi sistematicamente desencorajado e sancionado até o século XX, assim criando, propositalmente, um país monolíngue como resultado de políticas públicas.

Em muitas partes do mundo, sobretudo onde a vida é menos regulada e determinada por políticas nacionais, quer dizer, onde

os governos nacionais têm menos impacto e alcance na vida dos seus habitantes, práticas multilíngues são muito mais comuns. Isso vale até hoje por grande parte da África, da Ásia (sobretudo Índia e o sudeste asiático) e das ilhas do Pacífico. Em muitas áreas rurais, o fato de falar várias línguas no dia a dia tem uma longa tradição e faz parte das competências básicas dos habitantes dessas regiões.

Olhando para as estatísticas, nos deparamos com o fato de que muitos países africanos contam com um número muito alto de línguas faladas no seu território, muitas vezes línguas de famílias completamente diferentes e com estruturas e gramáticas bem divergentes, por exemplo em Gana, no Senegal e na Nigéria, países onde não só existe um grande número de línguas dentro do território nacional, como também os indivíduos habitando esses territórios têm, geralmente, um grande repertório de línguas que eles adquirem durante a vida, dos seus pais, no bairro, durante viagens, na atividade econômica etc.

Vou dar um exemplo mais concreto de um dos meus projetos de pesquisa em uma comunidade rural na região da Casamansa, onde uma cultura multilíngue se manteve até hoje e onde é completamente normal para uma pessoa adulta falar entre 5 e 8 línguas fluentemente. O multilinguismo nessa região não é só uma prática individual, mas o uso de mais de uma língua até dentro de uma mesma casa faz parte integral da cultura local.

Por isso, podemos considerar essas sociedades como possuindo culturas multilíngues. Crianças crescem aprendendo e usando várias línguas desde pequenas e adquirem outras línguas, de importância regional ou local, ao longo da sua vida. Essas línguas coexistem em constelações estáveis e duradouras.

Os primeiros relatos escritos pelos portugueses no século XV, que descrevem as culturas locais, já mencionam práticas multilíngues e identidades fluidas e múltiplas, que provavelmente são muito mais antigas. De um ponto de vista de um monolinguismo dominante, o uso de várias línguas pode parecer uma situação instável e excepcional, com tendência de uma das línguas ganhar a predominância cedo ou tarde, substituindo as outras, mais “fracas”.

O que observamos é o contrário; em regiões como no sul do Senegal, mesmo línguas com poucos falantes se mantêm em um equilíbrio estável, cada uma tendo a sua função e utilidade dentro de um mosaico complexo de línguas e variedades. Isso nos mostra sobretudo que nós, seres humanos, somos bem capazes de aprender e usar um maior número de línguas sem nenhum prejuízo se as condições sociais permitirem.

O que ameaça a diversidade linguística é, talvez, a tendência de padronizar, o que acaba, primeiramente, com a variação dialetal e social, e a implementação de uma língua (ou uma variedade específica) como o único veículo de comunicação. Ambos os processos são observáveis no contexto brasileiro: a padronização do português, que ameaça todas as variantes consideradas regionais ou populares, e o uso exclusivo do português em detrimento de outras línguas com presença histórica no território brasileiro, tratadas como línguas minoritárias, como as mais de 200 línguas indígenas que sobreviveram ao processo de colonização, as línguas dos migrantes e a Libras.

Essa herança cultural e linguística, que é um reflexo da história, merece ser protegida e respeitada, em toda a sua riqueza – no Brasil e em outras partes do mundo.

MULTILINGUISMO E A LÍNGUA PORTUGUESA EM TIMOR-LESTE

VICENTE PAULINO

*IELT – Instituto de Estudos de
Literatura e Tradições, FCHS-UNL*

INTRODUÇÃO

Timor-Leste é um país que está localizado geograficamente no Sudeste Asiático, mas, do ponto de vista biológico, aproxima-se mais das ilhas vizinhas da Melanésia, o que o colocaria na Oceania e, por conseguinte, faria dele uma nação transcontinental.

É um país que restaurou a sua independência em 20 de maio de 2002. Essa restauração aconteceu graças a uma luta heroica dos timorenses ao longo do domínio colonial português, durante cerca de quatro séculos, e sofreu os efeitos da ocupação japonesa durante a Segunda Guerra Mundial, e mais marcante ainda foi a luta heróica contra a invasão e a ocupação da vizinha Indonésia.

É um país que, desde o início, tem as próprias identidades cultural, religiosa e linguística. No que diz respeito à identidade linguística, pode-se dizer que Timor-Leste é um país bilíngue e multilíngue.

Timor é um país plurilingue onde coexistem várias línguas locais, de origem austronésia e papua, com o português durante quatro séculos da administração colonial portuguesa e o bahasa indonésia durante vinte e quatro anos de ocupação indonésia (COSTA, 2001, p. 59).

A questão de multilinguismo e a língua portuguesa em Timor-Leste é tema de constante debate. O debate em torno destas questões está sempre na mira da decisão política linguística. Os falantes timorenses de duas e três línguas tendem, no início, a viverem uma só língua durante a infância, a sua língua materna (ou primeira língua).

1. MULTILINGUISMO E BILINGUISMO

Quando se fala multilíngue e bilíngue, não se pode esquecer que, ainda no século XIX, a maioria dos filólogos dessa época definia ou identificava “línguas” como um elemento associado às “nações” ou às “civilizações”, justificando que só os povos com escrita podiam ser chamados “civilizados”, aliás, aqueles que faziam parte de “grandes civilizações”, como Egito, Índia Antiga, Grécia, Roma, China (cf. SAUSSURE, LABOV, 1972). Esses territórios são classificados como “berço de civilizações” que já se comunicavam entre si com línguas diversas, escolhendo uma ou duas línguas como língua de comunicação ou de contato. Assim, pode-se pensar já nas “línguas do mundo” que são faladas pela maioria da população mundial, como no caso do português, do inglês, do espanhol, do francês, do alemão, do italiano, do chinês, do árabe, do hebraico e do russo. Ou seja, as grandes línguas do mundo correspondem aos impérios do passado.

No caso do português, pode-se classificá-lo como centro de muitas línguas, isto é, há várias línguas em português; e como é falado por 9 países (Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné Bissau, Guiné Equatorial, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe, Timor-Leste) de diferentes continentes, é designado como “língua nacional e oficial”, “língua transnacional”, “língua internacional” e

“língua global”. Se, assim, um sujeito está previamente vivido em uma identidade linguística unificada e estável, torna-se um sujeito de várias culturas dentro de seu próprio território ou de seu país. O mais importante é, entretanto, o sujeito de cultura local encontrar uma maneira de se adaptar aos acontecimentos mundiais, principalmente no que diz respeito aos efeitos da globalização, para que não causem o seu modo de viver e de estar com a cultura global.

E então, o que se relaciona com a questão de multilinguismo e o bilinguismo?

O multilinguismo é um termo que está, cada vez mais, definido como um fenômeno social no uso de duas ou mais línguas por determinadas sociedades ou por determinados países. O multilinguismo surge como fenômeno social pela própria evolução da sociedade pela sua abertura à cultura global. De fato, “o bilinguismo ou multilinguismo está presente em praticamente todos os países do mundo, seja ele oficialmente reconhecido ou não (ROMAINE, 2006, p. 388). Por exemplo, o Brasil e os Estados Unidos são países bilíngues (ou multilíngues) de fato, mas não oficialmente e não na imaginação popular. Mas muitos países são bilíngues oficialmente, por exemplo, Canadá, Paraguai e Timor-Leste. O Canadá é um país que tem mais de 80 línguas, mas só duas línguas são oficiais: inglês e francês. No Paraguai, existem 20 línguas, mas só duas línguas são oficiais: guarani e espanhol. Em Timor-Leste existem cerca de 31 línguas, mas 16 línguas consideradas nacionais e duas línguas oficiais: português e tétum.

Contudo, o termo bilinguismo é aplicado às pessoas com a capacidade de se comunicar em duas línguas, por exemplo, um timorense comunica-se em língua Bunak e Tétum, em língua Bunak e Makasae, em tétum e português. Por isso que cada indivíduo é bilíngue, como adverte John Edward (2006, p. 7):

Everyone is bilingual. That is, there is no one in the world that (no adult, anyway) who does not know at least a few words in languages other than the

maternal variety. If, as an English speaker, you can say *c'est la vie* or *gracias* or *guten Tag* or *tovarisch* – or even if you only understand them – you clearly have some command of a foreign tongue... The question, of course, is one of degree, and it is a question that continues to exercise the imagination, and a matter of importance in research studies (Edwards, 2006, p. 7).

Em todo caso, um país é considerado como icônico linguístico de uma cultura global quando permite que expressões de outras línguas sejam utilizadas nos espaços públicos, como nas facetas de ruas, nas placas das lojas, nas escolas e em alguns edifícios públicos. Isso depende também da decisão política do governo em conceber a licença sobre o uso multilíngue no seu país.

© Placa bilíngue de uma rua em Macau. Fonte: Vicente Paulino, fevereiro, 2011.



© Placa trilingue que indica a porta de entrada em Macau. Fonte: Vicente Paulino, fevereiro, 2011.





© Na porta do Museu Islão em Malaca há escrita em língua malaia e inglês. Fonte: Vicente Paulino, setembro, 2010.



© Placa bilíngue em Hong Kong. Fonte: Vicente Paulino, fevereiro, 2011.

Regiões como Macau e Hong Kong (China) e Malaca (Malásia) estão na mira de contato dos povos de diversos países no mundo e, por isso, tomam sempre uma política de uso da língua nacional em consonância com o uso da língua internacional. No caso de Macau, usa-se a língua mandarim ou macaense como *língua de primeira instância*, a língua portuguesa como segunda língua em uso e o inglês como terceira língua em atração (é usada para dar atenção aos visitantes não falantes do português e da língua local). Nesses pressupostos, pode-se dizer que, segundo K. Buhler, as expressões linguísticas assumem formas distintas de acordo com a proeminência de cada um dos componentes da comunicação, de que se extrai a distinção entre função referencial, função

expressiva, função demarcadora (*apud* LYONS, 1979) que cada língua apresenta como uma forma de acelerar o ritmo de partilhar informações, ideias, normas e valores entre povos. É assim que se entende a função de uma língua na sociedade, e a sua existência é mantida pelos sujeitos que a produzem.

2. LÍNGUAS TIMORENSES

Timor-Leste está localizado numa região de cruzamento cultural e linguisticamente constituído por várias línguas. Devido a este fato, Timor-Leste é chamado de um país “mestiço na língua e na cultura” (PAULINO, 2011) e pode ser identificado como uma nação de casas sagradas e de cultos Lúlic.

Há um documento oficial datado de 1516 que descrevia a ilha de Timor como:

Tem rey e língua sobre si: nesta ilha há muytos sândalos que os Mouros muyto estimam na Índia e Persia, onde se gasta muita soma deles e tem grande valia no Malabar, Narsyngua, e Cambaya: hás náos de Malaca e Jaoa que aquy uem por ela, leuam por retorno machados, machadinhas, cotelos, espadas, panos de Cambaya, estanho, azogue, chumbo e outras mercadorias com que carregam ho dito sândalo, de meel, cera, escravos e dalguma pimenta que há (CORREIA, 1944, p. 11).

É uma descrição geral sobre o que há de Timor, portanto, aqui, quando se fala em línguas timorenses, é certeza que não se vê nenhuma descrição sobre a língua. Mas vê-se uma pequena parte de sociolinguística quando se diz “*tem rey e língua sobre si*”. Porque a sociolinguística não se interessa apenas pelo estudo da variação social no uso da língua, mas procura compreender a língua de uma sociedade a partir de várias formas de uso. É por isso que alguns trabalhos associados à sociolinguística se entrelaçam com os trabalhos desenvolvidos na antropologia e na etnografia, nos quais se destacam os mitos, as lendas, práticas culturais e línguas praticadas em eventos comunicativos.

O naturalista inglês Henry Forbes identificou 16 línguas timorenses

In East Timor, there are sixteen dialects; I am not prepared to say they are language. The Following is a list of the names which I have been able to obtain in the region traversed by me: Mambia or Kaladi, Tetu, Idate, Lakalé, Haukenke, Veke, Vaiqueno, Galolo, Marai, Manobai, Kemak, Tocudade, Dagadá, Macassai, Naubete, Meadik (FORBES, 1884, p. 405; 1885, p. 426).

Os estudos desenvolvidos pela Missão Antropológica de Timor (liderada pelo António de Almeida) concluíram que existe pelo menos 31 grupos etnolinguísticos:

Da ilha de Timor eram 28: Bàiquêno, Bècáis, Búnaque, Dàdua, Dagadá ou Fáta Luco, Galólen, Hábo, Idátè, ísni, Làcalei, Lólén, Lovaia-Epulo ou Macu'a, Macalère, Macassáe, Mambáe, Maráe, Midíqui, Nai Damo, Ná-Ine, Ná-Náhèque, Nauéti, Óssò-Mócò, Quémaque, Réssuque, Sá-âni, Tétum, Tócodéde e Uái Má'à. Os restantes 3 ocorriam na ilha de Ataúro: Raclu'Un, Rái-Ésso e Óco Midíqui (ALMEIDA, 1975 [1994, p. 310]).

Dados linguísticos do INL confirmam que atualmente existem 16 línguas timorenses. É assim que Timor é designado também como “uma manta de retalhos etnolinguística, com importantes cisões políticas e sociais que pretende dar a mão ao projecto da construção do Estado-nação” (PAULINO, 2011, p. 77).

3. UM PAÍS BILÍNGUE E MULTILÍNGUE

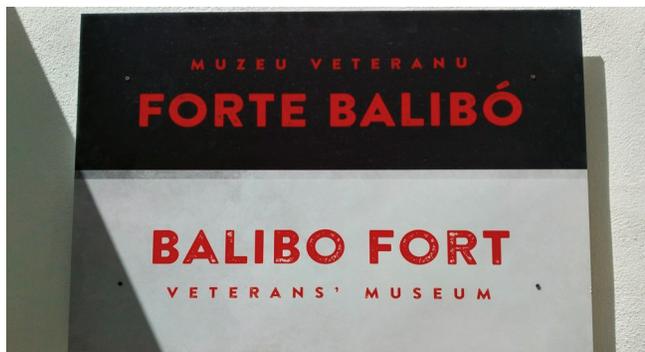
Em Timor-Leste encontra-se pessoas a falarem duas ou mais línguas. O mais visto é um timorense que fala de duas línguas, isto é, fala de sua língua materna e de a língua cooficial, o tétum. Significa que os timorenses, na sua maioria, estão na categoria linguística de bilinguismo, e mesmo assim alguns estão na categoria linguística de multilinguismo. É assim que o país assume a afirmar como um território de bilinguismo e multilinguismo, pois a maioria de sua

população é falante de bilingue e multilíngue. Deste modo, os falantes timorenses de bilingue e multilíngue estão entre a mínima e máxima competência linguística na aquisição de determinadas línguas nacionais.

Timor-Leste é um país de encruzilhadas culturais e de acolhimento, pois dá espaço aos países de diferentes línguas e culturas para atuarem no território como investidores, de modo a poder criar o campo de trabalho aos jovens timorenses. Usando o *bahasa indonésia* e o inglês como línguas de comunicação e de trabalho, mesmo assim garante sempre o uso do tétum e do português em documentos pessoais e coletivos associados às regalias de contratação do trabalho e do registro na administração pública timorense. Portanto, em termos de funcionalismo, a língua é definida como um instrumento de interação e uma estrutura ligada às diversas situações sociocomunicativas, socioadministrativas e socioeconômicas. Cada sujeito faz parte de uma comunidade falante e utiliza a língua como forma de interagir em diversas situações para alcançar diversos objetivos planejados.

Entende-se, nesse sentido, o fenômeno social de bilinguismo e/ou multilinguismo em Timor-Leste, e isso pode ser visto nas seguintes situações:

- O português é a língua oficial, mas está na categoria linguística de segunda língua aprendida na escola;
- Embora o tétum seja uma língua cooficial, o seu uso é, para alguns estudantes, como segunda língua aprendida na escola;
- Alguns emigrantes, ditos estrangeiros, falam suas línguas e falam também a língua timorense, como o tétum e outras línguas nacionais;
- Os timorenses na sua vivência quotidiana falam de duas línguas, isto é, a língua materna (como o bunak, kemak, mambae, makasae, fataluku etc) e o tétum;
- Os timorenses falam de mais três línguas, por exemplo, numa família A encontra-se um X (de origem Ossu e fala makasae) e Y (de origem Maliana e fala Bunak), e estes X e Y falam fluentemente makasae, bunak, tétum e língua indonésia. Além disso, expressam também algumas palavras em português.



© Placa bilingue na fortaleza de Balibo, Timor-Leste. Fonte: Vicente Paulino, julho, 2022.



© Nesta figura, vê-se claramente a existência de multilinguismo em Timor-Leste.¹

1 Na figura apresentada compreende-se que um timorense fala de uma e mais línguas, isto é, fala bunak, fala tétum, fala tokodede, fala português. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Portugu%C3%AAAs_de_Timor-Leste#/media/Ficheiro:L%C3%ADnguas_timorenses.JPG. Acesso em: 21 ago. 2022.

O que se entende aqui é, portanto, como se diz na sociolinguística, falar sobre uma língua não pode defini-la no sentido singular, mas falar em “línguas” no sentido plural porque trata-se de um fenômeno linguístico e social que congrega a todos os grupos humanos no mundo em línguas diversas. Nota-se isso em línguas diferentes em que cada indivíduo se comunica e se interage, embora o seu uso possa ser diferente umas das outras. Deste modo, o querer de um indivíduo para falar de uma e mais línguas é uma coisa de esforço e de orgulho, porque, como dizia Mikhail Bakhtin: “aquilo que pode ser feito por mim não pode nunca ser feito por ninguém mais. A unicidade ou singularidade do Ser presente é forçadamente obrigatória” (1993, p. 58).

4. CONSOLIDAÇÃO E APROPRIAÇÃO DA LÍNGUA PORTUGUESA

Quando o português assumiu, desde 1515 até 1975, a função como língua de administração e instrução, os falantes timorenses chegavam apenas a 5%. Foi proibido nas escolas durante a ocupação Indonésia. Só depois de 1999 (pós consulta popular que Timor-Leste ganhou a sua independência total) começou a reintroduzir o português como língua oficial. Entretanto, a existência do português em Timor é algo que surgiu no início da construção do estado. A sua existência é tratada como um fenômeno de “ressurgimento no “adormecimento” (SOARES, 2020), porque ficou ausente em Timor durante 24 anos devido à ocupação territorial pelos indonésios. Assim, o ressurgimento do português em Timor-Leste é graças a um esforço coletivo dos líderes timorenses, como Xanana Gusmão, Ramos-Horta, Marí Alkatiri, entre outros. Esse esforço coletivo fez com que o português começasse a ser definido como língua oficial de Timor-Leste, conforme está consagrada na Constituição da República, Art 13 – alínea 1 “O tétum e o português são as línguas oficiais da República Democrática de Timor-Leste”. Pois bem, dizia Geoffrey Hull (2001, p. 39):

Parece-me que o papel central da língua portuguesa na civilização timorense é completamente inquestionável. Em poucas palavras, se Timor-Leste

deseja manter uma relação com o seu passado, deve manter o português. Se escolher outra via, um povo com uma longa memória tornar-se-á numa nação de amnésicos, e Timor-Leste sofrerá o mesmo destino que todos os países que, voltando as costas ao seu passado, têm privado os seus cidadãos do conhecimento das línguas que desempenharam um papel fulcral na génese da cultura nacional.

Esta afirmação de Hull foi firmada por ele próprio no Congresso Nacional do CNRT em 2000. Trata-se de uma positiva explicação sobre a importância que tem o português como língua oficial de Timor-Leste, assim fazendo parte da cultura nacional timorense e mantendo os laços históricos com Portugal e outros países lusófonos. É uma escolha bem concertada no âmbito da política nacional de linguística, pois defende Vicente Paulino (2011, p. 80):

A escolha de uma língua em função de um património nacional e de modo mais abrangente, na medida em que se considera como figura representativa. No entanto, a justificação da escolha de uma língua é fundamentada sempre pela expressão de qualquer ideia, de qualquer realidade: das mais antigas às mais modernas, das mais abstractas às mais concretas.

A consolidação da língua portuguesa em Timor-Leste não pode ser dita nos discursos políticos em eventos formais com expressões elogitivas de boca para fora, mas procura consolidar mesmo a política de sua implementação em todas camadas da sociedade timorense.

A língua portuguesa já está, mesmo que ainda numa escala menor, consolidada em todo o território do país. A sua consolidação está presente nas instituições governamentais, nas escolas, nas igrejas, nas famílias e nas sociedades civis. Mas em termos do seu uso, não está bem harmonizada, porque algumas instituições públicas não utilizam o português como língua de comunicação e de administração. Isto pode implicar a sua máxima consolidação.

O português nas escolas não está bem implementado porque quase a maioria dos professores ensinava e ensina ainda em língua tétum, dizendo que não há material didático suficiente em língua portuguesa, mas de fato há muitos materiais didáticos nessa língua. Portanto, o maior problema da consolidação do português está nos professores que não querem usá-lo como língua de instrução na leção de suas matérias na sala de aula e fora dela.

As instituições religiosas, particularmente as igrejas, também não oficializam o português como língua de celebração litúrgica. Sendo assim, algumas paróquias e instituições religiosas regulares já começaram a estabelecer o horário de celebração litúrgica em língua portuguesa. O português também não é – nas famílias timorenses – propriamente língua de comunicação familiar, e isso implica o seu uso coletivo na sociedade timorense em geral. O tétum é língua de família e de comunicação diária dos timorenses nas escolas, nas instituições governamentais, nas igrejas e nas reuniões formais e informais.

Se a língua portuguesa é de Timor-Leste e dos timorenses, então a sua consolidação pode realizar-se com a *política de imediatividade* e com o *sentido de urgência aplicação* na casa-mãe do estado Parlamento Nacional, e também nos palácios ministeriais e de órgãos judiciais. É obrigatório fazer todos os debates de sessões plenárias em português, só assim que se ensina os elementos humanos de outras instituições governamentais sobre a importância da língua portuguesa que tem na história e na cultura timorense, incluindo a sua importância no mundo da ciência e da tecnologia. É evidente que a própria perspectiva crítica sobre a existência do português como língua de cultura e de ciência se desenvolve e muda através do tempo, mas as suas originalidades de funcionamento continuam a manter-se mediante a partilha de ideias e práticas convencionais inter-relacionadas.

No que diz respeito ao ensino de língua portuguesa nas escolas, não se pode pensar em construir uma filosofia de “*vamos apostar no português*” como língua de escolarização e de aprendizagem em um estilo de “*progressão linguística*”, se não consegue colocar

bem o português no currículo nacional como sendo uma língua verdadeiramente de instrução, ou língua de ensino. Se o governo (o ministério em tutela), os diretores e os professores das escolas básicas até as escolas secundárias não considerarem o português como uma língua útil para o ensino-aprendizagem, então não podem falar de uma progressão linguística em uma língua aprendida pelos alunos. O governo (o ministério em tutela), os diretores e os professores não podem pensar apenas em tétum como língua de auxílio do processo de aprendizagem, mas pensar também em português como língua de instrução, e só assim que se pode alcançar a “progressão linguística” na aprendizagem dos alunos.

Pode dizer-se que, entretanto, a “progressão linguística” no ensino timoriano só pode ter efeito significativo (embora ainda apenas uma hipótese) quando o português é usado formalmente como língua de instrução, e continuamente como auxiliador do desenvolvimento do Tétum. O tétum se progride, enriquece a partir do português. Para tal, é necessário pensar em português com os textos didáticos e ademais materiais escolares como um lugar de constituição e de interação de sujeitos sociais aprendentes, procurando convergir também “ações linguísticas, cognitivas e sociais, ações por meio das quais se constroem interativamente os objetos de discurso e as múltiplas propostas de sentidos, como função de escolhas operadas pelos coenunciadores, entre as inumeráveis possibilidades de organização textual que cada língua lhes oferece” (KOCH, 2014, p. 173).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se que, embora Timor-Leste seja um país bilingue e multilíngue, a língua mais falada pela sua população é o tétum. O tétum e o português são línguas oficiais do país, mas o tétum é usado predominantemente em todos o serviço de funcionalismo público e em toda a atividade do ensino. Além disso, o bahasa indonésio e a língua inglesa são consideradas línguas de trabalho pela atual constituição de Timor-Leste.

Esses fatos implicam a consolidação do português enquanto língua oficial do país em todas instituições governamentais, nas escolas, nas igrejas, nas mídias. Sendo assim, o interesse dos políticos e dos timorenses de querer apostar no português como língua verdadeiramente timorense mantém-se até hoje. Significa que tudo se realiza quando a alma é grande para fazer nascer grandes obras.

Finalmente, quando se fala de multilinguismo em Timor-Leste, é de certeza que fala-se em línguas no sentido plural, porque o país tem sido constituído por um babel linguístico bem definido geograficamente. Isto é, na sociolinguística, fala-se em línguas timorenses como um fenómeno linguístico e social que apresentam o perfil de cada grupo etnolinguístico existente no território.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, António de. La tache pigmentaire congénitale chez des nouveaux nés du Timor portugais. *In*: ALMEIDA, António de, **O oriente de Expressão Portuguesa**. Lisboa: Fundação Oriente, 1975 [1994]. p. 303-318.
- BAKHTIN, Mikhail. **Para uma filosofia do ato responsável**. Trad. Carlos Alberto Faraco e Cristóvão Tezza (tradução não revisada, exclusiva para uso didático e académico) da edição americana *Toward a Philosophy of the Act*. Austin: University of Texas Press, 1993.
- CORREIA, António Augusto Mendes. **Timor Português** – contribuições para o seu estudo antropológico. Lisboa: Imprensa Nacional, 1944.
- COSTA, Luís. O tétum, factor de identidade nacional. *In*: **Revista de Letras e Cultura Lusófonas**, n. 14, p. 59-64. Lisboa: Instituto Camões, 2001.
- EDWARDS, John. Foundations of Bilingualism. *In*: BHATIA, Tej K; RITCHIE, William C. **The Handbook of Bilingualism**. Maiden, MA.: Blackwell, p. 7-31, 2006.

- FORBES, Henri. **A Naturalist's Wandering in the Eastern Archipelago**: A Narrative of Travel and Exploration from 1878 to 1883. New York: Harper & Brothers publishers, 1885.
- HULL, Geoffrey. Língua, Identidade e Resistência. *In: Revista de Letras e Culturas Lusófonas*, Lisboa: Instituto Camões, p. 80-92, 2001.
- KOCH, Ingedore Villaça. **As tramas do texto**. São Paulo: Contexto, 2014.
- LYONS, John. **Introdução à Linguística Teórica**. Tradução de Rosa Virgínia Mattos e Silva e Hélio Pimentel. São Paulo: Editora Nacional, Universidade de São Paulo, 1979.
- LABOV, William. **Sociolinguistic Patterns**. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1972.
- PAULINO, Vicente. Cultura e Múltiplas identidades linguísticas em Timor-Leste. *In: SOUSA, Ivo Carneiro de; CORREIA, Ana Maria (orgs). Lusofonia encruzilhadas culturais*. Macau: Saint Joseph Academic Press, p. 70-87, 2011.
- ROMAINE, Suzanne. The Bilingual and Multilingual Community. *In: BHATIA, Tej K; RITCHIE, William C. The Handbook of Bilingualism*. Maiden, MA: Blackwell, p. 385-405, 2006.
- SOARES, Lúcia Vidal. O português no contexto multilingue timorense: entre ficar e partir. **Linha D'Água**. v. 32, n. 2, p. 87-106. (2019). Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.2236-4242.v32i2p87-106>. Acesso em: 18 ago. 2022.

O PORTUGUÊS EM ADIÇÃO AO MULTILINGUISMO DO ALTO RIO NEGRO (AMAZÔNIA)

THIAGO COSTA CHACON
Universidade de Brasília

INTRODUÇÃO

Este trabalho propõe uma discussão sobre a situação do português frente à diversidade linguística e cultural na região conhecida como Alto Rio Negro (ARN) ou “Cabeça do Cachorro”, localizada no Noroeste da Amazônia e abrangendo no lado brasileiro os municípios de Santa Isabel do Rio Negro e São Gabriel da Cachoeira, cuja população indígena corresponde a 80% do total. O texto explora a tensão existente entre o multilinguismo indígena e o português como língua oficial e dominante, procurando entender como o português poderia se somar à diversidade local já existente e não subtrair desta diversidade. Para tentar responder a essa pergunta, que propõe uma mudança de paradigma na maneira como o português vem se estabelecendo na região, vamos discutir alguns fundamentos necessários para o desenvolvimento de novas práticas

e perspectivas. Partimos do princípio de que o português deve ser visto como uma língua adicional ao multilinguismo indígena, sem suplantando funções tradicionalmente estabelecidas e contemporaneamente necessárias para as línguas indígenas.

O ALTO RIO NEGRO: UM SISTEMA REGIONAL INTERÉTNICO E MULTILÍNGUE

O Alto Rio Negro (ARN) é uma região com grande diversidade étnica e linguística, baseada na interdependência de grupos sociais e sua articulação em diferentes redes de intercâmbio social, cultural, econômico e linguístico (FOIRN; ISA, 2006). Falam-se cerca de 35 línguas, pertencentes a seis famílias linguísticas distintas. A maior parte da área é habitada por falantes de línguas Aruák e línguas do ramo Oriental da família Tukano, bem como das famílias Naduhup e Kakwa-Nukak (também conhecido como “Makú”). Existem assimetrias políticas e econômicas entre esses grupos, de modo que os etnólogos se referem aos Tukano e Aruák como “povos dos rios” e aos Naduhup e Kakwa-Nukak como “povos da floresta”. Enquanto os primeiros tradicionalmente vivem em comunidades às margens dos rios, subsistindo da pesca e da agricultura, os povos da floresta vivem nas cabeceiras e nos interflúvios de rios e igarapés, vivendo de recursos como a caça e a coleta de frutos silvestres. Essas assimetrias também se refletem em dados demográficos: enquanto os falantes de línguas Tukano totalizam 50.598 indivíduos e os falantes de línguas Aruák, 34.662 indivíduos, os falantes de línguas Naduhup totalizam 3.129 indivíduos.¹

Mais do que uma região com muitas línguas, povos e famílias linguísticas, o ARN se caracteriza como um sistema estruturado a partir de relações interétnicas e multilíngues. A língua serve para demarcar fronteiras étnicas e políticas que atuam na interseção entre relações de descendência dentro de um grupo indígena, da aliança entre diferentes grupos e na demarcação de fronteiras com o outro não familiar, o distante, o estranho, o estrangeiro (SORENSEN, 1968;

¹ Dados demográficos foram calculados a partir de Dane (2019) e Isa (2022).

CHERNELA, 2013; CHACON E CAYÓN, 2013). A identificação étnica é patrilinear, de modo que a língua paterna terá um valor especial para a identidade de um indivíduo. Princípios que norteiam as relações de descendência e exogamia fazem com que muitos casamentos ocorram entre indivíduos pertencentes a grupos sociais distintos e falantes de línguas diferentes, o que cria² famílias bilíngues e comunidade multilíngues, onde será possível aprender uma língua adicional. O conhecimento de uma língua indígena com *status* de língua franca, como hoje é o caso do Tukano, Kubeo e Makuna, serve para criar contextos de relações interpessoais para além do território onde uma pessoa cresceu, criando possibilidades de redes com outros povos. Essas redes são ampliadas quando os indivíduos dominam línguas faladas em centros de poder do mundo não indígena, como hoje é o caso do português e do espanhol.

É debatível se havia uma língua franca antes do período colonial, ou se nesse tempo as pessoas estabeleciam contatos interétnicos aprendendo a falar e/ou a escutar as línguas das outras pessoas com quem tinham contatos diretos (EPPS, 2018). No entanto, a presença de cantos masculinos conhecidos como *kapiwaya* que contêm muitas palavras de origem Aruák, os vários empréstimos lexicais de origem Aruák e a toponímia majoritariamente de base também Aruák do ARN sugerem que, no passado, uma ou mais línguas Aruák puderam ter funcionado como línguas francas. O conhecimento de uma língua Aruák poderia ser um meio de conexão entre as sociedades do ARN com outras esferas regionais na Amazônia ocupadas por povos Aruák durante a pré-história (HECKENBERGER, 2013).

2 Em certas sociedades falantes de línguas Tukano Orientais, existe uma ideologia ou norma social conhecida como exogamia linguística, em que a prática de se casar com pessoas falantes de línguas diferentes se generalizou de tal maneira que as línguas passaram a ser vistas como reguladora dos casamentos interétnicos.

O PORTUGUÊS NO ARN

O português tem uma entrada tardia e tímida no ARN. Durante os primeiros dois séculos, a principal língua de colonização nessa região era a Língua Geral Amazônia (LGA), uma língua Tupi-Guarani trazida pelos colonizadores desde o baixo Negro e Amazonas. Em 1759, veio se estabelecer um destacamento militar, que constrói um forte em que se formou a povoação que daria origem ao município de São Gabriel da Cachoeira (SGC). O uso da LGA (que vem a ser conhecida como Nheengatu, ou *fala boa*) se acentua e se expande com os centros de catequização, crescimento das povoações coloniais e da população mestiça, bem como com as atividades extrativistas associadas às relações com regatões e patrões, sobretudo durante os ciclos da borracha (1879-1945). Até esse momento, o Nheengatu vinha funcionando como a principal língua da “nova civilização”, bem como o meio de comunicação necessário para a participação direta dos grupos locais no que era então o Brasil. O português vem se consolidar na região após esse período, sobretudo durante o período da ditadura militar e o aumento da presença do Estado brasileiro na região.

O povo Baré são os donos tradicionais da seção do Rio Negro onde está hoje a cidade de São Gabriel da Cachoeira. Antes, falavam uma língua Aruák e, com o processo colonial, passaram a usar o Nheengatu, que gradualmente se tornou a primeira língua de muitos Baré e outros povos vivendo em povoações coloniais ao longo ou próximo ao curso principal do Alto Rio Negro, como os Baniwa do baixo rio Içana e os Warekena do rio Xié.³ Hoje, segundo dados do Censo IBGE 2010, 98% entre as 10.499 pessoas que se identificaram como Baré com mais de cinco anos de idade falam correntemente o português em casa, enquanto 45% (5.777 pessoas) reportaram também falar o Nheengatu ou outra língua indígena. Isso se correlaciona com o fato – observado pelo IBGE como uma tendência

3 Ainda assim, a língua Baré e o Nheengatu coexistiram durante um longo período em certas localidades (ainda na década de 1990, viveu aquela que seria a última pessoa falante do Baré (LIMA *et al.*, 2019).

nacional – de que a esmagadora maioria da população Baré está vivendo em áreas urbanas e/ou fora de Terras Indígenas: de um total de 11.990 pessoas Baré, 75% (9.016 indivíduos) não vivem em Terras Indígenas.

Ainda em SGC, devemos observar o fenômeno crescente da migração de famílias vindas de Terras Indígenas para o centro urbano. Esse processo tem se acelerado desde 1970 e teve alguns ciclos de *boom*, como nas décadas de 1990 a 2010 (AZEVEDO, 2016). Em geral, quando as famílias chegam na cidade, encontram-se dispersas em bairros multiétnicos, o que desestrutura as formas de organização encontradas nas Terra Indígenas e desfavorece o uso e a transmissão de sua língua.

Saindo de SGC para a Terra Indígena do ARN, no rio Uaupés, a formação de comunidades multiétnicas em torno de missões religiosas, escolas e bases militares também tem sido o vetor de expansão do português. Um caso exemplar é o de laualetê, a maior cidade em Terra Indígena do país, com cerca de 3 mil habitantes (ANDRELLO, 2006). Uma missão Salesiana estabelecida em 1928 atraiu povos de diferentes etnias a se fixarem em lauaratê. A missão dos salesianos produziu efeitos ambíguos: se por um lado vieram para cristianizar e “civilizar” os povos do Uaupés, também foram vistos inicialmente como possibilidade de emancipação dos povos indígenas pelo conhecimento ocidental da matemática, da escrita e do português, entre outros, de modo que pudessem fazer frente aos abusos de autoridades governamentais, dos comerciantes e dos patrões. Além disso, por muito tempo, as missões proibiram o uso das línguas indígenas e da manifestação de vários aspectos centrais das culturas dos povos locais.

Porém, paradoxalmente, viabilizaram a expansão do Tukano como língua franca e sua posterior adoção como primeira língua de muitos povos localizados em laualetê e áreas vizinhas no Uaupés, como os Tariana, Arapaço, Desana e Wa'ikhana (Pira-Tapuya). Ainda assim, o português é uma língua frequentemente usada na escola, na igreja e nos meios militares. Nesses espaços, o Tukano não é usado ou é usado em situações muito específicas. Outras atividades

sociais, como a vida nos bairros, no comércio local, dentro dos domicílios etc. são majoritariamente realizadas em Tukano, enquanto o português é usado em situações mais específicas. Isso sugere uma situação parcialmente diglósica entre o Tukano e o português, com pontos de interseção e/ou atrito. Uma vez que as instituições ocidentais instaladas em Iauaretê impõem dificuldades para o uso das línguas indígenas, isso dificulta que o Tukano seja expandido a novos domínios da vida social e cultural, ao mesmo tempo que gradualmente vem fazendo com que o português entre mais e mais nos domínios em que o Tukano ainda é a língua dominante.

O português como língua adicional no ARN: Como vemos, o português está ancorado de forma diversa e assimétrica em diferentes contextos sociolinguísticos do ARN, fazendo parte da realidade estruturante dessa região e de sua relação com outras regiões e esferas sociais. Sem dúvida, a participação nessas esferas é algo que almejam as sociedades alto-rio-negrinas. Porém, as formas como essa participação vem sendo historicamente construída têm reforçado efeitos negativos de dicotomias inerentes a esses processos históricos, o que vem marginalizando, excluindo e silenciando as línguas indígenas. Exploreemos brevemente algumas dessas dicotomias.

Direito x Imposição & Dominação x Emancipação: se o português está hoje para as sociedades indígenas como um direito e meio de participação na vida democrática do país, ele não deve ser uma imposição, e muito menos deve ser visto em substituição às línguas locais, como tem sido historicamente. Em vez de subtrair, o português deve vir a somar à rica diversidade local. Quando uma imposição, o português atua em favor da dominação, do colonialismo, da negação dos direitos às línguas e culturas próprias garantidos pela constituição. Como forma de emancipação, o domínio do português pode ser usado como um instrumento para conquista e garantia de direitos, bem como para uma atuação efetiva na vida política, cultural e econômica em esferas sociais mais amplas.

Centro x Periferia & Cidade x Interior & Nacional x Local: as línguas indígenas estabelecem uma vinculação entre identidade social e territórios indígenas ancestrais, os quais delimitam os espaços de cada língua e colocam em sua periferia as línguas alóctones, ou seja, línguas que “vêm de fora” ou “estrangeiras”. Esse é, inicialmente, o lugar do português, uma língua que “vem de fora”, representando diferentes centros de poder de onde se construiu uma nova esfera cultural e econômica. Nesse contexto, o português está centrado nas cidades e na vinculação do local com o nacional.

Indígena x “Civilizado” & Tradicional x Moderno & Multilinguismo x Monolingüismo: ainda vigora a visão de que os povos indígenas devem deixar seu passado e “adotar a civilização”. Para muitas pessoas, isso implica parar de falar suas línguas e aprender apenas o português, como se isso facilitasse o processo “civilizatório”. O português fica, assim, associado à noção do “moderno”, relegando às línguas indígenas os domínios tradicionais da vida social que muitas vezes é associado à noção de “atraso”. Essa perspectiva aprisiona e condena as línguas indígenas ao passado e, ao mesmo tempo, reforça uma lógica monolíngue dos Estados modernos, negando espaços para uma sociedade linguisticamente plural.

Visando à mitigação ou superação dos efeitos negativos das dicotomias acima para as línguas indígenas, vejamos duas estratégias que apresentam soluções diferentes para o reposicionar o português e as línguas indígenas com relação aos termos dessa dicotomia.

A César o que é de César: uma estratégia inicial seria pensar o português e as línguas indígenas numa relação diglósica, em que as línguas indígenas manteriam suas funções internas às sociedades alto-rio-negrinas, enquanto o português serviria como uma língua adicional e complementar para as relações com a sociedade envolvente. O problema com essa estratégia é que os pontos entre o que é interno e indígena em oposição ao externo e nacional não podem ser facilmente desconectados no ARN. Por exemplo, a escola

é, ao mesmo tempo, uma instituição não indígena e indígena, uma vez que a educação escolar está na região já há algumas gerações e já existem diversas experiências de educação escolar indígena diferenciada. Ao mesmo tempo, muitas pessoas indígenas têm o português como sua primeira ou coprimeira língua, adquirindo-a em casa junto com línguas indígenas. Assim, a ideia de uma diglossia separando o português e as línguas indígenas em dimensões simbólicas e espaços sociais distintos pode ser um tanto artificial para os contextos no ARN.

Em busca de Equiparação: uma outra estratégia que foi posta em prática é a tentativa de equiparação em certos níveis jurídicos e espaços públicos de línguas indígenas e o português pela cooficialização das línguas Tukano, Baniwa e Nheengatu pela Lei Municipal número 145 de 2002 de SGC. Essa lei prevê o emprego das três línguas na prestação de serviços públicos básicos, no atendimento ao público, na burocracia municipal, nas campanhas de publicidade, nas escolas e nos meios de comunicação oficiais. Fora o fato de que pouquíssimo se concretizou desde então, a lei, ao mesmo tempo que busca uma equiparação, gera assimetrias com relação à diversidade de outras línguas locais, ao privilegiar as línguas com maior população e, no caso do Tukano e Nheengatu, com status presente ou passado de línguas francas. Além disso, por mais que a lei incentive o uso das três línguas indígenas na administração e nos serviços públicos, e seja importante diversificar a paisagem linguística do município, bem como assegurar a presença de intérpretes para as pessoas que não falam bem o português, precisamos indagar: será que ganhamos muito ao buscar uma equiparação total, como ter o diário oficial traduzido para as três línguas indígenas? E o que se dizer sobre outros domínios da vida social que estão fora da administração municipal, mas que são igualmente importantes para as sociedades do ARN? Assim, ainda que tenha uma grande importância simbólica, a busca de uma equiparação por meio da Lei 145/2022 cria uma enorme obrigação do Estado frente a um

entendimento ainda incipiente sobre qual o futuro almejado para as línguas indígenas nas sociedades do ARN.

Essas duas estratégias apresentam soluções diferentes, uma buscando a separação e especialização do português e das línguas indígenas, e a outra propondo uma maior equidade nos usos sociais e *status* jurídico. Suas limitações mostram que deve haver um terceiro caminho, o qual já vem sendo pavimentado por meio de ações baseadas na interculturalidade, na resistência ao colonialismo do passado e do presente e na participação efetiva dos povos indígenas na sociedade contemporânea, como, por exemplo, a demarcação de Terras Indígenas, a criação de mecanismos de autogovernança, como a FOIRN (Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro) e suas associações de base, os avanços no campo da educação escolar indígena diferenciada e os processos de reelaboração das formas de transmissão e produção de conhecimentos ancestrais.

O reposicionamento do português como língua que vem a somar – e não subtrair – à diversidade do ARN passa por uma política linguística que antes é parte de uma política social e cultural em diferentes escalas, e que deve ser feita juntamente com uma política para o fortalecimento das línguas indígenas. Nesse sentido, vemos que as línguas indígenas e o português podem coexistir não tanto pela ênfase na sua completa diferença social, nem por uma busca de igualdade total, mas como línguas complementares numa sociedade complexa que deve se recriar a partir da inclusão do indígena. Se os domínios sociais de uso do português são cada vez mais crescentes e suplantam o uso de línguas indígenas, o reverso disso seria ampliar os espaços de participação e protagonismo dos povos indígenas para que suas formas de organização social, suas epistemologias e suas línguas tenham um espaço maior na sociedade do século XXI, seja em domínios culturais tradicionais ou inovadores, privados ou públicos, nos territórios e nas comunidades indígenas ou nas cidades, no mundo da oralidade e da escrita ou no universo digital. Para além disso, uma resposta satisfatória à questão de como o português poderia ser uma língua adicional à diversidade

linguística do ARN somente virá a partir da prática – sobretudo a partir de mudanças de práticas – no desenvolvimento de novas metodologias de ensino-aprendizagem, de novas políticas linguísticas, de novas perspectivas ideológica e, sobretudo, pelo respeito aos povos indígenas e sua participação direta nesses processos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANDRELLO, Geraldo. **Cidade do índio**: transformações e cotidiano em Iauaretê. São Paulo, SP: Rio de Janeiro, RJ: Editora Unesp: Instituto Socioambiental; NUTI, Núcleo Transformações Indígenas, 2006.
- AZEVEDO, Marta Maria. Urbanização e migração na cidade de São Gabriel da Cachoeira, Amazonas. **Anais**, n. 0, p. 1-14, 2016.
- CHACON, Thiago; CAYÓN, Luis. Considerações sobre a exogamia linguística no Noroeste Amazônico. **Revista de Letras**, v. 6, p. 15, 2013.
- CHERNELA, Janet M. Toward a Tukanoan ethnolinguistics: Metadiscursive practices, identity, and sustained linguistic diversity in the Vaupés basin of Brazil and Colombia. *In*: **Upper Rio Negro: Cultural and Linguistic Interaction in Northwestern Amazonia**. Rio de Janeiro: Museu do Índio - FUNAI, 2013, p. 197-244.
- DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO NACIONAL DE ESTADÍSTICA (DANE). **Censo de población y vivienda 2018 (Colombia)**. Departamento Administrativo Nacional de Estadística. Disponível em: <https://www.dane.gov.co/index.php/estadisticas-por-tema/demografia-y-poblacion/censo-nacional-de-poblacion-y-vivienda-2018>. Acesso em: 3 ago. 2022.

- EPPS, Patience. Contrasting linguistic ecologies: Indigenous and colonially mediated language contact in northwest Amazonia. **Language & Communication**, v. 62, p. 156-169, 2018.
- FOIRN, Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro; ISA, Instituto Socioambiental. **Povos Indígenas do Alto Rio Negro**: Mapa-Livro. 3. ed. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2005.
- HECKENBERGER, Michael. The Arawak Diaspora. *In*: KEEGAN, William F.; HOFMAN, Corinne L.; RODRÍGUEZ RAMOS, Reniel (orgs.). **The Oxford Handbook of Caribbean Archaeology**. [S.l.]: Oxford University Press, 2013. Disponível em: <http://oxfordhandbooks.com/view/10.1093/oxfordhb/9780195392302.001.0001/oxfordhb-9780195392302-e-8>. Acesso em: 29 jul. 2022.
- INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL. **Quadro geral dos povos**. Povos Indígenas do Brasil. Disponível em: https://pib.socioambiental.org/pt/Quadro_Geral_dos_Povos. Acesso em: 3 ago. 2022.
- SORENSEN, Arthur P. Multilingualism in the Northwest Amazon. **American Anthropologist**, v. 69, n. 6, p. 670-684, 1967.
- LIMA, Ademar dos Santos; MARTINS, Silvana Andrade; PEDROSA, Jéssica Nayara Cruz. Os últimos falantes da Língua Baré. **Tellus**, p. 207-226, 2019.

AS LÍNGUAS INDÍGENAS NO MUSEU PARAENSE EMÍLIO GOELDI / MCTI

HEIN VAN DER VOORT¹

Apresentarei um pouco do Museu Paraense Emílio Goeldi como um museu, tendo em vista que o convite é do Museu da Língua Portuguesa e, aqui em Belém do Pará, temos também um museu especializado em língua, mas que também tem muito a ver com as línguas indígenas da região amazônica especialmente.

O Museu Goeldi é tanto uma instituição de pesquisa, que faz parte do Ministério de Ciência e Tecnologia e Inovações, como é um museu com suas funções museológicas. O museu fica no centro de Belém, numa quadra urbana da cidade cercada com vegetação. Então, entre os prédios e o trânsito, há o mato alto tropical, e dentro desse espaço estão alguns prédios. O Museu Goeldi abriu em 1866,

¹ Transcrição da palestra proferida na roda de conversa “Vidas entre línguas”, em 9 dez. 2021.

completando 155 anos de existência este ano [2021], e seus prédios, estruturas antigas, são todos tombados. Sua função museológica se expressa mais em exposições temporárias. Não temos ainda uma exposição permanente, definitiva, porque as condições são muito precárias nesses prédios antigos. Mas estamos terminando um prédio mais moderno, que também contará com uma exposição permanente.

O Museu Goeldi é especializado na Amazônia, tratando de todos os aspectos que podem ser interessantes para essa região específica, desde a natureza, a biologia, as terras e os solos até as ciências humanas: arqueologia, história, antropologia e linguística. Além dessa função museológica, é uma instituição de pesquisa. Na periferia da cidade, no bairro Terra Firme, temos um *campus* de pesquisa, grande e moderno, com vários prédios com pesquisadores trabalhando nessas diferentes disciplinas. Há também coleções científicas, cujo destino não é só a exposição. Para uma exposição, nós tiramos algumas peças representativas da coleção, mas a coleção é também, e especialmente, um instrumento de pesquisa. Nessa situação, o Museu Goeldi é relativamente único. Existem outras instituições que se ocupam com a região amazônica, mas geralmente se concentram nas ciências naturais, como o famoso Inpa, em Manaus, mas que não inclui as ciências humanas.

As coleções já são muito antigas. Foram estabelecidas pelos primeiros viajantes naturalistas estrangeiros. Até o momento, as coleções da arqueologia e da antropologia têm milhares de peças e são tombadas pelo Iphan.

A linguística, como área especial e separada, chegou à instituição somente nos anos 1980. E, no âmbito museológico, é possível abordar a diversidade linguística da região como objeto de coleção, como finalidade de coleção.

A Amazônia tem uma grande diversidade de línguas, que está registrada também no famoso mapa do Curt Nimuendajú, – um dos nossos heróis aqui –, que trabalhou com cerca de 100 povos indígenas na primeira metade do século XX e que deixou muitos materiais e publicações. O Nimuendajú é um dos meus heróis, ele produziu

esse mapa em 1943, que está digitalizado em um projeto bastante bonito². O mapa representa parte da diversidade das línguas, com cores representando as diferentes famílias (como o azul para Arawak, marrom para as línguas Tupi etc.). Esse mapa está disponível também no *site* do Iphan, onde pode ser consultado e baixado. E é essa grande diversidade o objetivo da coleção linguística do Museu Goeldi. Nos anos 1980, estimou-se que o mundo tem cerca de 6 mil línguas e, dessas 6 mil, mais da metade está ameaçada de extinção no século XXI; e são línguas com poucas descrições, com pouco material. Às vezes, são completamente desconhecidas pela ciência, e estão desaparecendo. Essa é uma questão com a qual os linguistas começaram a se preocupar no final dos anos 1980, e, naquela época, o Museu Goeldi já se antecipou quanto a esse tema, de que as línguas estão desaparecendo, e começou a colecionar os materiais, gravações brutas de pesquisadores e fazer uma coleção.

Nos anos 2000, a área de documentação linguística virou uma espécie de subdisciplina da linguística. O objetivo é criar um registro permanente, idealmente representativo de todas as línguas, especialmente as línguas ameaçadas de extinção. Então não é que nós só fazemos gravações para depois publicar um livro ou um artigo. Esses não são os produtos de primeira importância para os povos que falam. Os falantes das línguas não estão interessados nas publicações técnicas em inglês sobre uma língua indígena. Tem outras coisas, especialmente a documentação, que são importantes para eles.

A documentação de uma língua também é um instrumento para desenvolver material didático, desenvolver ortografias, portanto também essa é uma função da elaboração de documentos e gravações. Hoje em dia, o Museu Goeldi tem uma coleção que representa cerca de 80 línguas amazônicas, e tudo está digitalizado agora, somente trabalhamos com equipamentos digitais. Além do valor científico já mencionado, da importância para cientistas, também há o valor para as comunidades indígenas com as quais

² Disponível em: <http://mapa-nimuendaju.eita.coop.br/>.

trabalhamos, que nos recebe no campo e das quais dependemos. Lembremos que a maioria das línguas não tem uma boa descrição, então, para entender alguma coisa, para estudar uma língua indígena, é preciso ir para as aldeias, conversar com os falantes e fazer entrevistas e gravações com eles. Inclusive, o valor para os falantes e as suas comunidades também é emocional, as gravações de avós, o valor societal. Não é só para a comunicação, mas também marcar a identidade da pessoa.

Para finalizar, se olharmos uma foto de satélite do estado de Rondônia, se pode ver as terras indígenas, como estão essas terras da União. Estão registradas no cartório e tudo. Nessa foto do espaço, dá para ver, hoje, quase todas as fronteiras dessas terras indígenas. Nos anos 1990, quando eu comecei a trabalhar em Rondônia, estava muito mais verde, e agora está quase completamente desmatado, exceto nas terras indígenas. A causa do desaparecimento não só das espécies biológicas, mas também das línguas, já é visível do espaço, de fora da Terra. Há muito a se falar sobre isso, mas deixaremos para outro momento. Apenas queria mencionar que, para proteger as línguas indígenas, é importante que as sociedades indígenas, as comunidades, não fiquem desintegradas, e a pré-condição para isso é que suas terras sejam protegidas e respeitadas, condição que não está garantida. Está garantida pela Constituição do Brasil, mas não está garantida pela prática atual das políticas públicas.

PRODUÇÕES ARTÍSTICAS DA FRONTEIRA ENTRE URUGUAI E BRASIL: PORTUNHOL MISTURADO

LINA GABRIELA CORTÉS OSMA
Universidad Nacional de San Martín – UNSAM

Trinticuatro

Mi madre falava mui bien, yo entendía.
Fabi andá faser los deber, yo fasía.
Fabi traseme meio litro de leite, yo trasía.
Desí pra doña Cora que amañá le pago, yo disía.
Deya iso gurí y yo deiyava.

Mas mi maestra no entendía.
Mandava cartas en mi caderno,
todo con rojo
(igualsito su cara) y asinava imbaiyo.
Mas mi madre no entendía.
Le iso pra mim hijo y yo leía.

Mas mi madre no entendía.
Qué fiseste meu fío, te dise que te portaras bien
y yo me portava.

(Noite nu norte, Fabián Severo).

A primeira vez que li este poema foi em uma aula universitária, num seminário sobre memória, exílio e literatura. Havia cinco meses que eu estava morando em Buenos Aires, aonde fui com uma bolsa de estudos para estudar um mestrado. Ser bolsista me proporcionou uma certa liberdade econômica, e ser migrante me obrigou a me movimentar, a fazer perguntas, a observar; coisas que eram muito úteis quando se tratava de pesquisar e conectar ideias. Durante a última aula do seminário, lemos trechos do livro de poesia *Noite nu Norte*, um livro que foi lido desde a perspectiva do exílio. A leitura do texto em voz alta deixou a todos desconfortáveis, pois a maioria de nós falávamos espanhol, com exceção de uma colega brasileira que leu o poema em voz alta, porque soava melhor com seu sotaque.

A experiência da leitura propunha um jogo de palavras e sons, levando-nos a uma forma de viver entre línguas, como diria Sylvia Molloy; entre fronteiras que se elevavam e caíam ali na sala de aula, e que eu vivenciava diariamente nas ruas de Buenos Aires. Naquele dia eu soube que o autor desses versos se chamava Fabián Severo, e toda sua obra me levou a pensar nas muitas fronteiras que eu também vivenciei como mulher imigrante na América Latina. Oportunhol me levou a repensar não apenas a conexão entre o Brasil e o resto da América Latina, mas também a rever as categorias, idiomas, modos de pensar, pesquisas e escritas da América Latina. Foi assim que artistas emportunhol, suas obras, suas interpretações críticas e seu espaço de enunciação (móvel, oral, escrito) me aproximaram da fronteira do Uruguai com o Brasil.

As fronteiras brasileiras são marcadas por uma particular heterogeneidade linguística. A fronteira do Brasil com os países do Rio da Prata é caracterizada por uma maior concentração populacional do que a fronteira norte, onde a geografia amazônica complica as relações territoriais e os assentamentos populacionais.

A fronteira Brasil-Uruguai possui aproximadamente mil quilômetros de extensão, uma pequena porção dos mais de 15 mil quilômetros de fronteiras que o Brasil tem com os outros países da América do Sul, sendo o lar de muitos artistas, como Fabián Severo, Chito de Mello, Ernesto Díaz, Toni de Mello, Patricia Robaima, entre

outros. Muitos deles são artistas que cresceram na fronteira, mas já não vivem lá, foram para a capital para estudar, trabalhar, e da capital retornam permanentemente à fronteira através de seus sons, seus registros, seus materiais artísticos, sua linguagem.

Na fronteira entre o Uruguai e o Brasil, o português e o espanhol se misturam e formam diferentes variantes do português, a língua materna dessas populações fronteiriças que foram historicamente marginalizadas. Vários artistas dessa fronteira trabalharam com portunhol e “fissuraram” (MOLLOY, 2002) os lugares hegemônicos de enunciação, propondo novas leituras, dinâmicas de produção, circulação, criação etc.

O português, como a fronteira, é um espaço heterogêneo de mobilidade de seus falantes-habitantes, que, no caso de artistas (músicos e poetas), pegam sons e palavras de uma língua e as combinam com sons e palavras de outra língua para formar novas palavras, novos sentidos, novos significados locais, que organizam seu imaginário simbólico e sua estrutura crítica.

Neste trabalho vou me referir ao contato que ocorre na fronteira entre Brasil e Uruguai através das produções de três artistas dessa fronteira: Fabián Severo, escritor (ARTIGAS, 1981), Chito de Mello, poeta e músico (RIVERA, 1947), Ernesto Díaz, compositor e músico (ARTIGAS, 1973). De fato, esses artistas que compartilham experiências, sensações e ideias usam algumas metáforas que emergem de sua experiência social conjunta para se referir a seu lugar de fala e a seus processos e produções artísticas.

Fabián Severo nasceu em Artigas e tem cinco livros publicados, três de poesia e dois de novelas. *Viralata* foi a novela que ganhou o prêmio nacional de literatura uruguaia. Toda sua obra está escrita em portunhol. *Noite nu Norte* é seu primeiro livro. Nesse livro os poemas não têm título, somente número; o seguinte poema é o primeiro poema do livro:

Miña lingua le saca la lengua al disionario
 baila uma cumbia insima dus mapa
 i fas com a túnica i a moña

uma cometa
 pra voar
 livre i solta pelu seu

A questão da identidade, do lugar de fala e da intimidade, a ligação entre sua casa, sua língua materna e o espaço público, a escola, a língua imposta são temas presentes em toda a obra de Fabián, mas também na de vários artistas de portunhol.

Em sua primeira novela, *Viralata*, o autor reconhece um jeito de viver entre a mistura; sempre faltante de algo, não somente a carência econômica, o que acontece é a diferença social:

Así nos hicieron. Una mitad de cada cosa, sin ser cosa
 intera nunca. Todos somos viralata (...) Cada uno trae
 una mitad mas no incontra nunca la otra metade
 Viralata

Além disso, as marcas de identidade marginal dentro do portunhol, que é uma língua (neste caso uma língua marginal), são assumidas como lugares de identidade com os quais os autores decidem construir seu trabalho.

Os artistas da fronteira têm certos jeitos de trabalhar juntos. Fabián tem projetos com o pesquisador e músico Ernesto Díaz, que também nasceu em Artigas. Sua obra principal é o disco “Qualquer uno”, que tem uma canção chamada “Los oreia”, que diz:

Que son esos guri que andan fariando por aí,
 conocen toda las plaza del sorella Quarai? Y
 quien son esos guri que andan descalzo (...)
 que hacen donde viden donde duermen esos
 guri y nadie sabe a nadie importa nadie esta
 ai, son los oreia nunca fueron a la escuela

É interessante pensar como a escrita e a leitura estão ligadas ao aparato institucional e seu poder; configurando uma divisão colonial hierárquica, marcada por uma linguagem oral que passou por modificações com o passar do tempo, ao contrário da linguagem

escrita, que manteve sua rigidez (RAMA, 1998). A linguagem oral e a música, que estão completamente ligadas, acabaram se tornando o lugar das expressões populares de resistência à ordem estabelecida, enquanto a palavra escrita sempre foi o lugar da reprodução do pensamento e das ideias de um mundo culto e centralizado. Por isso é interessante pensar nas relações entre a música e os livros escritos no portunhol.

Finalmente, quero falar de Chito de Mello, que foi o artista mais importante da região de fronteira Uruguai-Brasil, mas faleceu no ano de 2020. Em 2002, o músico, que na época compunha e cantava há mais de trinta anos, estreou seu primeiro álbum *Rompidioma*, que é também o nome de uma canção e uma palavra depreciativa usada pelos montevideanos para se referir à maneira de falar dos habitantes da fronteira norte do país.

Me han criticado en varios lados porque he cantado
abrasilerado, querido hermano montevideano no soy
bayano tas engañaio, soy de Rivera de la frontera don-
de cualquiera habla entreverao, soy fronterizo medio
mestizo, simple y sumiso desde guri, tengo mi ´doma
no canto en broma soy rompidioma, y no toy ni ai

Os artistas fronteiriços são entendidos como sujeitos de conhecimento que fissuraram o cânone hegemônico – centrado no branco – a partir de uma interpretação sensível, coletiva e atenta às realidades e aos contextos que experimentam como sujeitos de fronteira, mas que também reforçam como artistas exilados quando trabalham juntos, sendo, portanto, criticados pelas próprias comunidades, que, como resultado da ferida colonial, experimentam nas esferas corporal, política, linguística e psíquica a devastação da violência estrutural que hierarquiza e classifica populações e territórios delimitados.

PATRIMÔNIO LINGUÍSTICO E CULTURAL E O PROJETO PLATAFORMA DA DIVERSIDADE LINGUÍSTICA BRASILEIRA

JULIANA BERTUCCI BARBOSA

UFTM-Uberaba / UNESP-Araraquara / CNPq

MARCIA DOS SANTOS MACHADO VIEIRA

UFRJ / CNPq

MULTILINGUISMO NO BRASIL

O Brasil é um país multilíngue e pluricultural. Esta realidade brasileira é inquestionável e está, inclusive, como relembram Savedra e Oliveira (2012), reconhecida em nossa Constituição, em seus artigos 215¹ e 216². Tal fato pode ainda ser comprovado quando consideramos, por exemplo, dados do Inventário Nacional da Diversidade Linguística (INDL)³/Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), que apontam que em nosso país são faladas, além das variedades do português, mais de 250 línguas (entre elas,

1 Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/Constituicao_Federal_art_215.pdf.

2 Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/constituicao_federal_art_216.pdf.

3 Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/indl>.

indígenas, de imigração, de sinais, crioulas e afro-brasileiras). Sendo assim, espaços como o do **I Seminário Internacional Viagens da Língua**, promovido em dezembro de 2021 pelo Centro de Referência do Museu de Língua Portuguesa, com a temática “culturas multilíngues”, são relevantes e vêm chamar atenção da sociedade para o fato de que o Brasil é rico em patrimônio sociolinguístico e sociocultural, o que, obviamente, possibilita muitas viagens (multi) linguísticas.

O (re)conhecimento e a preservação dessa realidade multilíngue e pluricultural brasileira estão também previstos no citado artigo 216 da Constituição Federal Brasileira: “§ 1º O Poder Público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação”. Entretanto, apesar desses reconhecimentos, pelo menos dois fatos ainda pesam negativamente:

1. o desconhecimento da diversidade de nosso patrimônio linguístico e cultural por grande parte da população brasileira;
2. a carência de catalogação, de documentação e de repositório multilinguístico (contrariando o previsto em nossa Constituição) que sirva de referência a qualquer consulente, de qualquer área do saber, interessado na nossa realidade, seja por curiosidade, seja para realizar pesquisas, para preparar uma aula ou algum material didático, seja para implementar alguma ação ou por qualquer outra motivação.

É dessa necessidade urgente, de voltarmos nossos olhares para a diversidade linguística no/do Brasil, que surge o projeto **Plataforma da Diversidade Linguística Brasileira** da Associação Brasileira de Linguística (Abralín) e do Grupo de Trabalho (GT) de Sociolinguística da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Letras e Linguística (ANPOLL). Um projeto que não interessa somente à comunidade de linguistas brasileira, mas

também a toda sociedade brasileira e ao mundo. “Diversidade linguística e cultural” diz respeito à condição de coexistência de línguas e culturas diferentes na sociedade brasileira.

PLATAFORMA DA DIVERSIDADE LINGUÍSTICA BRASILEIRA: ALGUMAS DIRETRIZES

Plataforma da Diversidade Linguística Brasileira é o projeto de uma plataforma digital nacional de arquivos com amostras de manifestações linguísticas de diferentes regiões brasileiras (textos falados, escritos e/ou sinalizados) interconectados e acessíveis em um *website*. A concepção da plataforma está ancorada nas novas tecnologias e nas estratégias colaborativas para arquivar e preservar nosso repertório patrimonial.

Educação Aberta e Cidadã, Inclusão Social e Memória

Ações -
Educação
patrimonial -
via
Plataforma
(digital) da
Diversidade
Linguística
Brasileira



Figura 1: (Inter) Ações possíveis na/da plataforma. Fonte: Barbosa e Machado Vieira, 2021.

POTENCIALIDADES DA PLATAFORMA DA DIVERSIDADE LINGUÍSTICA BRASILEIRA

Um repositório *on-line* pode possibilitar a criação de redes de cooperação entre linguistas do território nacional e internacional, contribuir para a formação inicial e continuada de (novos) pesquisadores, promover a Educação Patrimonial, auxiliar na formação de professores da Educação Básica e na produção de materiais didáticos e/ou alguma aula. Pode ainda auxiliar profissionais de áreas diferentes de Letras e Linguística que se valem de linguagem para implementar suas ações de trabalho e promover a difusão e a popularização da área nos mais diversos espaços.

Contribuí, ainda, como já destacado, para o reconhecimento e a valorização da nossa diversidade, promovendo ações concretas que podem impactar em setores como econômico, social, cultural, turístico. Além disso, um acervo de dados linguísticos representativo dos falares do/no Brasil pode, inclusive, auxiliar em ações de divulgação de características do português brasileiro para outros países, podendo servir de material para minimizar crenças equivocadas sobre a variedade brasileira em aulas e entre os aprendizes estrangeiros de português, para assegurar pleno direito à manifestação das identidades que são construídas via linguagem.

É importante ressaltar que a plataforma brasileira digital de bancos de dados linguísticos atende demandas atuais da Ciência Aberta, que visam ao compartilhamento de informações, seu uso e reúso, atingindo toda a sociedade, e mobiliza diferentes indivíduos a partilhar saberes, espalhados por um território de dimensões continentais e até pelo mundo, já que hoje nossa viagem e nossos encontros também são potencializados por via remota/digital. Ademais, pode possibilitar consultas, por curiosidade, por necessidade de realizar pesquisas, de propor política linguística, de planejar ou implementar alguma ação ou por qualquer outra motivação.

PLATAFORMA E SALVAGUARDA DE LÍNGUAS

Um repositório *on-line* com diferentes manifestações linguísticas brasileiras, como o previsto no projeto **Plataforma da Diversidade**

Linguística Brasileira, pode promover a salvaguarda de línguas de forma semelhante a um museu, que pode, por exemplo, proteger obras/peças raras para que não se percam ou não se deteriorem com o passar dos anos. Ou, ainda, de forma análoga aos Bancos de Sementes, como o de Svalbard, na Noruega (FREITAG, 2021).

O Banco de Sementes de Svalbard, por exemplo, é um repositório subterrâneo, o maior do mundo, que guarda amostras de sementes de vegetais comestíveis (aproximadamente 4,5 milhões espécies). O depósito foi inaugurado em 2008 e é aberto poucas vezes por ano para receber novas sementes do mundo todo. Esse lugar é à prova de terremotos, inundações, explosões nucleares e até queda de asteroides. Por isso, vem sendo chamado de “Arca de Noé” dos vegetais por muitos jornalistas.

A **Plataforma da Diversidade Linguística Brasileira**, ao reunir diversas manifestações linguísticas usadas no território brasileiro, assim como os exemplos de salvaguardas citados, visa, ainda, arquivar, guardar e preservar diferentes falares brasileiros que com o tempo podem desaparecer, assim como já ocorreu com algumas línguas indígenas.

BREVE HISTÓRICO DA PLATAFORMA DA DIVERSIDADE LINGUÍSTICA BRASILEIRA

A proposta da plataforma decorreu, inicialmente, do desenvolvimento de ações do Grupo de Trabalho (GT) de Sociolinguística da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Letras e Linguística (ANPOLL), como as do projeto coletivo “SocInTec Brasil: Sociolinguística em (inter)ação: tecnologias sociais para o desenvolvimento da sustentabilidade no Brasil” e as do projeto “Mapeamento de Banco de Dados Sociolinguísticos”, desenvolvidas sob as coordenações do GT de Sociolinguística da ANPOLL (triênio de 2018-2021) e da Comissão Científica da Área de Sociolinguística da Abralín (Associação Brasileira de Linguística).

No âmbito do projeto “Mapeamento de Banco de Dados Sociolinguísticos”, foram realizados levantamentos de bancos de dados linguísticos (amostras coletadas de falas/escritas). Esse

projeto recebeu notícia, até março de 2022, da existência de pelo menos 28 bancos de dados (socio)linguísticos no Brasil, organizados por parâmetros diferentes. Esses bancos brasileiros mapeados via formulário são predominantemente de fala, representativos de variedades da língua portuguesa brasileira, ou seja, de uma das línguas usadas no Brasil. Essa constatação, embora ainda inicial, evidencia a carência de informações sobre coleções de dados representativas da diversidade linguística brasileira, além da falta de um espaço único que reúna informações sobre essas amostras já existentes, o que facilitaria o acesso da sociedade e a divulgação.

O levantamento até agora realizado sinalizou que a maioria dos bancos de dados sociolinguísticos já existentes estão localizados ou representam falas de populações da faixa litorânea brasileira e estão em torno de instituições universitárias, por conta de, geralmente, sua constituição estar atrelada a pesquisas de programas de pós-graduação nas universidades. Porém, sabemos que o conhecimento sobre línguas não interessa apenas a quem está na universidade.

Esse dado está muito próximo de resultados como o do Censo Demográfico brasileiro (2010), que evidenciou, por meio do mapa de Densidade Demográfica (2010) – figura 2 –, que a população brasileira está irregularmente distribuída no território, pois há regiões densamente povoadas e outras com baixa densidade demográfica. Como podemos visualizar na figura 2, tal censo mostra que as maiores densidades demográficas brasileiras (área mais escura no mapa) – acima de 100 habitantes/km – estão situadas no entorno de São Paulo, do Rio de Janeiro e de eixos espaciais mais urbanizados, como a região do Vale do Paraíba e as áreas litorâneas ou próximas ao extenso litoral brasileiro.

Essa comparação entre o que aponta o projeto “Mapeamento de Bancos de Dados Sociolinguísticos no Brasil”, realizado até o momento, e o que aparece no Censo 2010 é reveladora: denuncia a necessidade de interiorizarmos e diversificarmos nossas amostras de falares/escritos/textos sinalizados representativos da diversidade brasileira. Precisamos reunir registros representativos

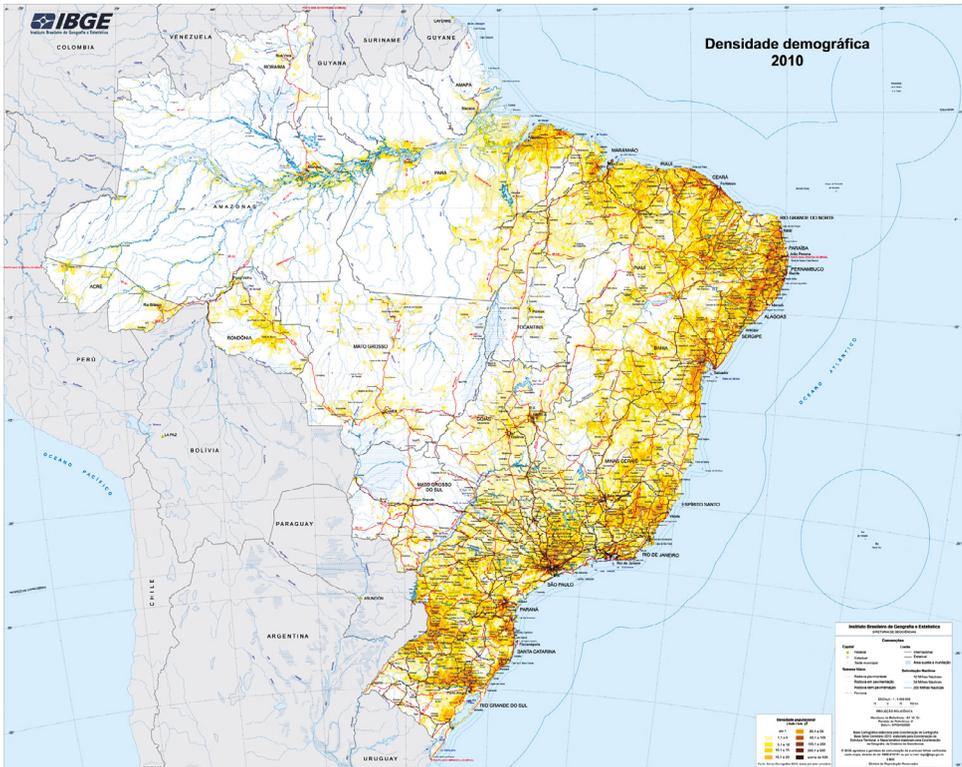


Figura 2: Mapa de Densidade Demográfica IBGE (2010).⁴

de normas linguísticas faladas, escritas e sinalizadas no Brasil de diferentes lugares (de regiões litorâneas ou não, perto ou longe de grandes centros, urbanas e interioranas, de regiões mais turísticas e menos). Temos de investir em uma plataforma como a aqui planejada que sirva de referência de catalogação, registro e abrigo de materiais que capturem línguas em uso no Brasil. Afinal, são mais de 250 línguas e mais de duzentos milhões de falantes no território brasileiro.

4 Fonte: https://geoftp.ibge.gov.br/cartas_e_mapas/mapas_do_brasil/sociedade_e_economia/mapas_murais/densidade_populacional_2010.pdf.

As primeiras ideias dessa plataforma/repositório foram pensadas em agosto de 2021, no projeto intitulado **Plataforma da Diversidade Linguística Brasileira**, dentro do escopo do GT de Sociolinguística da ANPOLL (Associação Nacional de Pós-Graduação em Letras e Linguística). Posteriormente, o projeto foi formalmente registrado junto à presidência da Associação Brasileira de Linguística (Abralin) que vigorou no biênio 2019-2021. Hoje, o projeto conta com a participação de pesquisadores de diferentes comissões científicas e estratégicas da Abralin, além de parcerias como a do Centro de Referência do Museu de Língua Portuguesa.

O PÚBLICO-ALVO DA PLATAFORMA DA DIVERSIDADE LINGUÍSTICA BRASILEIRA

A **Plataforma da Diversidade Linguística Brasileira** tem como público-alvo, principalmente, membros da sociedade que se encaixem nos seguintes perfis:

- Público amplo: a sociedade em geral, possibilitando, por meio de exposições permanentes e temporárias, consultas ao site para que possam ver, ouvir, repetir diferentes manifestações de uso linguístico no país, bem como informar e dar *feedback* a respeito;
- Público escolar: os professores de Educação Básica, alunos de Educação Básica, licenciados em formação inicial e continuada, formadores, comunidade escolar em geral. O acesso a esta plataforma pode subsidiar a implementação, por exemplo, de ações que contemplem o previsto na BNCC, principalmente sobre o direito à aprendizagem à diversidade linguística, do respeito linguístico;
- Público acadêmico: os pesquisadores da área de linguística ou de áreas e interesses afins que possam, por meio da plataforma, subsidiar pesquisas científicas e desenvolvimento tecnológico (processamento natural da linguagem, inteligência artificial, acessibilidade) – no país e fora dele.

A **Plataforma da Diversidade Linguística Brasileira** pode ser um repositório *on-line* com potencial para ser referência nacional e internacional de dados linguísticos, de catalogação, de documentação. Um repositório multilinguístico brasileiro disponível a qualquer consulente, de qualquer área do saber, de qualquer lugar no mundo, interessado na nossa realidade.

A PLATAFORMA DA DIVERSIDADE LINGUÍSTICA BRASILEIRA PODE ATENDER UM PÚBLICO ESCOLAR?

Um bom exemplo de que a plataforma poderá atender um público escolar é o fato de identificarmos explicitamente orientações para o tratamento da diversidade linguística brasileira no ambiente escolar em documentos norteadores de ensino da Educação Básica, como a atual BNCC, sigla para Base Nacional Comum Curricular (BRASIL, 2018)⁵. Tal documento normativo define o conjunto de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica.

Na BNCC há, por exemplo, uma competência específica, de número 04, que aborda a pertinência de o aluno conhecer e compreender a Heterogeneidade Linguística do Brasil (BRASIL, 2018, p. 494):

Compreender as línguas como fenômeno (geo) político, histórico, cultural, social, variável, heterogêneo e sensível aos contextos de uso, reconhecendo suas variedades e vivenciando-as como formas de expressões identitárias, pessoais e coletivas, bem como agindo no enfrentamento de preconceitos de qualquer natureza.

Sendo assim, o acesso aberto ao repositório *on-line* de amostras de manifestações linguísticas existentes no território brasileiro possibilita um ensino e aprendizagem de línguas, inclusive da língua portuguesa e suas variedades, que viabilize a Educação

5 Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EF_EF_110518_versaofinal_site.pdf.

Patrimonial e minimize a lacuna entre formação escolar e produção científica. Também promove o respeito e a autoestima linguística dos falantes brasileiros de variedades desprestigiadas socialmente (que poderão se reconhecer nas amostras de tal plataforma, bem como perceber convergências e divergências em relação a outras) e proporciona o reconhecimento de línguas/variedades minorizadas do Brasil.

O material disponibilizado na plataforma permitirá que o docente de Educação Básica possa elaborar materiais que representem realmente os diferentes falares do Brasil, sem precisar recorrer a textos estereotipados que apenas perpetuam falsos mitos sobre algumas variedades do português e/ou sobre outras línguas faladas/sinalizadas no Brasil. Pode colaborar também para que quem define políticas públicas possa considerar estrategicamente o nosso manancial multilinguístico e multicultural em ações e políticas de Estado a favorecer nossa gente onde quer que ela esteja, a promover acessibilidade, inclusão, atenção, educação, respeito e visibilidade. Há iniciativas estrangeiras interessadas em registros linguísticos feitos no nosso país, um exemplo são sites como o *Ethnologue*⁶ ou o *Glottobank*⁷. Falta ao nosso país se interessar por um repositório digital nacional que represente nossos interesses e que nos mostre, a um só tempo, diversos e unidos por (inter)ações a colaborar para esse espaço virtual de exercício de (con)vivência, (in) formação, ciência e cultura!

COMO SABER MAIS SOBRE A PLATAFORMA DA DIVERSIDADE LINGUÍSTICA BRASILEIRA?

Neste breve artigo, reunimos algumas informações sobre o projeto **Plataforma da Diversidade Linguística Brasileira**. Caso tenha interesse nessa temática ou quiser saber mais sobre o projeto, a seguir, sugerimos alguns materiais já publicados sobre o assunto, de acesso livre e disponíveis em diferentes mídias:

6 Disponível em: <https://www.ethnologue.com/>.

7 Disponível em: <https://glottobank.org/>.

Vídeos

- Painel “Futuros possíveis para dados sociolinguísticos”. **Festival de Conhecimentos da UFRJ**. 12 de junho de 2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=ZrZxsd5QQns>.
- Mesa Redonda “Acervos de dados abertos à sociedade: memória linguística e sociocultural e potencialidade de (re)uso”. **InterAb21**. 24 set 2021, Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=BsCvqcTo-qc&feature=emb_imp_woyt.
- Bate Papo “Que papo é esse de (re)uso de acervos de dados linguísticos na era digital?”. **II Festival de Conhecimentos da UFRJ**. 01 de setembro de 2022. Disponível em: <https://youtu.be/m8pKZh2gmeg>.
- Painel “Patrimônio das Humanidades Digitais: de bancos de dados esparsos a repositórios nacionais”. **II Festival de Conhecimentos da UFRJ**. 30 de agosto de 2022. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=wBen-NeagQA>.

Artigo

- MACHADO VIEIRA, M. DOS S.; BARBOSA, J. B.; FREITAG, R. M. K.; BORGES, M. M.; MEDEIROS, A. L. S. Collections of data open to society: linguistic and sociocultural memory and potential for (re)use. **Cadernos de Linguística**, v. 2, n. 1, p. e607, 24 jan. 2022. Disponível em: <https://cadernos.abralin.org/index.php/cadernos/article/view/607>.

Capítulo de livro

- MACHADO VIEIRA, M. dos S.; BARBOSA, J. B. Coleções de dados brasileiras para o ensino de Português. MEIRELES, V.; MACHADO VIEIRA, M. dos S. (ed.). **Variação e ensino de português no mundo**. São Paulo: Blucher Open Access, 2022. Disponível em: <https://openaccess.blucher.com.br/article-details/21-23344>.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, [2016].
- BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018.
- SAVEDRA, Mônica M. G.; LAGARES, Xóan C. Política e planificação linguística: conceitos, terminologias e intervenções no Brasil. **Gragoatá**, v. 17, n. 32, 2012. Disponível em: <http://periodicos.uff.br/gragoata/article/view/33029>. Acesso em: 29 mar. 2022.

The image features a minimalist, abstract design on a light gray background. A central black circle is connected by thin black lines to three other black circles: one at the top, one to the left, and one to the right. The top circle is enclosed within a larger, semi-transparent gray circle. The right circle is positioned near a series of concentric black circles, with a bright yellow circle at the center of these rings. In the lower-left quadrant, there are three additional black circles of varying sizes, arranged in a loose cluster. The overall aesthetic is clean and modern, using geometric shapes and a limited color palette.

O PORTUGUÊS PELO MUNDO

PORTUGUÊS: LÍNGUA PLURICÊNTRICA¹

REGINA PIRES DE BRITO
Universidade Presbiteriana Mackenzie

A língua portuguesa é uma construção conjunta de todos aqueles que a falam – e é assim desde há séculos. A minha língua – aquela de que me sirvo para escrever –, não se restringe às fronteiras de Angola, de Portugal ou do Brasil. A minha língua é a soma de todas as suas variantes. É plural e democrática. A sua imensa riqueza está nessa diversidade e na capacidade de se afeiçoar a geografias diversas, na forma como vem namorando outros idiomas, recolhendo deles palavras e emoções. Aprisionar a língua portuguesa às fronteiras de Portugal (ou de Angola ou do Brasil) seria mutilá-la, roubar-lhe memória e destino.

José Eduardo Agualusa²

-
- 1 Texto originalmente publicado no site do Museu da Língua Portuguesa com o título “Português: língua pluricêntrica”, oriundo das discussões do Webinário Língua Portuguesa e Direitos Humanos (2021).
 - 2 Para uma irmandade da Língua Portuguesa, Jornal Expresso, 10 de junho de 2019. Disponível em: <https://expresso.pt/opiniaio/2019-06-10-Por-uma-irmandade-da-lingua>.

Neste excerto, retirado de artigo publicado no *Jornal Expresso* em 10 de junho de 2019, dia em que se comemora o Dia de Portugal, de Camões e das Comunidades Portuguesas, José Agualusa recorda que a língua portuguesa é uma “construção conjunta de todos aqueles que a falam”. Diria, décadas antes, Eduardo Lourenço (2001, p. 123), na mesma direção, “Uma língua não tem outro sujeito senão aqueles que a falam, nela se falando. Ninguém é seu proprietário, pois ela não é objeto, mas cada falante é seu guardião”³.

Democraticamente, partilhamos elementos comuns, recriamos outros tantos, damos-lhe, uns, outros e todos nós, sabores novos, cores novas, jeitos novos. A língua, prossegue Agualusa, tem sua riqueza “na diversidade” de espaços, no “afeiçoar-se” aos contextos vários, no “namoro” com outras línguas. Essa pluralizada língua portuguesa, dizia Lourenço, “é, apesar ou por causa da sua variedade, aquele espaço ideal onde se comunicam e se reconhecem na sua particularidade partilhada todos quantos os acasos que a história aproximou” (2001, p. 124).

Essa dimensão plural da língua portuguesa que, ao mesmo tempo, se espraia pelo espaço e é arquitetada pelo tempo, mais do que língua “de países” (a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa), é língua dos indivíduos e, portanto, é língua da interação, que namora outros idiomas, como diz o angolano Agualusa; é língua das “palavras rongas e algarvias que ganguissam” em *A Fraternidade das Palavras*⁴, do moçambicano José Craveirinha; é também língua que permite “criar confusões de prosódias”⁵, como canta o brasileiro Caetano Veloso. Justamente, é essa possibilidade

3 O trecho aqui referido data de 11 de fevereiro de 1992 e foi reunido em *Nau de Ícaro e Imagem e Miragem da Lusofonia*, publicado em Portugal, pela Gradiva, em 1999, e no Brasil, pela Companhia das Letras, em 2001.

4 Ganguissar significa “namorar”, conforme aparece no referido poema de José Craveirinha, encontrado na antologia disponível em: <https://ciberduvidas.iscte-iul.pt/outros/antologia/a-fraternidade-das-palavras-/617>.

5 A composição citada é “Língua”, de Caetano Veloso, disponível em: <https://www.lettras.com.br/caetano-veloso/lingua>.

de se fazer presente e de se reinventar em cotidianos diferentes pelo mundo que faz do *português uma língua pluricêntrica*.

Para se ter uma representação dessa presença global – sendo língua pluricontinental – e também do caráter *plurifacetado do português*, podemos tomar os dados populacionais dos países de colonização portuguesa e que, constitucionalmente, adotam o português como língua oficial – Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste⁶ – e acrescentar-lhes números das comunidades da diáspora, totalizando, assim, cerca de 260 milhões de usuários – total esse que supõe, certamente, distintos graus de conhecimento, de proficiência e de presença do português nas interações⁷. São cerca de trinta mil quilômetros de fronteiras⁸ com outras línguas, um dos três únicos idiomas usados em todos os continentes, sendo que nenhum desses oito países têm por limite outro. Além disso, tem-se verificado, nos últimos anos, o crescimento e a valorização do português no mundo, acompanhando o valor econômico e o destaque cultural de alguns dos países de língua oficial portuguesa.

Tendo em conta o plano geopolítico-econômico, o português é língua administrativa e de trabalho de 27 organizações internacionais e língua oficial em seis (dos 17) blocos econômicos regionais: Mercosul – *Mercado Comum do Sul* (Brasil), UE – *União Europeia* (Portugal), Asean – *Associação de Nações do Sudeste Asiático* (Timor-Leste), SADC – *Comunidade da África Meridional para o Desenvolvimento* (Angola, Moçambique), CEEAC – *Comunidade Econômica dos Estados da África Central* (Angola e São Tomé e

6 Além dos 8 países historicamente ligados, a República da Guiné-Equatorial passou a integrar a CPLP como membro oficial a partir de 2014.

7 Indispensável mencionar nas discussões o galego e suas relações viscerais com o português e, portanto, com o espaço da lusofonia. Também outros espaços devem ser considerados nos estudos lusófonos, como Macau.

8 Conforme Oliveira (2013, p. 412): “O português conta com 29 mil quilômetros de fronteiras com outras línguas oficiais: o espanhol, o inglês, o francês, o holandês, o bahasa indonésia, o chinês, o afrikaans, o kiswahili e o guarani, o que permite interessantes alianças geolinguísticas.”

Príncipe), Cedeao – *Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental* (Cabo Verde e Guiné-Bissau). Como registrado no Novo Atlas da Língua Portuguesa (2016), o português é das cinco línguas mais faladas no mundo e está também entre as cinco mais usadas na internet; além de ser a terceira indo-europeia mais falada (depois do espanhol e do inglês) e de ser a mais falada no hemisfério sul. Dados do Internet World Stats⁹ mostram que o português é o quarto idioma mais utilizado no Twitter, o quinto em usuários na internet e o terceiro no Facebook. Esse panorama, que situa o português em várias instâncias (dos números do quadro sociogeográfico até dados do contexto “geociber”), possibilita a compreensão de suas muitas rotas de “internacionalização”, externas e internas.

Dessa forma, olhar para o espaço de oficialidade do português permite caracterizá-lo não apenas pela sua expressiva extensão e pelas relações com outras nações não lusófonas (o que exige políticas de internacionalização externas), mas também por realidades distintas, frequentemente assinaladas pela dimensão, pela condição socioeconômica, pela conjuntura política, pelo Índice de Desenvolvimento Humano – fazendo do português uma língua internacional “*no interior de nossas fronteiras*” (Castro, 2010, p. 67). Neste caso, o português, como língua do ensino, dos meios de comunicação e da administração pública, funciona como veicular entre indivíduos de línguas maternas várias. Enfim, essa comunidade vive e utiliza, singularmente, uma língua oficial comum, especificamente adjetivada em cada um dos seus múltiplos contextos, validando uma lusofonia dos que *também* falam português (BRITO e MARTINS, 2004; BRITO, 2015) e constituindo o *português pluriforme e transnacional*. [...]

A partir do olhar da diversidade de usos e da multiplicidade de espaços (o português a que chamamos adjetivado: português angolano, português brasileiro etc.) é que entendemos o pluricentrismo do português, que se legitima ao reconhecermos os papéis

9 Internet World Stats, disponível em: <https://www.internetworldstats.com/languages.htm>. Acesso em: 15 mar. 2021.

que a língua portuguesa assume em cada lugar. Além disso, a característica pluricêntrica vai se edificando também pela evocação de sotaques vários e que, por fim, aponta para uma conceituação de lusofonia livre de desconfortos e traumas que a palavra pode carregar em discursos anacrônicos, que atribuem, erroneamente, centralidade à matriz lusitana em relação aos outros países de língua oficial portuguesa. A lusofonia que faz sentido – pela qual advogamos e capaz de instaurar diálogos entre culturas – tem centros em toda a parte, como, de certo modo, apontava o filólogo brasileiro Celso Cunha, na segunda metade do século XX (1964, p. 34-38):

Chega-se assim à evidência de que para a geração atual de brasileiros, de caboverdianos, angolanos, etc., o português é uma língua tão própria, exatamente tão própria, como para os portugueses. [...] *Essa república do português não tem uma capital demarcada. Não está em Lisboa, nem em Coimbra; não está em Brasília, nem no Rio de Janeiro. A capital da língua portuguesa está onde estiver o meridiano da cultura.* (grifos nossos)

Com efeito, quando se pensa numa lusofonia viável, faz sentido assumir a percepção da língua construída por todos (como na epígrafe com que abrimos este texto), simultaneamente pluricêntrica, marcadamente heterogênea, desvinculada de complexos e de representações estereotipadas – ou seja, um espaço linguístico plural, o lugar das *lusofonias* – como propõe Mia Couto (2010)¹⁰. A riqueza da diversidade socio-histórico-cultural dos espaços de língua portuguesa e o reconhecimento das suas variedades (constituídas

¹⁰ Em entrevista ao jornal *O Estado de São Paulo*, de 19 de agosto de 2010, quando da 21ª Bienal do Livro de São Paulo, ao tratar de Lusofonia, um dos temas daquela Bienal, Mia Couto afirma: “Acho importante questionar a ideia da lusofonia. E perceber que o conceito é plural: existem lusofonias. A ideia da comunidade lusófona é uma construção que corresponde a interesses políticos particulares. Os criadores culturais devem ser capazes de questionar esse modelo único que nos é proposto”.

na inter-relação com as demais línguas de cada localidade) devem estar na pauta dos estudos sobre as dimensões do português no contexto atual. Além disso, impõem refletir sobre as múltiplas realidades e caminhos de divulgação, expansão e fortalecimento do português, ensejando, cada vez mais, políticas (não apenas linguísticas) que contribuam para as dinâmicas de mobilidade humana nas diferentes formas de materialização da língua portuguesa. Por fim, diante das possibilidades que o pluricentrismo do português nos traz de positivo, é preciso a consciência de que “estamos criando um espaço de língua portuguesa em que todas as partes participam de forma livre, em situação de relativa igualdade, sem dominados nem dominadores” (AGUALUSA, 2019). A realidade pluricêntrica do português depende, no entanto, das vontades reais das partilhas, do efetivo reconhecimento da multiplicidade de normas e do respeito mútuo aos valores culturais que o português, sendo muitos, é capaz de representar.

PORTUGUÊS BRASILEIRO COMO LÍNGUA DE HERANÇA

KATIA DE ABREU CHULATA
*Università degli Studi "Gabriele d'Annunzio",
Chieti-Pescara, Itália*

O I Seminário “Viagens da Língua: multilinguismo no mundo lusófono” realizado no Museu da Língua Portuguesa, em dezembro de 2021, proporcionou o encontro com colegas espalhados pelo mundo que realizam várias pesquisas ligadas à língua portuguesa nos mais variados contextos. Foi uma honra e um prazer poder apresentar meu trabalho nesse contexto prestigioso, em que o público, com interesse geralmente não acadêmico, procura informações sobre nossa língua e as várias culturas ligadas a ela nas suas diferentes variedades.

O tema sobre o qual falei naquela ocasião foi o *Português como Língua de Herança*, que geralmente é indicado com as iniciais desse âmbito de estudos: PLH. Na verdade, falei sobre o *Português Brasileiro como Língua de Herança*, pois refleti de modo geral sobre o impacto linguístico da emigração brasileira pelo mundo, principalmente na Itália, onde leciono.

Gostaria de começar situando língua de herança, definindo o que é. Vamos lá!

É preciso lembrar que atrás de teorias há sempre pessoas, estudiosos que se debruçam sobre fenômenos específicos, no caso do PLH, são, geralmente, fenômenos linguísticos, culturais e sociais. O pesquisador, assim, vai fazer observação e estudo de um determinado grupo social, para analisar as manifestações linguísticas, as motivações para falar ou não a língua de origem. Essa língua de herança não se refere somente à língua portuguesa e quem estuda o português como língua de herança (PLH) geralmente segue as teorias de quem já estudou a língua de herança de migrantes nativos de outras línguas. A migração é um fenômeno muito antigo e se repete no curso da História por circunstâncias econômicas, políticas, sociais etc. dos vários países.

Vou, assim, citar alguns estudiosos que nos ajudaram e ainda ajudam a melhor estudar o português como língua de herança porque eles observaram e estudaram outras línguas de herança em contextos específicos. Os nomes dos grandes investigadores na área de língua de herança como Guadalupe Valdés, Nelleke Van Deusen-Scholl, Kimi Kondo-Brown, Olga Kagan, Maria Carreira, Terrence Wiley, Joshua Fishman são fundamentais para definir língua de herança e definir seus falantes, além de investigar sobre suas implicações pedagógicas (DUARTE SOARES, 2012, p. 21).

A língua de herança foi definida de várias maneiras, como observa Duarte Soares (2012), por exemplo: língua dos imigrantes; língua dos refugiados, língua dos indígenas, língua ancestral (KONDO-BROWN, 2005; VAN DEUSEN-SCHOLL, 2003; HE, 2010), língua familiar, língua primitiva, língua nativa, língua da comunidade (SHIN, 2010), língua colonial (FISHMAN, 2001); (CARREIRA, 2004), língua étnica, língua minoritária, língua não social (VALDÉS, 2005). Essa diferença de definição depende do contexto e da abordagem teórica utilizada pelo pesquisador.

Vamos ver um pouco da abordagem de Van Deusen-Scholl. Como já sublinhei, o termo “língua de herança” não é novo e foi utilizado desde o final da década de 1970 no Canadá (VAN

DEUSEN-SCHOLL, 2014) para se referir às línguas diferentes das oficiais, faladas pelos imigrantes que chegaram e continuaram a utilizá-las em seu cotidiano, em alguns casos, transmitindo-as por várias gerações.

Van Deusen-Scholl (2014) considera os falantes da língua de herança como um grupo heterogêneo que abarca desde nativos fluentes a não falantes da língua de herança, que podem estar a gerações de distância do familiar emigrante, mas que se sentem culturalmente ligados à língua. Dessa maneira, a língua é caracterizada pelo vínculo cultural e não pela competência linguística, pois pode até não ser falada. Esse vínculo cultural pode se manifestar só pela compreensão escrita ou oral da língua dos avós ou dos pais, por exemplo. Pode se manifestar também com o uso de práticas culturais, como a religião, a música, a culinária, enfim, os usos e costumes em que a língua e a cultura se manifestam de alguma forma. O campo é extenso e existem várias outras definições de falante de herança ainda mais compartilhadas pelos pesquisadores da área.

Por isso, nada de certezas, e essa definição mostra bem a diversidade com a qual os imigrantes lidam com a própria língua de origem. São várias as razões pelas quais o imigrante continua ou não a usar e a transmitir sua língua materna: algumas estão ligadas aos próprios indivíduos, suas razões pessoais, suas necessidades e suas habilidades linguísticas, outras estão ligadas ao que chamamos de políticas linguísticas, que são aquelas que favorecem ou não o uso de determinadas línguas. Políticas linguísticas são estabelecidas por leis que determinam a oficialidade ou não de línguas, o ensino de determinadas línguas e de determinadas variedades linguísticas, o apoio ou não à manutenção das línguas majoritárias e das línguas minoritárias de um determinado espaço territorial, além de outras questões ligadas às línguas oficiais e não oficiais de um país.

Vamos tentar situar o português brasileiro como língua de herança segundo uma cronologia.

Segundo Andrea Moroni (2015, p. 29), o português como língua de herança começou a se desenhar na década de 1980, com o Brasil como país de emigração para os EUA, a Europa e o Japão, mas

entre nós, pesquisadores brasileiros, a expressão “português como língua de herança” se popularizou na década de 2010.

O primeiro registro do termo “português como língua de herança” encontra-se na ata de uma reunião da mesa temática Cultura e Educação na II Conferência Brasileiros no Mundo (CBM), no Rio de Janeiro, em 2009.

Para definir o português como língua de herança (PLH), uso aqui as palavras de Andrea Moroni, por indicar bem a situação de uma língua que é levada para fora do país de origem por seus falantes que emigram: “Pensar o PLH é, portanto, pensar a língua portuguesa como língua minoritária, fora do território brasileiro, em outros países onde as relações sociais, a educação formal e a comunicação no espaço público se concretizem em outro idioma, que não o português. O PLH é, por definição, uma língua que coexiste” (2015, p. 34). Acrescento somente que, na verdade, apesar de se apresentar como minoritária em relação a uma ou mais línguas majoritárias, raramente a língua dos emigrantes brasileiros tem estatuto oficial de língua minoritária no país estrangeiro que os acolhe.

Assim, essa língua portuguesa que coexiste com outras línguas pode ser mais ou menos usada, dependendo das condições que vão facilitar ou não seu uso e sua transmissão a outras gerações. Depende das Políticas Linguísticas de que falei anteriormente, mas depende também da vontade e da necessidade do emigrante, nesse caso brasileiro, de continuar a usar a língua em algum contexto, mesmo restrito só ao contexto familiar. É preciso ter alguma motivação e um certo incentivo para que um emigrante brasileiro continue a falar sua língua materna em um país estrangeiro em que a língua majoritária seja outra, diferente da sua língua materna ou da variedade de sua língua materna.

São vários os aspectos a serem considerados para avaliar a importância do português como língua de herança, essa língua levada pelos emigrantes de língua portuguesa para outros países em que a língua portuguesa não é majoritária.

Um desses aspectos é, sem dúvida, o aspecto econômico. Gilvan Muller de Oliveira, no seu texto “Política linguística e

internacionalização: a língua portuguesa no mundo globalizado do século XXI” (2013, p. 411¹), afirma, também em relação aos falantes da língua portuguesa em geral, que:

Entre 7 e 9 milhões de falantes da língua portuguesa estão nas Diásporas, especialmente nos Estados Unidos da América e no Canadá, em diferentes países europeus, no Japão, na África do Sul, no Paraguai e na Venezuela. Estas bases geográficas são pontos de apoio e de criação de interesse para a manutenção e o ensino da língua de herança no exterior e importante razão para o intercâmbio comercial e cultural com aqueles países. As remessas da emigração, por outro lado, constituem-se como desenvolvimento econômico não desprezível: só os brasileiros nos EUA transferem para o seu país, anualmente, valor superior a 5 bilhões de dólares (MARTES, 2008).

É preciso considerar, no entanto, que os dados numéricos mudam rapidamente, por isso eis aqui alguns deles fornecidos pelo Ministério das Relações Exteriores (MRE), com estimativas referentes ao ano de 2020 e publicados em julho de 2021:

Segundo essas estimativas, a porcentagem dos brasileiros no exterior, para as diferentes regiões do mundo, é a seguinte: 46,06% na América do Norte; 30,85 % na Europa; 13,99% na América do Sul; 5,41% na Ásia; 1,50 % na Oceania; 1,33% no Oriente Médio; 0,63% na África e 0,23% na América Central e Caribe. Como indicado na figura 1, as estimativas do brasileiros no exterior chegam, assim, a 4.215.800.

Vou restringir o campo de análise à Europa porque meu estudo sobre o PLH se concentra num país europeu, a Itália, como disse antes. A distribuição dos brasileiros na Europa, segundo os dados do MRE, mostra a seguinte situação em 2020:

1 Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/tla/v52n2/a10v52n2.pdf>.

Figura 1.²

É muito interessante observar que, depois de Portugal (276.200) e do Reino Unido (220.000), a Itália (161.000) é o terceiro país europeu com o maior número de brasileiros, com a Espanha (156.439) no quarto lugar. Dentre as dez maiores comunidades brasileiras no mundo, a Itália é o sexto país com maior número de brasileiros. Todos esses números, essas estimativas sobre comunidades brasileiras no mundo, mostram a importância do potencial econômico, cultural, linguístico e social dessas comunidades. A pesquisa linguística colabora para conhecer essas comunidades e pode indicar caminhos para incentivar o uso da língua materna ou de origem fora do Brasil.

Em relação ao uso ou não da língua portuguesa por parte dos brasileiros, na pesquisa que faço na Itália considero algumas variáveis nas competências comunicativas de falantes de herança. Existem variáveis na competência linguística dessas pessoas

² Fonte: <https://www.gov.br/mre/pt-br/assuntos/portal-consular/arquivos/ComunidadeBrasileira2020.pdf>.

Por essa razão, alguns descendentes de brasileiros no exterior têm maior ou menor competência linguística. Podem ser bilíngues, mas com níveis de proficiência diferentes.

Outra questão importante é o papel social do emigrante brasileiro, segundo Dressler (1982 *apud* BERRUTO, 2009, p. 175) a subordinação social leva a uma avaliação sociopsicológica negativa, restringindo o uso da língua e levando a uma decadência linguística. É o que acontece com muitos brasileiros no exterior que acabam empobrecendo as próprias competências linguísticas e como consequência não transmitem a língua para seus descendentes ou transmitem uma variedade modificada no contato com a língua do país estrangeiro.

Para estudar o português brasileiro como língua de herança, formou-se um Laboratório de Português como Língua de Herança, que envolve ações de pesquisa, ensino e extensão, tendo como macrofenômeno de atenção aspectos linguísticos e sociais relativos à comunidade brasileira na cidade de Pescara, na Itália, sediado na Università degli Studi “Gabriele d’Annunzio” de Chieti-Pescara. A cidade de Pescara está situada no centro-sul da Itália, nos Abruzos, cuja capital é Áquila.

A equipe acadêmica de referência desse laboratório é formada por pesquisadores e estudantes de doutorado italianos e estrangeiros. Grande parte da equipe é, também, composta por estudantes e doutorandos em mobilidade internacional no âmbito dos Convênios Internacionais da Università degli Studi “G. d’Annunzio” e as seguintes universidades: Universidade Federal de Goiás, Universidade Presbiteriana Mackenzie de São Paulo e Universidade do Estado do Amazonas.

Esse laboratório recolheu entrevistas com brasileiros da cidade de Pescara, participou de eventos na cidade para promover o encontro com os brasileiros residentes e seus descendentes, realizou seminários e congressos como o V Seminário de Estudos sobre a imigração brasileira na Europa, em novembro de 2018, orientou teses de doutorado-sanduiche sobre a comunidade de fala brasileira em Pescara, publicou livros sobre o PLH e sobre a comunidade

brasileira em Pescara, como *Imigração brasileira na Europa: memória, herança, transformação* (CHULATA, 2021) e *Língua de herança em incursões teórico-descritivas. Vozes da comunidade brasileira em Pescara – IT* (CHULATA; CASSEB-GALVÃO, 2021).

Como desdobramento do que foi feito até agora, em termos de projeto futuro, minha equipe está implantando um laboratório didático aberto à comunidade dos brasileiros residentes em Pescara, ligado ao curso de português como língua estrangeira do Dipartimento di Lingue, Letterature e Culture Moderne, da Università degli Studi “Gabriele d’Annunzio”, em Pescara, para que se instaure uma nova pedagogia linguística em âmbito acadêmico para os brasileiros e seus descendentes, fora da pátria de nascimento ou de pertencimento.

UMA VIAGEM DIGITAL E INTERCULTURAL PELOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA: O CASO DO MUSEU VIRTUAL DA LUSOFONIA

ISABEL MACEDO e TATIANE OLIVEIRA
*Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade,
Universidade do Minho*

O MUSEU VIRTUAL DA LUSOFONIA: PERCURSOS DE UM PROJETO DE COMUNICAÇÃO INTERCULTURAL

O Museu Virtual da Lusofonia¹ foi criado em 2017 como uma plataforma de cooperação acadêmica em ciência, ensino e artes, no espaço dos países de língua portuguesa e das suas diásporas, que se estende também à Galiza e à Região Autónoma de Macau. Reúne, em um esforço comum, universidades com projetos de investigação e de ensino pós-graduação, além de associações culturais e artísticas e todos os interessados na construção dessa comunidade lusófona em Angola, Brasil, Cabo Verde, Galiza, Guiné-Bissau, Macau, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste (MARTINS, 2017, p. 46-47).

¹ Disponível em: www.museuvirtualdalusofonia.com. Acesso em: 11 nov. 2022.

Tendo como principal propósito problematizar as influências do passado colonial no presente e desconstruir os equívocos de um centralismo português, o museu encontra-se, deste modo, solidamente comprometido com a promoção do conhecimento, por parte dos países da língua portuguesa, das suas inúmeras formas de expressão artística e cultural, preservando e difundindo internacionalmente o seu património. O seu regulamento dá precisamente conta dessa orientação, que passa pela articulação das possibilidades da tecnologia digital com a preservação, pesquisa e divulgação do património histórico-cultural dos países de língua portuguesa. Mas, para além disso, tem como intenção contribuir para a ampliação do conhecimento recíproco entre os países de língua oficial portuguesa. A construção de futuros mais informados, em que prevaleça o diálogo intercultural e o respeito pela herança cultural e a singularidade do outro, está no cerne daquilo que o museu representa. De acordo com Martins (2018, p. 92), fundador e diretor do Museu Virtual da Lusofonia, esse projeto surgiu também com a necessidade sentida de construção de bases de dados e de conhecimento científico “à escala lusófona, que possam representar, não apenas uma importante afirmação científica em língua portuguesa, mas que reúnam, também, um importante acervo, cultural e artístico”.

Para impulsionar essas aspirações, o Museu Virtual da Lusofonia integrou, em 2020, a plataforma digital Google Arts & Culture,² em que ganhou projeção internacional e tornou possível a realização de múltiplas coleções dos países da língua portuguesa, com recursos e experiências imersivas para os visitantes. Um ano mais tarde, em 2021, o Museu Virtual da Lusofonia tornou-se uma unidade cultural da Universidade do Minho, em Braga, Portugal. Entre dezembro de 2021 e janeiro de 2022, criou uma identidade visual para o Facebook e para o Instagram e intensificou a sua comunicação nas redes sociais (OLIVEIRA; RUÃO, 2022). Lançou, ainda, uma *newsletter* mensal “Travessia Lusófona” e um *podcast*

2 Disponível em: <https://artsandculture.google.com/partner/virtual-museum-of-lusophony>. Acesso em: 11 nov. 2022.

“Diálogos em Travessia”, com entrevistas e a programação completa de suas atividades para seus públicos.³

Com todos os avanços ocorridos nos últimos cinco anos, o Museu Virtual da Lusofonia dispõe, neste momento, de um acervo virtual de 49 exposições na plataforma Google Arts & Culture, com 664 itens diversos (fotografias, registros sonoros, registros audiovisuais, textos, músicas, registros dos patrimônios arquitetônico e etnográfico, entre outras). As exposições podem ser vistas por pessoas em qualquer lugar no mundo, com o recurso de tradução em mais de 100 línguas, disponibilizado pela plataforma. O museu também conta com mais de 100 investigadores, em 30 instituições (universidades, associações culturais e artísticas) dos vários países da língua portuguesa⁴. Promove, ainda, eventos de divulgação das coleções junto das escolas e do público estudantil, por meio da iniciativa Museu na Escola, com o objetivo de colocar o museu no centro do sistema educativo, e realiza também atividades em locais de acesso público destinadas à sociedade em geral.



Figura 1: Evolução do Museu Virtual da Lusofonia.

3 Instagram (<https://www.instagram.com/museuvirtualdalusofonia/>); Facebook (<https://www.facebook.com/museuvirtualdalusofonia/>); entrevistas mensais no canal do YouTube (<https://www.youtube.com/c/MuseuVirtualdaLusofonia/videos>); *newsletter* mensal “Travessia Lusófona” distribuída mensalmente para públicos do Museu, bastando a subscrição da *newsletter* no site <https://www.museuvirtualdalusofonia.com>; *podcasts* mensais “Diálogos em Travessia”, disponíveis no Spotify e na plataforma Anchor do Museu Virtual da Lusofonia (<https://anchor.fm/museu-virtual-da-lusofonia>).

4 Dados de julho de 2022 do Museu Virtual da Lusofonia.

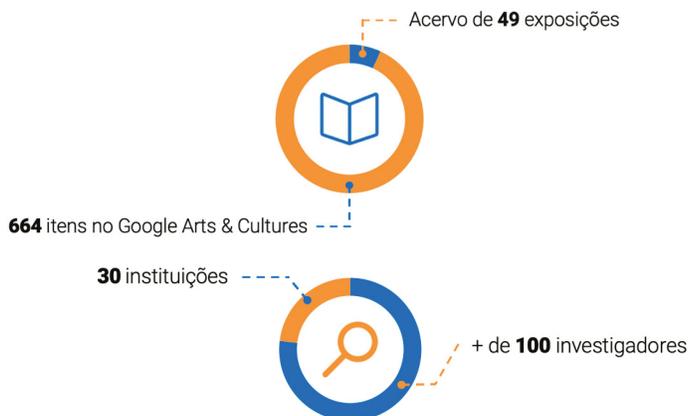


Figura 2: O Museu Virtual da Lusofonia na plataforma Google Arts & Culture.

AS NOVAS TECNOLOGIAS DE COMUNICAÇÃO E AS COLEÇÕES DO MUSEU: UMA VIAGEM PELOS PAÍSES DE LÍNGUA OFICIAL PORTUGUESA

Com o objetivo de melhorar ainda mais as experiências dos públicos e aproximá-los, fornecendo coleções, exposições mais interessantes e interativas, melhores serviços, design de galerias, os museus têm investido cada vez mais em novas tecnologias de comunicação, propondo experiências de visita aprimoradas por meio de sites, aplicações móveis, realidades virtuais e aumentadas e mídias sociais. No caso específico das mídias sociais, as tecnologias estão a ser usadas para facilitar uma experiência cultural participativa, permitindo que os museus mantenham um diálogo cultural com seus públicos em tempo real, mudando a perspectiva de uma comunicação apenas unidirecional dentro das exposições (RUSSO, WATKINS, KELLY; CHAN, 2008).

Indo ao encontro destas transformações, o Museu Virtual da Lusofonia disponibiliza atualmente diversos formatos para divulgar as suas atividades para seus públicos. Dessa maneira, possui uma política de comunicação consolidada para incrementar a difusão do acervo e do conjunto de atividades do Museu além de promover



Figura 3: Exposição “Cimentar Ligações: Uma narrativa através da imagem”. Fotografia de Luís Meneses.

o diálogo intercultural e a participação ativa com a comunidade lusófona, por meios dos seus canais na internet e mídias sociais. O objetivo é o de tornar possível a amplificação do conhecimento para o maior número de pessoas (OLIVEIRA; RUÃO, 2022).

O Museu Virtual da Lusofonia proporciona, desse modo, uma viagem pelas intersecções culturais e históricas dos países falantes da língua portuguesa por meio de suas exposições e atividades em ambiente digital, à luz de uma perspectiva pós-colonial (SOUSA, CAPOANO, COSTA; PIMENTA, 2022), uma vez que busca tratar o conceito de lusofonia enquanto figura complexa, sem centro, e com sentidos múltiplos que se interpelam, convocando, assim, a importância da memória nas experiências e relações entre os países. Em seguida, apresentamos alguns exemplos de coleções disponíveis na plataforma Google Arts & Culture do museu, percorrendo para o efeito alguns países de língua oficial portuguesa.

“Cimentar Ligações: Uma narrativa através da imagem”⁵ navega pelas imagens de Luís Meneses, geólogo e fotógrafo amador, sobre as paisagens naturais, urbanas e a vida cotidiana da Angola. As paixões de Meneses por pessoas, cultura e imagens fizeram-no mudar para o território angolano, onde se entregou ao trabalho de pesquisa e imersão que deram origem à exposição.

5 Disponível em: <https://artsandculture.google.com/story/hQWRr96a8kSyKw?hl=pt-BR>. Acesso em: 11 nov. 2022.



Figura 4: “Auto do Círio: O profano e o sagrado na fotografia espetacularizada”. Fotografia de Tais Morena.

Por sua vez, a exposição “Momentos de festejos em Salvador – Matriarca da Roma Negra”,⁶ de Mariana Miranda, apresenta registros fotográficos da cidade de Salvador, na Bahia, Brasil, e mostra-nos a beleza das manifestações artísticas, dos festejos e o estreitamento dos laços entre as várias comunidades que compõem o país. Do Brasil, chega-nos também a coleção “Auto do Círio: O profano e o sagrado na fotografia espetacularizada”,⁷ de Tais Morena. Fé, devoção, arte, Carnaval e religião integram o trajeto, que percorre a festa do Auto do Círio, realizada no Brasil, na cidade de Belém, Pará.

6 Disponível em: <https://artsandculture.google.com/story/2AWxvgyw9HynzQ>. Acesso em: 11 nov. 2022.

7 Disponível em: <https://artsandculture.google.com/story/6QVxqarfyxBczw>. Acesso em: 11 nov. 2022.



Figura 5: Coleção “As mulheres da minha terra”. Fotografia de Yassmin Forte.

Desvendando a intensa vida cultural do bairro Aeroporto, em Maputo, a coleção “Bairro Aeroporto em Maputo: vida, arte e representação”⁸ remete-nos às vozes e referências artísticas que emergem na região, como Malangatana, Shikhane, João Timane e outros. Da autoria da investigadora do museu, Lurdes Macedo, na exposição “Malangatana: o legado do grande artista moçambicano”,⁹ é-nos apresentado o documentário “No trilho de Malangatana: do legado à memória” sobre uma das maiores referências artísticas moçambicanas nos mais diversos suportes entre desenhos, pinturas, esculturas, poesia e música. Ainda em Moçambique, podemos consultar na plataforma Google Arts & Culture a coleção “As mulheres da minha terra”,¹⁰ da fotógrafa Yassmin Forte, que nos transporta para o ambiente vibrante do Mercado da Machava, em Maputo, para sentir a força e a resiliência das mulheres moçambicanas. Elas são a maioria dos trabalhadores do mercado e foram essenciais durante a pandemia para a economia de Maputo, já que é nas suas

8 Disponível em: <https://artsandculture.google.com/story/rQWhUCtkwQT4JQ>. Acesso em: 11 nov. 2022.

9 Disponível em: <https://artsandculture.google.com/story/eQVR91otXCWxlg>. Acesso em: 11 nov. 2022.

10 Disponível em: <https://artsandculture.google.com/story/KQWBpL6ibpUm4Q>. Acesso em: 11 nov. 2022.

Figura 6: “Não há muro branco que eu não possa pintar”. Fotografia de Lucas Reis.



bancas que grande parte da população compra alimentos e outros bens essenciais.

Podemos, ainda, consultar várias coleções patentes no museu que nos revelam espaços, sons e artes de rua em Portugal. Ruas desertas, sensação de pleno vazio. É assim que a coleção “Braga sem vitalma”,¹¹ de Sofia Gomes, atravessa a cidade de Braga, em Portugal, por meio de registros fotográficos realizados durante o confinamento provocado pela pandemia. Já “Os sons de Braga”,¹² de Tatiane Oliveira, percorre a música da região de Braga, por meio de um trajeto virtual que apresenta entrevistas com os principais nomes da cena musical, instrumentos, ritmos e sons que fazem parte da memória coletiva da cidade. Mas Porto e Coimbra também são cidades presentes nas coleções do museu. Em “Não há muro branco que eu não possa pintar”,¹³ de Lucas Reis, explora-se o trabalho do artista brasileiro Dalai nas ruas do Porto, em Portugal. O artista propõe uma reflexão entre a pichação e a cidade, discutindo

11 Disponível em: <https://artsandculture.google.com/story/cQVxjuj2BlfUOg>. Acesso em: 11 nov. 2022.

12 Disponível em: <https://artsandculture.google.com/story/jgUBaEn3yR9FKg>. Acesso em: 11 nov. 2022.

13 Disponível em: <https://artsandculture.google.com/story/5gWBg-l428Q-JA>. Acesso em: 11 nov. 2022.

a descolonização do espaço urbano pela arte. Por sua vez, a coleção “As vozes silenciosas das paredes de Coimbra”,¹⁴ de Bruno Dias, faz um passeio pelas ruas estreitas, pátios, escadas, arcos medievais da cidade de Coimbra, em Portugal, revelando como os elementos do passado histórico, político e cultural permanecem vivos no ambiente urbano, em diálogo com as questões contemporâneas.

Estas são algumas das 49 coleções disponíveis atualmente no Museu Virtual da Lusofonia, que se encontra em processo contínuo de desenvolvimento. A participação dos públicos é essencial. Por essa razão, o museu convida à participação ativa dos cidadãos, na disponibilização de registros e coleções, no comentário às coleções publicadas nas mídias sociais do museu, na (re)construção da memória coletiva. A expectativa da equipe do museu é que essa dinâmica envolva ativamente cidadãos e profissionais – educativos, agentes culturais e artísticos, jornalistas e outros profissionais das mídias –, no processo de desenvolvimento nesse projeto. Por fim, convidamos o público a visitar e a contatar o património cultural e artístico de vários países de língua oficial portuguesa, nesse espaço digital, à distância de um clique.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

MARTINS, M. Comunicação da ciência, acesso aberto do conhecimento e repositórios digitais. O futuro das comunidades lusófonas e ibero-americanas de Ciências Sociais e Humanas. *In: A internacionalização das comunidades lusófonas e ibero-americanas de Ciências Sociais e Humanas* – o caso das Ciências da Comunicação. Húmus, p. 19-59. 2017. Disponível em: <https://hdl.handle.net/1822/51039>. Acesso em: 16 out. 2022.

14 Disponível em: https://artsandculture.google.com/story/TwXhOOvSj_IKg.

Acesso em: 11 nov. 2022.

- MARTINS, M. L. Portuguese-speaking countries and the challenge of a technological circumnavigation. **Comunicação e Sociedade**, 34, p. 87-101. 2018. Disponível em: [https://doi.org/10.17231/com-soc.34\(2018\).2937](https://doi.org/10.17231/com-soc.34(2018).2937). Acesso em: 16 out. 2022.
- SOUSA, V.; CAPOANO, E.; COSTA, P.; PIMENTA, C. A. Uma reflexão sobre a pós-colonialidade e museus virtuais: O caso do Museu Virtual da Lusofonia. **Comunicação Mídia Consumo**, v. 9, n. 54, p. 80-105. 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.18568/CMC.V18I54.2528>. Acesso em: 16 out. 2022.
- OLIVEIRA, T.; RUÃO, T. Do “Efeito de Colagem” à Comunicação Estratégica no Contexto das Novas Tecnologias: Uma Análise do Museu Virtual da Lusofonia no Instagram. **Vista**, 9, p. 1-19. Disponível em: <https://doi.org/10.21814/vista.4024>. Acesso em: 16 out. 2022.
- RUSSO, A., WATKINS, J., KELLY, L.; CHAN, S. Participatory Communication with Social Media. **Curator: The Museum Journal**, v. 51, n. 1, p. 21-31. 2008. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/j.2151-6952.2008.tb00292.x>. Acesso em: 16 out. 2022..

A LÍNGUA PORTUGUESA FALADA EM SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE: REFLEXÕES SOBRE O RECONHECIMENTO DE UMA NORMA NACIONAL

AMANDA MACEDO BALDUINO
Universidade de São Paulo

“A língua portuguesa é uma construção conjunta de todos aqueles que a falam [...] não se restringe às fronteiras de Angola, de Portugal ou do Brasil. [...] A sua imensa riqueza está nessa diversidade e na capacidade de se afeiçoar a geografias diversas, na forma como vem namorando outros idiomas, recolhendo deles palavras e emoções. Aprisionar a língua portuguesa às fronteiras de Portugal (ou de Angola ou do Brasil) seria mutilá-la, roubar-lhe memória e destino.”

“Estamos criando um espaço de língua portuguesa em que todas as partes participam de forma livre, em situação de relativa igualdade, sem dominados nem dominadores. Uma lusofonia horizontal, que não se esgota, longe disso, na língua comum. Uma irmandade autêntica.”

Por uma irmandade da língua, José Agualusa.

José Agualusa, autor do artigo *Por uma irmandade da língua*, publicado em 2019 no Jornal Expresso, delinea algumas das características do português enquanto língua pluricêntrica: sendo uma construção conjunta de seus falantes – e, portanto, de suas atitudes moldadas por ideologias e espaços linguísticos heterogêneos –, a língua portuguesa é diversa e representa diferentes normas linguísticas com usos variados.

Por um lado, José Agualusa, em seu artigo, ressalta a relevância de reconhecimento da riqueza linguística do português em cenários multilíngues, em contato com outras línguas, defendendo a relevância de rompermos com uma abordagem que encarcera a língua a determinadas fronteiras. Por outro lado, a “irmandade autêntica” proposta pelo autor, a qual seria proveniente de uma “lusofonia horizontal”, deve ser problematizada, uma vez que tais interpretações são, ainda, idealizadas.

A esse respeito, há de ser considerado que a lusofonia, além de um projeto linguístico-cultural, como ressaltado por Agualusa, é, outrossim, um plano imperialista inserido na colonização e preservado como projeto político-econômico na atualidade. Desse modo, como pontuado por Faraco (2012), o desejo de solidariedade e, mesmo, de irmandade entre os países de língua oficial portuguesa, como ensejado por Agualusa, esbarra, diariamente, com interesses geopolíticos e ideológicos que promovem uma abordagem europeizante da língua, especialmente no continente africano, que tem suas variedades muitas vezes mutiladas e frequentemente avaliadas em relação ao português europeu – eleito como paradigma e comum a espaços sociais institucionais. Logo, o “espaço de língua portuguesa em que todas as partes participam de forma livre, em situação de relativa igualdade, sem dominados nem dominadores”, está um tanto quanto longe da realidade, pois, ainda hoje, nem toda norma linguística de português é reconhecida como tal.

Uma forma de lidarmos com tal dificuldade comum às línguas pluricêntricas é refletir acerca da fixação e do reconhecimento de uma norma própria às variedades de português, a qual possa mitigar o espaço de marginalização ao qual variedades não europeias

do português, especialmente africanas, são encerradas. Neste artigo, nosso foco é a língua portuguesa falada em São Tomé e Príncipe. Pretendemos, assim, discutir o estabelecimento e a emergência de variedade(s) autóctone(s) de língua portuguesa em tal país, ressaltando a relevância de reconhecimento de uma norma nacional do português de São Tomé e Príncipe (PSTP).

O PORTUGUÊS DE SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE (PSTP)

Situada na costa oeste africana, a República Democrática de São Tomé e Príncipe (STP) é um dos nove países onde o português é falado como língua oficial. Além disso, em STP, o português é, também, a língua materna de grande parte da população e, por isso, é possível encontrarmos diferentes variedades nacionais da língua portuguesa circulando no arquipélago.

São Tomé e Príncipe era um arquipélago desabitado até que, na metade do século XV, os portugueses aportaram ali pela primeira vez (FERRAZ, 1979). Pouco tempo depois, a economia local passou a ser sustentada por mão de obra escravizada, a qual era raptada, em um primeiro momento, do Reino do Benin, no Delta do Níger,¹ onde eram faladas línguas edoides.² Posteriormente, o sequestro de escravizados foi transferido a zonas onde eram faladas línguas da família banto,³ como o quicongo e o quimbundo. Em STP havia, portanto, um ambiente reconhecidamente plurilíngue no período colonial, no qual línguas africanas conviviam com a língua portuguesa.

De acordo com Bandeira (2017), tal cenário em conjunto com uma série de outros fatores sociais e políticos inerentes à colonização portuguesa em STP, assim como a demografia local, que logo

1 Atualmente sudeste Nigéria.

2 Na atualidade esse grupo é formado por línguas do sudeste da Nigéria.

3 Há, atualmente, cerca de 500 línguas bantas faladas por mais de 200 milhões de pessoas ao longo do continente africano.

passou a ser composta por colonos, escravizados e alforriados,⁴ gerou o ambiente propício para a emergência de uma língua crioula. Na linguística, o termo “língua crioula” é utilizado para tratar línguas que emergem em um ambiente multilíngue, isto é, em um contexto social em que várias línguas são faladas. Nesse cenário, em geral, há uma língua (socio)politicamente dominante, papel que, no caso de STP, podemos atribuir ao português. Além disso, há também diversas outras línguas desprestigiadas socialmente que, em geral, correspondem às línguas do grupo escravizado. Diante desse contato linguístico e em decorrência da atuação de diferentes fatores de natureza social, estrutural ou cognitiva, temos a emergência de uma língua crioula.

Em STP, Bandeira (2017) comprova que a primeira língua crioula nascida em solo santomense é o protocrioulo do Golfo da Guiné – língua que, embora não seja falada atualmente, emergiu na ilha de São Tomé e, após isso, foi ramificada em quatro línguas-filhas atuais: (i) o fa d’ambô, falado na ilha de Ano Bom (Guiné Equatorial); (ii) o lung’le, empregado na ilha do Príncipe; (iii) o santome ou forro, falado na capital São Tomé e nas suas imediações e (iv) o angolar, língua dos angolares, uma comunidade quilombola ao sul da ilha de São Tomé.

Ao longo do período colonial, o santome, o lung’le e o angolar eram as línguas mais empregadas, porém, apesar disso, o português sempre foi muito valorizado na sociedade santomense, pois era a língua do grupo politicamente mais poderoso do arquipélago. Sendo um valor emanado dos colonizadores, a assimilação da língua europeia fazia parte das políticas coloniais instauradas em STP. Todavia, ainda que a língua portuguesa fosse um alvo linguístico dos falantes, poucos tinham acesso a esta, dificultando a sua aquisição como língua materna, ou mesmo seu aprendizado como segunda língua.

4 Em STP, foi instituído, por D. Manuel, que uma mulher escravizada deveria ser dada a cada exilado português da ilha. Posteriormente, aos filhos gerados dessa união institucional foi concedida a liberdade (HAGEMEIJER, 2009).

Esse cenário é modificado com a independência do arquipélago, em 1975, após STP se tornar independente de Portugal. Mesmo perante as demais línguas do arquipélago, o português foi escolhido como única língua oficial do país e, desde o início do processo de descolonização, ele tem se mantido como a língua de prestígio local. Dessa forma, em STP, a língua portuguesa é ensinada nas escolas e difundida por meio do ensino formal. Ademais, é, também, adotada nos atos de Governo e do Estado e massivamente propagada na mídia, principalmente pela televisão.

Conforme o INE (Instituto Nacional de Estatística), o português é falado por 98,4% da população, ao passo que o santome, o lung'le e o angolar são cada vez menos empregados e transmitidos nos centros urbanos (INE, 2012). Os efeitos glotocidas do português sobre as línguas autóctones são nítidos, e, a partir disso, notamos uma das consequências da lusofonia em África enquanto projeto político-econômico: a minorização e mesmo a extinção de línguas locais que, socialmente, não apresentam o mesmo *status* que a língua portuguesa.

Os falantes de qualquer língua são sensíveis ao estatuto social destas e, em STP, não seria diferente. A atitude do falante santomense foi moldada pela alta cotação social do português em STP, e, como consequência, estes passaram a transmiti-lo em detrimento às línguas locais. No período pós-colonial, as gerações anteriores adquiriam as línguas crioulas em casa e, após isso, ao longo do ensino formal, aprendiam o português. Entretanto, cientes do papel social desempenhado pelo português, esses falantes de português (como segunda língua) passaram a transmiti-la às novas gerações e, essas, por sua vez, já a adquiriam como língua materna, e, portanto, como língua própria de STP. Assim, o português “santomenizou-se”.

Essa nova variedade de língua portuguesa possui traços singulares, muitas vezes decorrentes do contato com as demais línguas faladas no arquipélago e do tipo de transmissão linguística que ocorreu ali. Desse modo, o português de São Tomé e Príncipe (PSTP), como fenômeno do século XX, é composto por estruturas linguísticas compartilhadas com outras variedades do português

(como a europeia, a brasileira e outras variedades africanas como a angolana, a moçambicana, a guineense, entre outras), ao mesmo tempo que possui características singulares, o que nos permite observar o estabelecimento de uma norma local legítima.

UMA NORMA NACIONAL PARA O PSTP

Mesmo diante da emergência de uma variedade local própria do português em STP – o PSTP –, tal variedade é, não raras vezes, comparada ao português europeu (especialmente a variedade lisboeta), sendo comumente avaliada de forma negativa e, portanto, deslegitimada em suas diferenças. Observamos, desse modo, uma realidade contrastante em STP: mesmo que o português seja a língua mais difundida, em agravo, muitas vezes, das demais línguas do arquipélago, não há, ainda, uma variedade nacional estandardizada e reconhecida pelos órgãos oficiais.

Essa ausência, naturalmente, tem efeitos diretos na escolarização em STP que, por sua vez, mantém uma gestão política da língua portuguesa unilateral e europeizante que tem a variedade europeia como paradigma. Isso configura um ato ideológico e político, pelo qual o português europeu assume a autoridade linguística de norma eleita para difusão em STP. Consequentemente, a atitude dos falantes, em relação à própria variedade, é construída e, muitas vezes, passa a ser negativa em relação às variedades faladas no arquipélago – o que é legitimado pelas ideologias linguísticas locais.

Nesse sentido, características linguísticas inerentes ao PSTP são avaliadas socialmente em relação ao português europeu, sendo a variedade local, quase sempre, marginalizada e mutilada pelo preconceito linguístico. É nítido, assim, que a discussão sobre a relação entre língua e poder é necessária para compreendermos os intrincados encadeamentos entre as diferentes variedades de uma língua pluricêntrica como o português. Este, longe de uma “irmandade autêntica”, ainda carrega em seu cerne a perpetuação de atos ideológicos, com raízes colonialistas, conservados de forma consciente ou não – o que torna essa irmandade um desejo ainda distante.

A discriminação a qual o PSTP e outras variedades não europeias do português são submetidos reforça sua inferiorização a um espaço social marginal, sendo negada a tais variedades sua participação oficializada nas escolas, na mídia e em outros espaços institucionais. A urgência de estabelecimento de uma norma linguística própria a STP é, assim, evidente, sendo um passo importante para mudar a concepção de marginalização social destinada ao PSTP. Nesse sentido, os linguistas desempenham um papel importante. Além de trazerem à tona discussões como esta, as pesquisas podem oferecer, mediante a descrição estrutural das línguas, suporte documental para que a autonomia linguística e social das diferentes variedades de língua portuguesa possa, de fato, acontecer, criando, como desejado por Agualusa, um espaço para que todas as variedades de língua portuguesa participem de forma livre.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AGUALUSA, José. **Por uma irmandade da língua**. Disponível em: <https://expresso.pt/>. Acesso em: 16 out. 2022.
- ARAUJO, Gabriel. Há uma política linguística para o português em São Tomé e Príncipe? *In*: SOUZA, Sweder.; OLMO, Francisco (Orgs.). **Línguas em português – A lusofonia numa visão crítica**. Porto: Universidade do Porto Press, 2020. p. 173-197.
- BALDUINO, A. **Fonologia do português de São Tomé e Príncipe**. (Tese Doutorado, Universidade de São Paulo). São Paulo, 2022.
- BALDUINO, A.; BANDEIRA, M. A Ascensão da língua portuguesa em São Tomé e Príncipe. **Domínios da Linguagem**, v. 16, n. 3, p.1-35, 2022.
- BANDEIRA, M. Reconstrução fonológica e lexical do protocioulo do Golfo da Guiné. (Tese Doutorado, Universidade de São Paulo, São Paulo). São Paulo, 2017.

- BOUCHARD, M.E. **Linguistic variation and change in the Portuguese of São Tomé.** 2017. (Tese de doutorado), Department of Linguistics, New York University, New York, 2017.
- BOUCHARD, Marie-Eve. Language shift from Forro to Portuguese: Language ideologies and the symbolic power of Portuguese on São Tomé Island. *Lingua*, p. 228.1-16, 2019.
- FARACO, C. Lusofonia: utopia ou quimera? Língua, história e política. In LOBO, T. et al. (orgs.). **Rosae: linguística histórica, história das línguas e outras histórias** [on-line]. Salvador: EDUFBA, 2012. p. 31-50.
- FERRAZ, L. I. **The creole of São Thome.** Johannesburg: Witwatersrand University Press, 1979.
- HAGEMEIJER, T. Initial vowel agglutination in the Gulf of Guinea creoles. In: ABOH, E.; SMITH, N. (eds.). **Complex processes in new languages.** Amsterdam/Filadélfia: John Benjamins Publishing Company, 2009. p. 29-50.
- INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA (INE). São Tomé e Príncipe em Números. São Tomé: 2001. 2012. Disponível em: <http://www.ine.st/2012.html>. Acesso em: 16 out. 2022.
- SANTIAGO, A.; AGOSTINHO, A. L. Situação linguística do português em São Tomé e Príncipe. **A cor das letras**, v. 21, n. 1, p. 39-61. 2019.

PORTUGUÊS EM TERRITÓRIO DE LÍNGUAS ROMÂNICAS

MARCIA DOS SANTOS MACHADO VIEIRA

Universidade Federal do Rio de Janeiro/CNPq

VANESSA MEIRELES

Université Paul Valéry/Montpellier

A língua portuguesa e o imaginário sociocultural a ela associado chamam a atenção de quem se vale dela, quer como língua materna, quer como língua não materna. Afinal, é uma das línguas mais faladas no mundo, sendo língua oficial de nove países, além de ser segunda língua de outras comunidades, ou língua associada a espaços administrativos. Também faz parte do currículo de escolas, bem como de cursos de graduação e pós-graduação, além dos do Brasil e de Portugal. É objeto de interesse de quem estuda convergências e divergências entre línguas românicas.

É comum, no entanto, que, ao se mencionar português, venha à mente de muitos uma percepção monolíngue nacional ou, quando muito, binacional: português do Brasil e português de Portugal, frequentemente. O referencial para a percepção monocêntrica de

português dependerá, em geral, de que lado do oceano Atlântico se perspectiva o objeto de discurso “português” ou de que ideia se faça de norma culta padrão a servir de referência ao idioma. Uma visão relativamente bicêntrica certamente será desencadeada pelo volume de relatos de pesquisas (socio)linguísticas brasileiras e portuguesas de que se tem notícia pelo mundo. Na área de sociolinguística, uma disciplina que estuda a relação entre fenômenos linguísticos e sociais, o Brasil, sem dúvida, é fonte de muitas referências importantes. Até isso vem mudando! Há inúmeras instituições que se interessam por pesquisar as variedades do português no mundo. E isso é fruto de um círculo de movimentos e interações a partir da Comunidade de Países de Língua Portuguesa, de instituições (inclusive, universitárias) dos países em que o português é língua oficial ou língua de estudo/aprendizagem, do Instituto Camões/da Cooperação e da Língua, do Itamaraty/Ministério das Relações Exteriores, do Programa Leitorado Brasileiro.

Em prol de colaborar para construir uma percepção justa do perfil do português como língua global, associada a vários centros nacionais que estão a irradiar normas de uso e de referência ao uso heterogêneo, oficial em vários territórios e falada em mais espaços do que aqueles em que é oficial, falta constituir documentação do português efetivamente usado de diversas formas em espaços de língua materna e não materna, coleções de textos (*corpora*) que possam servir a estudos comparativos que visem delinear a diassistematicidade da língua portuguesa, bem como a influência sobre ela de outras línguas românicas e das culturas associadas a estas.

Já há, nesse sentido, ações no projeto franco-brasileiro VariaR – Variação nas línguas Românicas (<https://variar.wixsite.com/variar>) –, uma iniciativa de pesquisadoras da Universidade Paul Valéry/Montpellier 3 e da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Vanessa Meireles e Marcia dos Santos Machado Vieira. Desde sua inauguração em 2019, diversas interlocuções e ações estão a pleno vapor.

QUE ENQUADRAMENTOS DO PORTUGUÊS NOS GUIAM NO COTIDIANO?

Pelas vivências que temos em interações em diferentes espaços, geofísicos e remotos em que o português é referência de notícias, observações, aulas ou descrições tanto na comunidade científica quanto na comunidade extramuros universitários, há enquadramentos (ou seja, apreensões de porções de um cenário) da realidade plurilinguística e multicultural de uso do português que geralmente denunciam, entre outros fatos, os seguintes:

- a. em lugar de um olhar guiado por relação estreita, visão de língua/linguagem desvinculada da sociedade que a utiliza em diversas práticas interacionais, modalidades expressivas, domínios funcionais de comunicação e ação, gêneros e tipos de textos e que, ao fazê-lo, mostra-se, revela interesses e identidades/*personas* e também se reelabora, afetando a língua e sendo afetada por diferentes usos desta;
- b. confusão de língua (ou gramática-léxico-texto) com objeto-livro, obra gramatical ou descrição de professor/analista de português e não como conhecimento linguístico cognitivo, afetivo, discursivo e socialmente estruturado e compartilhado e, a partir da experiência de usos em interações e vivências diversas, constantemente sujeito a um processo de novas generalizações e reestruturação;
- c. visão monocêntrica de norma de referência da língua portuguesa, por conta da tendência à delimitação de norma culta padrão ou exemplar como centrada em uma norma culta padrão de uma localidade ou comunidade específica, em lugar de uma visão pluricêntrica do processo de normatização linguística, da apreensão de língua com base em gramáticas, padronizações ou complexo de redes de padrões construcionais (pareamentos de atributos de forma e funcionalidade);

- d. inclinação a uma avaliação subjetiva depreciativa ou, no máximo, de tolerância quanto a usos linguísticos que não correspondem a certas variantes típicas do português de Portugal e, por tabela, quanto aos usuários que se valem delas, em lugar da percepção de que todos apresentam, via linguagem, identidades (e não apenas uma, afinal, somos pessoas com muitas faces sociais – somos parentes, vizinhos, amigos, concidadãos, entre outras) e temos direito constitucional ao respeito à nossa expressão linguística e cultural;
- e. associações engessadas de uma parcela de usuários a certas concepções socioculturais ou a um imaginário coletivo que se repete às cegas e acriticamente (como a associação de brasileiros a usuários da língua “desleixados”, “desconhecedores de gramática normativa” ou “viciados em americanismos/anglicismos”, por exemplo), em lugar de associações qualificadas e justas porque sustentadas pelo mapeamento com rigor científico da realidade plurilinguística de indivíduos/*personas* e comunidades, para a qual tantas e diversas descrições sociolinguísticas brasileiras têm colaborado.

Essa exposição (que não se quer exaustiva) de enquadramentos indevidos mostra por que motivo a todo momento ouvimos falantes nativos do português dizerem que não sabem português, mesmo aqueles que a têm como única língua que usam, com desenvoltura, em suas comunicações diárias. Também explicam por que volta e meia é destaque em texto jornalístico algum caso de intolerância linguística a usuários que não são conterrâneos ou que não têm o mesmo acesso a bens de cultura e educação, e, então, são marginalizados. A depender do referencial de língua ou de norma em jogo, para muitos vigora a ideia de que a variedade de Portugal (ou de Lisboa ou do Porto), em comparação às demais variedades nacionais, é a norma a aprender e/ou a pautar qualquer produção textual oral ou escrita. No Brasil, muitas vezes a visão que impera

é a de que variedade(s) de centros urbanos litorâneos brasileiros e, principalmente, dos da região sudeste do Brasil (com atenção particular ao eixo São Paulo-Rio de Janeiro) deve(m) servir de referência ao uso de língua portuguesa.

Esses são alguns dos *nós* (obstáculos) que precisam ser desfeitos, para que, com base num multilinguismo e multiculturalismo plenamente respeitados no chamado mundo lusófono e cientificamente mapeado, possamos construir *nós* (laços). E, agora, perspectivamos *nós* no sentido de: parcerias em prol de cooperação para o desenvolvimento sustentável das comunidades, das vidas/interações dos indivíduos; de partilha de (in)formações; de atenção a diferentes saberes linguísticos/textuais/gramaticais e práticas relacionadas; de respeito ao multilinguismo no Brasil e aos múltiplos letos/dialetos da língua portuguesa; atitudes de empatia e solidariedade tendo em vista a centralidade da diversidade, da dialogia e negociação entre perspectivas e identidades e, principalmente, o desenvolvimento de autoestima e lugar no mundo.

COMO PODEMOS (DES)FAZER NÓS?

Para começar, é preciso desfazer enquadramentos inadequados, contribuir para a reconfiguração do imaginário coletivo noutras bases, conforme anteriormente já sinalizado. Respeito e atenção, de fato e de direito, à realidade linguística de manifestações do português no Brasil e mundo afora é, sem dúvida, o caminho! Pesquisa linguística com rigor científico é o espaço privilegiado para as trilhas norteadas por orientações teórico-metodológicas diversas mas complementares na captura do objeto diversidade sociolinguística e sociocultural na unidade intitulada português. E ela se alimenta e se fortifica na interlocução com a sociedade não científica. Afinal, a pesquisa feita em instituições como a universidade é apenas parte de um todo que, desejamos, seja integrado e cada vez mais amplamente acessível.

Num momento em que imperam movimentos a circularem em domínios de humanidades digitais e presenciais, cada dia é maior o número de pessoas que têm a oportunidade de experimentar

(em modo presencial, virtual ou híbrido/semipresencial) uma sociedade em rede e, então, uma multiterritorialidade (“a vivência, concomitante, de uma enorme gama de diferentes territórios e/ou territorialidades”, segundo o geógrafo Haesbaert (2007)). A multiterritorialidade inclui não só uma maior diversidade de lugares ou territórios ao nosso alcance e usufruto (ou, pelo menos, ao dispor dos que têm acesso e, se têm pleno acesso, estão inseridos no mundo da interação digital), mas também potencializa a intervenção neles e, por consequência, uma sensação de multipertencimento territorial. Temos, via internet, acesso, experiência, comunicação e trânsito por inúmeras territorialidades (espaciais, sociais, culturais, educacionais, científicas, tecnológicas), até sem mobilidade física. Esse contexto propicia uma enorme gama de possibilidades de ações em prol da relação ciência linguística, linguística aplicada e sociedade. Promove nós/*links* entre as pessoas, faz as pessoas se perceberem como partes de uma rede que pode ser alimentada, tecida e reconfigurada por soluções, negociações e/ou colaborações cada vez mais ricas, densas e diversas. A multiterritorialidade facilita o acesso a um português pluricêntrico.

O projeto VariaR – Variação em línguas românicas – tem rumado no sentido de colaborar para o estabelecimento de laços entre pesquisadores e instituições que contribuam com ações e interações para o mapeamento da diversidade linguística. E, perspectivando outro laço, pretende, na medida do possível, somar esforços a intentos feitos no âmbito de outro projeto de mapeamento da heterogeneidade sociolinguística brasileira: Projeto *Plataforma da Diversidade Linguística Brasileira*.

QUE AÇÕES ESTÃO A PLENO VAPOR NO PROJETO VARIAR?

O projeto VariaR desenvolve-se no intuito de mapear unidade e diversidade linguísticas a partir do cotejo, em uma primeira fase, de variedades de português, espanhol, francês e italiano e do ensino de português ancorado na viagem por variedades em diferentes territórios e práticas de uso e de ensino nesses territórios,

especialmente em cursos no Brasil, na França e na Itália. Queremos contribuir para a descrição e a análise de fenômenos nos planos fonológico, sintático e textual-discursivo. Queremos construir laços e mostrar desafios e riquezas no horizonte de estudos em desenvolvimento no projeto.

Em termos gerais, nossa atenção está em investigações baseadas em *corpora* de diversos perfis. Estes permitem pesquisas se ligarem a diferentes áreas de atuação para atender a necessidades e potencialidades das ciências humanas (digitais ou não): cartografia e documentação, tradução, ensino, interpretação ou dublagem, comunicação ou interação/rotina (socio)discursiva em diferentes áreas do conhecimento, *softwares* para a gamificação do conhecimento das línguas românicas, entre outras. Por isso, traçamos nossos planos de observação dos usos praticados em escritos e falas pelo mundo à luz da Sociolinguística e suas interfaces, da investigação dos fenômenos de variação, mudança linguística e contato multilíngue/multidialeto e de uma concepção de língua como diassistema, ou seja, como um complexo de sistemas e subsistemas. Estes, grosso modo, equivalem a variedades linguísticas capturadas sob diferentes esferas de dimensões sociolinguísticas (geográficas, socioculturais, geracionais, identitárias, por exemplo) ou domínios discursivos e temáticos, entre outras possibilidades. Seu ponto de partida é o estudo de variações da língua portuguesa, com o intuito de preparar o terreno para a comparação entre variedades do português com outras variedades de línguas românicas. Supomos que essa comparação pode fortalecer a percepção de variação pluricêntrica do português, mostrar a vitalidade, a riqueza e o poder de suas variantes e normas, fazer encarar a diversidade como ingrediente natural e manifesto em qualquer língua viva, assim como a sociedade que se vale dela, assim como fazer perceber que a triangulação dos movimentos de estabilização, variação e mudança é inerente à linguagem, à língua e à sociedade.

Para tanto, o Projeto VariaR desenvolve-se em razão do interesse em estabelecer uma rede de colaborações e saberes, bem como de contribuir com atividades em prol da articulação

linguagem, ciência e sociedade e do diálogo interinstitucional, como já propiciado nos colóquios e no seminário organizados por sua equipe de pesquisadores¹ ou na mesa *O português no mundo* do I Seminário Viagens da Língua: multilinguismo no mundo lusófono organizado pela equipe do Centro de Referência do Museu da Língua Portuguesa².

Um dos seus desdobramentos imediatos é o subprojeto “Portal digital de estados de coisas em português e em línguas românicas a variar e ensinar”, coordenado por Marcia dos Santos Machado Vieira, que conta com incentivo e apoio do Conselho Nacional de Pesquisa/CNPq/MCTI/FNDC 18/2021 e previsão de apoio, em breve, da Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro/FAPERJ/Programa Cientista do Nosso Estado/CNE 32/2021, em interação com Vanessa Meireles (Universidade Paul Valéry/Montpellier 3). A proposta consiste, em linhas gerais, em uma pesquisa socioconstrucionista sobre tipos de construções de predicação verbal em *corpora* escritos de variedades nacionais do português, bem como deles em comparação com *corpora* escritos de variedades das línguas românicas francês e espanhol, perspectivando ciência da estabilização e variação e ensino de português em espaços de língua materna e não materna. A meta é a construção e a curadoria de um portal digital de *corpora* escritos, usos e descrições de predicação verbal. A diretiva é resolver o problema de acesso a dados e descrições qualificadas de expressão de estados de coisas via predicações verbais em línguas românicas, especialmente em espaços de trabalho com português língua (não)materna. Nossa hipótese é a de que há usos a detectar com base na comparação entre línguas e variedades de línguas românicas que podem alimentar bases de trabalho nacionais e internacionais relativas a certas práticas comunicativas no mundo

1 Cf. no canal YouTube do projeto (http://www.youtube.com/channel/UC192Qhw_RQGmm6M5PxaiQjw) e no próprio site do projeto (<https://variar.wixsite.com/variar>).

2 Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=il-4JGbNjel&t=2287s>.

hiperconectado, como ensino, tradução, interpretação, dublagem. A plausibilidade dessa hipótese está evidente no fato de, no Brasil, ser cada vez mais crescente o uso de plataformas digitais de dados estrangeiras (Corpus do Português, SketchEngine, por exemplo) e no fato de muitas construções de predicação ainda não serem perspectivadas em práticas e materiais de ensino de português (entre elas, construções com verbo suporte). Pretendemos entregar à comunidade científica e não científica um portal digital que reúna uma série de informações: *corpora* escritos, usos e descrições dos usos registrados nos *corpora*. Ademais, investir-se-á em publicações destinadas a público científico, público de instituições escolares e universitárias e público amplo (sociedade em geral).

Para ilustrar pesquisas socioconstrucionistas que já estão em andamento, podemos citar as que são desenvolvidas com base em um uso gramatical que é plenamente feito no português, em línguas românicas e em outras, mas frequentemente não é assunto de muitas descrições gramaticais feitas via livros ou aulas de português: construções de predicação atenuação discursiva, representação e passividade via predicador com verbo suporte. Esse é um tipo de verbo cuja função é auxiliar a formar expressões a partir de nomes, expressões que funcionam como se verbos simples fossem. Tais construções são frequentemente usadas quando formamos sentenças na nossa rede de comunicações orais e escritas: a) atenuação – *dar uma olhada, dar uma olhadinha*; b) representação – *fazer-se de vítima, dar uma de vítima, tirar uma de valente, pagar de valente*; c) passividade – *sofrer ou ter um acidente* como variante de *se acidentar* ou *levar/tomar uma surra* como variante de *ser surrado*. As pesquisadoras do projeto VariaR que dão atenção a essas expressões detectam-nas tanto em variedades do português como em variedades de línguas românicas como o francês e o espanhol.

O projeto VariaR congrega uma equipe de pesquisadores colaboradores composta, até o momento, destes docentes e discentes: Carla Faria (docente da Universidade Ca' Foscari – Venezia, Itália), Pâmela Fagundes Travassos, Jeane Nunes da Penha, Ravena Beatriz de Sousa Teixeira (doutorandas em Letras Vernáculas da

Universidade Federal do Rio de Janeiro), Morgana Kropf e Pedro Poppolino (estudantes de cursos de graduação da Universidade Federal do Rio de Janeiro), Alexandre Ferreira Martins (doutorando em Linguística – Didática de Línguas – LHUMAIN, Universidade Paul Valéry, França, Leitor brasileiro (MRE/CAPES) na Universidade Hankuk, Coreia do Sul), Fernanda Pismel (professora substituta na Universidade de La Rochelle, França), Mabiane Batista França (estudante do mestrado LLCER especialização em português – Universidade Paul Valéry, França), Mariana Meireles de Oliveira Silva (mestre pela Universidade Sorbonne Nouvelle/Paris 3, professora substituta de português como língua estrangeira do Collège Pablo Picasso, França).

É, portanto, um rico espaço para o exercício de interlocução e articulação em prol de conhecimento multidimensional e multifatorial na área das humanidades em Letras e Linguística.

ONDE É POSSÍVEL SABER MAIS A RESPEITO?

Para começar, recomendamos o espaço físico e digital do Museu da Língua Portuguesa. E um dos espaços remotos promovidos pelo Centro de Referência do Museu da Língua Português foi o **I Seminário Viagens da Língua: multilinguismo no mundo lusófono**³. Esse espaço reuniu pesquisadores de diferentes países em torno da diversidade de língua e literatura em português.

Um segundo espaço riquíssimo é o da Abralin – Associação Brasileira de Linguística, que conta com a série Abralin Ao Vivo/ Linguists On-line, que é um repositório de atividades orais em que são expostas diversas pesquisas no Brasil e mundo afora sobre o português, entre outros materiais.

E um terceiro espaço com contribuições a quem se interessa por estudos do português é o canal do Congresso Internacional do Programa de Pós-Graduação em Letras Vernáculas da Universidade Federal do Rio de Janeiro, uma das ações do Projeto

3 Disponível em: <https://www.youtube.com/c/MuseudaLinguaPortuguesa/videos>.

Capes/Print da UFRJ intitulado “Vozes e escritas nos diferentes espaços da língua portuguesa”⁴.

Sugerimos, por fim, especialmente a interessados que integrem a comunidade científica, duas obras organizadas pelas coordenadoras do projeto VariaR (livros de acesso aberto publicados pela editora brasileira Blucher, disponíveis on-line⁵), além dos links de acesso a um periódico que tem reunido descrições de pesquisadores com atuação em países da África e de outros continentes, e a um periódico do Instituto Internacional da Língua Portuguesa⁶:

- MACHADO VIEIRA, Marcia dos Santos; MEIRELES, Vanessa (ed.). *Variação em português e em outras Línguas Românicas*. São Paulo: Blucher Open Access, 2022.
- MEIRELES, Vanessa; MACHADO VIEIRA, Marcia dos Santos (ed.). *Variação e ensino de português no mundo*. São Paulo: Blucher Open Access, 2022.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

HAESBAERT, Rogério. Território e multiterritorialidade: um debate. **GEOgraphia**, revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia, v.9, n. 17, 2007. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/geographia/article/view/13531>. Acesso em: 9 abr. 2022.

4 Disponível em: <https://www.youtube.com/channel/UCtyO58b0rpbCIZTqcXjHqbA/videos>.

5 Em breve no site: <https://openaccess.blucher.com.br/journal-list/linguistica-68>.

6 Ambos também de acesso aberto: <https://revistas.unilab.edu.br/index.php/njingaesape>; <https://iilp.cplp.org/plato/>.

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

GOVERNADOR
Rodrigo Garcia

SECRETÁRIO DE ESTADO DE CULTURA
E ECONOMIA CRIATIVA
Sérgio Sá Leitão

SECRETÁRIO EXECUTIVO DE ESTADO
DE CULTURA E ECONOMIA CRIATIVA
Rogério Custódio de Oliveira

CHEFE DE GABINETE
Frederico Mascarenhas

COORDENADORA DA UNIDADE DE
PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO MUSEOLÓGICO
Paula Paiva Ferreira

DIRETORA DO GRUPO DE PRESERVAÇÃO
DO PATRIMÔNIO MUSEOLÓGICO
Suzy da Silva Santos

DIRETORA DO GRUPO TÉCNICO DE
COORDENAÇÃO DO SISTEMA ESTADUAL
DE MUSEUS
Renata Cittadin

DIRETORA DO NÚCLEO DE APOIO
ADMINISTRATIVO
Denise dos Santos Parreira

EQUIPE TÉCNICA DA UNIDADE DE PRESERVAÇÃO
DO PATRIMÔNIO MUSEOLÓGICO

Angelita Soraia Fantagussi

Carolina Rocha Teixeira

Edna Lucia da Cruz

Fabiana Josefa da Silva Magalhães Araújo

Kelly Rizzo Toledo Cunegundes

Luana Gonçalves Viera da Silva

Luciana Andrade Thomazella

Luiz Fernando Mizukami

Marcia Pisaneschi Sorrentino

Marcos Antônio Nogueira da Silva

Mirian Midori Peres Yagui

Rafael Egashira

Regiane Lima Justino

Roberta Martins Silva

Tayna da Silva Rios

Museu da Língua Portuguesa

DIRETORA EXECUTIVA
Renata Vieira da Motta

DIRETORA ADMINISTRATIVA
E FINANCEIRA
Vitória Boldrin

DIRETORA TÉCNICA
Marília Bonas

CENTRO DE REFERÊNCIA
Camila Chagas Aderaldo
Cecilia Farias
Luiza Victória Brito Magalhães
Shayene Borges

**Dossiê I Seminário Internacional
Viagens da Língua: multilinguismo
no mundo lusófono**

COORDENAÇÃO EDITORIAL
Camila Aderaldo e Cecilia Farias

ORGANIZAÇÃO
Cecilia Farias

REVISÃO
Mariana Paixão

CAPA, PROJETO GRÁFICO
E DIAGRAMAÇÃO
Patrícia Yamamoto

**Centro de Referência do
Museu da Língua Portuguesa**

+55 11 4470 1507
centrodereferencia@mlp.org.br

Praça da Luz
01120-010 São Paulo-SP
museudalinguaportuguesa.org.br

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Seminário de Viagens da Língua (1. : 2022 :
São Paulo, SP)

I Seminário viagens da língua : multilinguismo no mundo lusófono /
[coordenação Camila Chagas Aderaldo, Cecilia Farias]. -- 1. ed. --
São Paulo: Museu da Língua Portuguesa, 2022.

Vários autores.

Bibliografia.

ISBN 978-65-999470-0-1

- | | |
|--|--|
| 1. Diversidade cultural | 2. Estudos interculturais |
| 3. Línguas e linguagem | 4. Língua portuguesa - Brasil - Dialetologia |
| 5. Multilinguismo I. Aderaldo, Camila Chagas. II. Farias, Cecilia. | |

22-139142

CDD-400

Índices para catálogo sistemático:

1. Línguas e linguagem 400

Catalogação na fonte: Aline Grazielle Benitez - CRB-1/3129

Este livro foi composto por Söhne e
impresso em papel offwhite 90 g/m²
por Grafilar em dezembro de 2022.

Museu da Língua Portuguesa

Centro de Referência 2022 | Dossiê | Seminário Internacional
Viagens da Língua: multilinguismo no mundo lusófono

Apresentação



Reconstrução

Concepção e implantação

Patrocínio máster



Patrocínio

Apoio

Gestão



Realização

Secretaria de
Cultura e Economia Criativa



SECRETARIA ESPECIAL DA
CULTURA

MINISTÉRIO DO
TURISMO



